



CCTCI

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

Comissão de
**Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática**



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



**COMISSÃO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

CCTCI

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2021**

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

56ª Legislatura (2019-2023) – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira (PP-AL)

1º Vice-Presidente

Marcelo Ramos (PL-AM)

2º Vice-Presidente

André de Paula (PSD-PE)

1º Secretário

Luciano Bivar (PSL-PE)

2ª Secretária

Marília Arraes (PT-PE)

3ª Secretária

Rose Modesto (PSDB-MS)

4ª Secretária

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º Suplente

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º Suplente

Alexandre Leite (DEM-SP)

4º Suplente

Cássio Andrade (PSB-PA)

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	10
DESTAQUES NA CCTCI.....	18
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS.....	62
OUTROS EVENTOS	108
SUBCOMISSÕES	114
CCTCI EM NÚMEROS	120
MATÉRIAS APRECIADAS.....	124
EQUIPE TÉCNICA.....	274

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI

Presidente

Aliel Machado (PSB-PR)

1º Vice-Presidente

Bira do Pindaré (PSB-MA)

2º Vice-Presidente

Milton Coelho (PSB-PE)

3º Vice-Presidente

Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP)

Diretora Legislativa

Luciana da Silva Teixeira

Diretor do Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes

Marcelo Brandão Lapa

Secretário-Executivo da Comissão

Robson Luiz Fialho Coutinho

Expediente:

Projeto gráfico: Coordenação de Conteúdo Institucional e Mídias Digitais / Direx e Coordenação de Serviços Gráficos / Deapa

Capa: Richard Eidan

Foto da capa: cientista César Lattes (1924/2005)

Texto e edição: Agência Câmara Notícias e Equipe da comissão

Fotos: Arquivo fotográfico da Câmara dos Deputados e Equipe da comissão



APRESENTAÇÃO

O ano de 2021 foi desafiador! Um ano em que o País lamentou as mais de seiscentas mil mortes por Covid-19, além de enfrentar as cicatrizes profundas deixadas pela pandemia em toda a sociedade. Mas é nesses momentos que o trabalho precisa ser intensificado para amenizar os efeitos da tragédia na vida das pessoas. Portanto, presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) durante esse período foi uma tarefa que exigiu muito do nosso mandato, do esforço conjunto de todos os parlamentares (aos quais quero aproveitar para agradecer!), dos servidores da comissão e desta Casa. Ao longo do ano debatemos temas muito importantes para o País e aprovamos várias medidas voltadas para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda.

Mas, sem dúvida, o principal tema debatido durante nossa presidência foi a importância e a defesa da vacina contra a Covid-19 e as pesquisas relacionadas ao novo coronavírus. Defendemos com veemência a vacinação e o Sistema Único de Saúde (SUS) contra o negacionismo que insiste em colocar vidas em risco. Também lutamos contra os cortes de recursos no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), buscando sempre um entendimento entre os ministérios envolvidos e conversando principalmente com

a sociedade civil organizada e com instituições de referência, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras.

Apesar de toda dificuldade que o trabalho remoto nos impôs durante o período em que estivemos na presidência, conseguimos aprovar projetos relevantes (que serão detalhados no decorrer das páginas deste livro) na comissão e discutimos importantes assuntos por meio de audiências públicas e seminário.

Além disso, a implantação do sistema 5G na telefonia celular foi amplamente debatida na subcomissão especial criada durante a nossa presidência exclusivamente para discutir esse assunto. A subcomissão abordou a chamada "internet das coisas", um dos temas fundamentais para o desenvolvimento do País e que irá revolucionar o futuro próximo.

Na nossa presidência, auxiliamos e ouvimos os ministérios relacionados à área de atuação da CCTCI e também cobramos do Poder Executivo a aplicação integral dos recursos orçamentários destinados às áreas de fundamental importância para o nosso país. Reconhecemos, dentro das nossas possibilidades, o talento de cientistas e pesquisadores, ao mesmo tempo em que homenageamos um grande pesquisador brasileiro, o paranaense César Lattes, com a criação da primeira edição do prêmio que leva o seu nome.

Em missão internacional, durante um momento crucial para o meio ambiente e o nosso futuro, representamos a CCTCI na COP26, Conferência Mundial para o Clima, realizada em Glasgow, na Escócia. Nos reunimos com lideranças e especialistas do mundo inteiro. Entre as discussões e painéis do evento, destaca-se o painel "Por que metas na ciência são importantes?", que debateu a importância da ciência para o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

Entre as ações realizadas, dedicamos especial esforço ao fortalecimento da comunicação comunitária. Por isso, trabalhamos com agilidade para renovar as autorizações de funcionamento das rádios comunitárias espalhadas pelo País para que elas continuem a desempenhar o seu papel fundamental de contribuir com a democracia.

Por fim, muito nos orgulha a nossa pequena parcela de colaboração dentro desta comissão para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Estamos certos de que avançamos de forma democrática e inclusiva, buscando sempre o melhor para o País e para os seus cidadãos.



Aiel Machado

Deputado Federal
Presidente da CCTCI



Mr. [Name] [Title]

00:00

Mr. [Name] [Title]

Mr. [Name] [Title]

Mr. [Name] [Title]



COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

MESA DIRETORA



Presidente:

Deputado ALIEL MACHADO
(PSB-PR)

1º Vice-Presidente:

Deputado BIRA DO PINDARÉ
(PSB-MA)



2º Vice-Presidente:

Deputado MILTON COELHO
(PSB-PE)



3º Vice-Presidente:

Deputado ROBERTO ALVES
(REPUBLICANOS-SP)



MEMBROS TITULARES



Adolfo Viana
(PSDB-BA)



Alex Santana
(PDT-BA)



Aiel Machado
(PSB-PR)



Angela Amin
(PP-SC)



Bibó Nunes
(PSL-RS)



Bira do Pindaré
(PSB-MA)



Cezinha de Madureira
(PSD-SP)



Cleber Verde
(REPUBLICANOS-MA)



Coronel Armando
(PSL-SC)



David Soares
(DEM-SP)



Ely Santos
(REPUBLICANOS-SP)



Gustavo Fruet
(PDT-PR)



Hélio Leite
(DEM-PA)



João Maia
(PL-RN)



José Rocha
(PL-BA)



Julio Cesar Ribeiro
(REPUBLICANOS-DF)



Loester Trutis
(PSL-MS)



Luiza Erundina
(PSOL-SP)



Merlong Solano
(PT-PI)



Milton Coelho
(PSB-PE)



Nilto Tatto
(PT-SP)



Pedro Vilela
(PSDB-AL)



Perpétua Almeida
(PCdoB-AC)



Renata Abreu
(PODE-SP)



Roberto Alves
(REPUBLICANOS-SP)



Rodrigo Coelho
(PODE-SC)



Silas Câmara
(REPUBLICANOS-AM)



Ted Conti
(PSB-ES)



Vander Loubet
(PT-MS)



Vinicius Poit
(NOVO-SP)



Vitor Lippi
(PSDB-SP)

MEMBROS SUPLENTE



Afonso Motta
(PDT-RS)



Alceu Moreira
(MDB-RS)



Alencar Santana Braga
(PT-SP)



André Figueiredo
(PDT-CE)



Beto Faro
(PT-PA)



Beto Pereira
(PSDB-MS)



Bilac Pinto
(DEM-MG)



Carlos Chiodini
(MDB-SC)



Celina Leão
(PP-DF)



Coronel Chrisóstomo
(PSL-RO)



Domingos Neto
(PSD-CE)



Dr. Zacharias Calil
(DEM-GO)



Eduardo Cury
(PSDB-SP)



Evair Vieira de Melo
(PP-ES)



Félix Mendonça Júnior
(PDT-BA)



Gervásio Maia
(PSB-PB)



Gilberto Abramo
(REPUBLICANOS-MG)



Jandira Feghali
(PCdoB-RJ)



Jefferson Campos
(PSB-SP)



Leo de Brito
(PT-AC)



Liziane Bayer
(PSB-RS)



Luis Miranda
(DEM-DF)



Luisa Canziani
(PTB-PR)



Luiz Lima
(PSL-RJ)



Márcio Labre
(PSL-RJ)



Natália Bonavides
(PT-RN)



Nereu Crispim
(PSL-RS)



Nilson Pinto
(PSDB-PA)



Paula Belmonte
(CIDADANIA-DF)



Paulo Abi-Ackel
(PSDB-MG)



Paulo Eduardo Martins
(PSC-PR)



Paulo Ganime
(NOVO-RJ)



Paulo Magalhães
(PSD-BA)



Rui Falcão
(PT-SP)



Sóstenes Cavalcante
(DEM-RJ)



Tia Eron
(REPUBLICANOS-BA)

(*) Composição atualizada em 22/12/2021



DEP. ALEI MACHADO
PROFESSOR

DESTAQUES NA CCTCI

10 de março de 2021

Instalação e eleição



Deputado Aliel Machado, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

A CCTCI elegeu, por unanimidade, o deputado Aliel Machado (PSB-PR) para presidi-la em 2021. Deputado federal desde 2015, Aliel está no seu segundo mandato e substituiu o deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), ocupante do cargo no ano anterior.

Natural de Ponta Grossa (PR), Aliel Machado Bark foi o deputado federal mais jovem eleito em 2015 no estado, com apenas 25 anos. Desde então, teve participação ativa em várias comissões permanentes, tais como as de Constituição e Justiça; de Educação; de Viação e Transportes; e do Esporte.

Também foi membro de importantes comissões temporárias, como a da PEC 199/19 (prisão em 2ª instância), a CPI - Máfia das Órteses e Próteses no Brasil e a Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, com destaque para o papel de relator do PL 7.197/02 (revisão das medidas educativas do ECA).

No dia 19 de maio de 2021, foram eleitos o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) para o cargo de 1º vice-presidente da comissão, o deputado Milton Coelho (PSB-PE) para 2º vice-presidente e o deputado Roberto Alves (Republicanos-SP) para 3º vice-presidente.

24 de março de 2021

Contratação avulsa de serviços de telecomunicações



Deputada Celina Leão

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 7.263/17, do deputado Altineu Cortês, que garante ao consumidor a liberdade de escolher os serviços oferecidos por empresas de telefonia e de TV por assinatura de forma individualizada, sem a obrigatoriedade de contratar pacotes fechados (os combos). O projeto recebeu parecer favorável da relatora, deputada Celina Leão (PP-DF). Ela optou por recomendar a aprovação da versão da Comissão de Defesa do Consumidor, que analisou a proposta em 2017. Na ocasião, o colegiado aprovou um substitutivo elaborado pelo deputado Moses Rodrigues (MDB-CE). A diferença entre os dois textos (o original e o substitutivo) é que o primeiro proíbe

os combos, enquanto o segundo possibilita ao usuário escolher por serviços individuais ou por pacotes. De acordo com a relatora, o substitutivo do deputado Moses Rodrigues “prima por uma conjunção entre livre iniciativa, prestação de informações corretas aos usuários e liberdade de escolha para os consumidores dos serviços de telecomunicações”.

Conforme a versão aprovada, os serviços de telecomunicações devem ser oferecidos de forma individualizada com a mesma qualidade dos ofertados em conjunto (combo), sem a incidência de taxas de adesão ou outras cobranças que alterem artificialmente a composição dos preços dos serviços contratados.

O usuário terá direito à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços individualizados, inclusive nos casos de oferta conjunta de serviços.

O descumprimento dessas regras sujeita a empresa a penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A proposição, que tramita em caráter conclusivo, já foi aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor e agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

28 de abril de 2021

Oferta de 100 SMS gratuitos por mês



Deputado Eduardo Cury

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 4.377/19, de autoria do deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE), que obriga as operadoras de telefonia celular a oferecer gratuitamente a todos os clientes pelo

menos 100 mensagens curtas de texto (SMS) por mês.

O relator, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), recomendou a rejeição. “Como se trata de um regime de prestação de serviço orientado ao mercado, não é possível a ingerência sobre o preço dos pacotes, os quais são regulados pela livre interação entre demanda e oferta”, explicou.

De acordo com o autor, deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE), em 2019 quase 25 milhões dos mais de 228,6 milhões de celulares ativos no País ainda operavam na antiga tecnologia 2G, que não permite acesso à internet. “Como forma de contornar a deficiência na oferta de internet móvel e o alto valor cobrado pelas operadoras pelos pacotes de acesso, seria de se esperar que mensagens curtas de texto fossem largamente utilizadas”, argumentou.

Como foi rejeitado na única comissão designada para analisar o mérito, o texto deverá ser arquivado, a não ser que seja apresentado recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados.

5 de maio de 2021

Licença tácita para a instalação de antenas de telefonia móvel

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 8.518/17, de autoria dos deputados Vitor Lippi (PSDB-SP) e Odorico Monteiro (PSB-CE), que autoriza as operadoras de telefonia a instalar a infraestrutura de antenas de comunicação móvel caso as licenças não sejam concedidas no prazo de 60 dias após a solicitação.

De acordo com a proposta, a instalação terá que ser feita em conformidade com as condições descritas no requerimento de solicitação e com normas municipais, estaduais, distritais e federais. Os municípios, responsáveis pelo licenciamento, poderão cassar a licença tacitamente caso haja descumprimento dessas regras.

O texto aprovado é o substitutivo apresentado pelo deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), que acolheu a versão adotada na Comissão de Desenvolvimento Urbano, com alguns ajustes. O principal deles foi a manutenção do prazo máximo para a concessão da licença pelo órgão competente de 60 dias, em conformidade com o que já determina a Lei das Antenas.

“A pandemia causada pela Covid-19 evidenciou a importância dos serviços de telecomunicações para a sociedade brasileira. Com a disseminação do vírus, de um dia para o outro, dezenas de milhões de

pessoas foram colocadas em situação de isolamento social, muitas das quais obrigadas a ingressar em regime de teletrabalho e de educação a distância. A nova realidade colocou à prova os limites da capacidade das redes de telecomunicações em operação no País, uma vez que o acesso à internet se tornou central em nossas vidas e os serviços de internet vêm desempenhando papel crucial na superação de muitos dos entraves enfrentados durante o atual estado de emergência pública”, ressaltou.

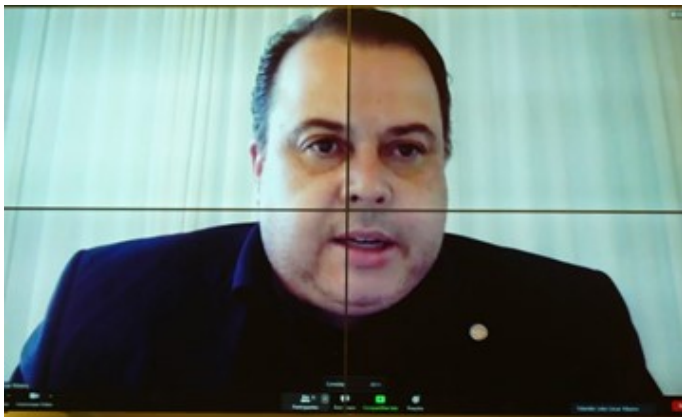
A proposta, que tramita em regime de urgência, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e seguirá para o Plenário da Câmara.



Deputado Eduardo Cury

16 de junho de 2021

Investimentos públicos em emissoras de rádio e TV



Deputado Julio Cesar Ribeiro

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 6.301/19, de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), que proíbe as emissoras de rádio e televisão de receber recursos públicos ou obter empréstimos em bancos estatais.

Orleans e Bragança alega que a proposta visa acabar com o “dirigismo estatal” sobre o mercado de rádio e de TV, que compromete a isonomia das empresas de comunicação. Pelo projeto, a regra seria aplicada a todas as empresas, independentemente se públicas ou privadas.

O relator, deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), advertiu, no entanto, que a medida, se colocada em prática, afetaria as emissoras públicas, incluindo as educativas, que divulgam as atividades do Poder Público e dependem de verbas governamentais.

De acordo com o relator, a regra proposta é “desproporcional e contrária ao princípio constitucional da publicidade das atividades da administração pública, que obriga a divulgação de atos públicos, tornando-os mais acessíveis à sociedade e passíveis de maior controle popular”.

O relator alegou ainda que a proibição de empréstimos retira dos bancos “um relevante setor da economia, o que igualmente viola a isonomia concorrencial e prejudica sobremaneira tais empresas”.

O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

7 de julho de 2021

Semana Nacional pela Ética, Cidadania e Combate à Corrupção

A CCTCI aprovou proposta que institui a Semana Nacional pela Ética, Cidadania e Combate à Corrupção, a ser realizada todos os anos, preferencialmente na primeira semana de junho. O texto aprovado foi o substitutivo da relatora, deputada Luiza Erundina (PsoI-SP), ao Projeto de Lei 222/19, do deputado Roberto de Lucena (Pode-SP).

A proposição retoma projeto (PL 1.629) apresentado em 2015 pelo então deputado José Carlos Araújo, arquivado ao final da legislatura passada. Para a relatora, a proposta “versa sobre tema de inegável relevância, que deve ser reforçado e valorizado do ponto de vista simbólico e cultural, porquanto são a ética e a cidadania valores fundamentais a serem cultivados pela sociedade brasileira”.

Ao incorporar, em seu substitutivo, outros quatro projetos que tramitam em conjunto com o PL 222/19 (PLs 2.815/19, 3.664/19, 4.742/19 e 4.685/20), a deputada Luiza Erundina acrescentou o combate à corrupção aos temas a serem abordados durante a semana comemorativa, que,

originalmente, tinha foco restrito à ética e à cidadania.

Outra mudança no texto original foi a retirada da obrigação de estados, municípios, Congresso Nacional e emissoras de radiodifusão realizarem ações para divulgar e celebrar a ocasião. A relatora optou também por não detalhar a natureza e a abrangência das iniciativas a serem adotadas pelas instituições públicas e privadas.

Ainda no sentido de conferir maior liberdade na organização dos eventos, foi flexibilizada a determinação de que as celebrações ocorram na primeira semana de junho, período apontado no substitutivo apenas como preferencial. O deputado Roberto de Lucena observou que a data foi escolhida por ter sido na primeira semana de junho, em 2010, que foi sancionada a Lei Complementar 135/10, a chamada “Lei da ficha limpa”, com origem em um projeto de lei de iniciativa popular.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

7 de julho de 2021

Benefício emergencial para rádios comunitárias durante a pandemia



Deputada Perpétua Almeida

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.805/20, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e outros, que concede subsídio de R\$ 10 mil a rádios comunitárias durante a pandemia. O benefício será dividido em quatro parcelas trimestrais, de R\$ 2,5 mil, e terá como contrapartida a divulgação de informações e ações dos governos municipais, estaduais e federal de combate ao coronavírus.

O autor do projeto observa que as rádios comunitárias têm divulgado o calendário de vacinação e as políticas de distanciamento social, assim como promovido campanhas de arrecadação

de donativos para pessoas atingidas pela crise. Além disso, as rádios comunitárias não podem receber dinheiro por propaganda. "Elas divulgam campanhas institucionais e não ganham por isso", lembrou o deputado.

A proposta foi aprovada com substitutivo da relatora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). Entre as mudanças, há a exigência de divulgação das medidas de prevenção à pandemia, na forma de chamadas e inserções na programação da emissora, totalizando um mínimo de 60 minutos a cada semana. As emissoras adequarão as mensagens a formato e linguagem apropriados à cultura local da comunidade atendida.

Outra alteração ao texto original foi a de retirar a concessão do subsídio somente para rádios que já estivessem em funcionamento antes da pandemia. O substitutivo requer, entretanto, apenas que as rádios detenham licença para operar em caráter provisório ou definitivo na data de publicação da lei.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

14 de julho de 2021

Emendas à LDO

A CCTCI aprovou, no dia 14 de julho, as emendas da comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2022.

A LDO compreende as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em função das metas e prioridades estabelecidas, a LDO fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; e indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Foram apresentadas 12 sugestões de emendas de texto e 4 sugestões de emendas de meta. Não existe limite de emendas de texto para envio à Comissão Mista de Orçamento (CMO), enquanto que as de meta estão limitadas a 3. As sugestões de meta contempladas foram: **1) Nº 1/2021** - Incluir na ação:

00LV - Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Acréscimo: 50.000; **2) Nº 2/2021** - Incluir na Ação 20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital. Acréscimo: 20.000; **3) Nº 3/2019** - Incluir na Ação: 20US - Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Acréscimo: 3.913.

As sugestões de emendas de texto, de acordo com o item 2.3.1 do Parecer Preliminar, estão restritas à competência regimental da comissão. Assim, as sugestões admitidas foram: **1) Nº 1/2019** - Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 3, de 2021: “Art. X Fica vedada a alocação de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em reserva de contingência primária ou financeira”; **2) Nº 3/2021** - Inclua-se no Anexo III, seção III, Inciso X, o seguinte inciso: XI - Despesas com as ações vinculadas à função Comunicações, no âmbito do Ministério das Comunicações; **3) Nº 4/2021** - Acrescenta-se o Art. 22-A, no Capítulo IV, Seção I, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, com a seguinte redação: "Art. 22-A. É

vedada a alocação orçamentária dos valores vinculados ao INPE em reserva de contingência primária ou financeira". **4) Nº 5/2021** - Acrescenta-se o Art. 22-A ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, com a seguinte redação: "Art. 22-A. É vedada a alocação orçamentária dos valores vinculados ao FNDCT em reserva de contingência primária ou financeira; **5) Nº 9/2021** - Inclua-se no Anexo III, Seção III, o seguinte inciso: XI - despesas com as ações vinculadas à função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; **6) Nº 10/2021** - Dê-se, ao § 18, do art. 62 do PLN 3/2021 (LDO 2022), a seguinte redação: Art. 62, § 18, As despesas relativas às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, de natureza contábil e financeira, serão definidas pelo Conselho Diretor do FNDCT, com assessoramento superior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, conforme previsto no art. 5º, incisos III e IV, da Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007, sendo vedada a limitação de empenho dos créditos orçamentários programados no FNDCT e a imposição de quaisquer limites à execução da sua programação financeira, assim como a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em

reservas de contingência de natureza primária ou financeira, na forma do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 11 da Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007, alterados pelo art. 2º da Lei Complementar 177, de 12 de janeiro de 2021; **7) Nº 11/2021** - Inclua-se, onde couber, no texto do PLN 3/2021-CN (LDO 2022), o seguinte dispositivo: Art. É vedada a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira, conforme disposto no § 3º do art. 11, constante do art. 2º da LC 177/2021. Parágrafo único. A alocação dos recursos do FNDCT será definida pelo Conselho Diretor do FNDCT, com assessoramento superior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, conforme previsto no art. 5º, incisos III e IV, da Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007.



Presidente Aliel Machado

11 de agosto de 2021

Multa dobrada por reincidência nos casos de vazamento de dados pessoais



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou proposta que dobra, em eventual reincidência, a multa aplicada às empresas em caso de vazamento de dados pessoais.

Atualmente, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais determina que a multa a uma empresa será de até 2% do faturamento no Brasil no último exercício, excluídos os tributos, até o limite de R\$ 50 milhões por infração.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), ao Projeto de Lei 3.420/19, do deputado Heitor Freire (PSL-CE), que limita o valor da multa ao excluir da lei a expressão “por infração”.

“A LGPD, embora essencial, trouxe falhas que

demonstram, por vezes, uma excessiva vontade de punir a atividade empresarial”, disse Heitor Freire. “Não deixa claro o que será ‘infração’, e existe o risco de se entender que, para cada dado individual em desconformidade, aplica-se a multa”, explicou o deputado.

Na visão do relator, embora meritório o texto original, a LGPD traz salvaguardas para que essas distorções não se concretizem. “A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) definirá metodologia para cálculo das multas em regulamento próprio, após consulta pública”, disse Luis Miranda, citando o órgão regulador.

“Não obstante, há necessidade de detalhar as sanções aplicáveis”, continuou o relator, ao propor multa em dobro na reincidência. “A intenção é impedir que uma empresa se valha do poder econômico para atuar ao arrepio da lei, por considerar que o prejuízo com multas é inferior ao benefício da prática ilícita”, esclareceu.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

18 de agosto de 2021

Centros de atenção para usuários compulsivos da internet



Deputado Paulo Ganime

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 2.498/15, segundo o qual provedores de acesso à internet deverão manter, em conjunto ou separadamente, pelo menos um centro de atenção a usuários compulsivos em cada estado onde atuem.

O colegiado acolheu o parecer do relator, deputado Paulo Ganime (Novo-RJ). “Dados evidenciam que o brasileiro passa grande parte do dia conectado à internet; trata-se da oferta de serviço cuja demanda é crescente”, observou.

Segundo o relator, não há na legislação atribuição de responsabilidade objetiva que enseje a reabilitação de quem sofreu algum prejuízo em decorrência de uso abusivo de produto ou serviço fornecido licitamente. Desta forma, não é razoável

responsabilizar provedores de internet pela educação dos usuários.

“Esse tipo de iniciativa não se observa em nenhum setor econômico”, afirmou Paulo Ganime. “Empresas automotivas não são obrigadas a educar motoristas, empresas de bebidas alcoólicas não são responsáveis por orientar os cidadãos a serem parcimoniosos no consumo, e assim por diante”, comparou o relator.

O texto rejeitado altera o Marco Civil da Internet. Pela proposta, os centros de atenção mantidos pelos provedores devem orientar as pessoas sobre o uso de internet e das redes sociais de forma controlada e moderada.

Entre outros pontos, a proposta exige a oferta de técnicas para reconhecimento de potenciais benefícios e malefícios dessas práticas; para identificação das principais condições que levam ao uso compulsivo; e para o enfrentamento de ansiedade, depressão, solidão, estresse e outras situações adversas.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

25 de agosto de 2021

Correta bilhetagem dos serviços de dados pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal



Deputada Angela Amin

A CCTCI aprovou o relatório final da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 77/16, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos e seus efeitos deletérios perante a economia e a sociedade no País. A PFC tem como objetivo a fiscalização, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), das ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) acerca da correta bilhetagem dos serviços de dados por parte das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP).

A relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), recomendou o encerramento e o arquivamento da proposta em razão do acórdão do TCU sobre o resultado da fiscalização daquele órgão aos questionamentos da CPI dos crimes cibernéticos, objeto dessa PFC, que concluiu pelo pleno atendimento das referidas solicitações, encerrando, assim, o processo de fiscalização.

25 de agosto de 2021

Isonomia aos veículos de imprensa em entrevistas coletivas de autoridades



Deputada Luiza Erundina

A CCTCI aprovou proposta que garante aos veículos de imprensa isonomia na participação em entrevistas coletivas concedidas à imprensa por autoridades e servidores da administração pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O texto aprovado foi o substitutivo da relatora, deputada Luiza Erundina (Psol-SP), ao Projeto de Lei 542/19, da deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Conforme a proposta, as autoridades deverão obedecer aos princípios da impessoalidade, da imparcialidade e da não discriminação ao oferecer informação pública, inclusive quando for necessária a realização de cadastro ou de outro tipo de

credenciamento para o acesso a recinto em que autoridade ou servidor fornecerá essas informações. Caso a autorização seja negada, as razões deverão ser documentadas e fundamentadas, devendo ser comunicadas ao requerente.

"Trata-se de garantir a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento pela formulação e imposição de princípios que, em condições de efetiva vida democrática, estariam inscritos no coração de todos. Infelizmente, vivemos tempos em que temos que transferi-los à letra da lei para que sejam lembrados", avaliou a relatora.

O texto considera como infração administrativa a recusa em credenciar profissional e a proibição de acesso ao local da entrevista, sujeitando o infrator às penas previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais. As penas vão de advertência à destituição do cargo ou função comissionada.

O projeto original estabelecia as sanções previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI), que incluem advertência, multa e rescisão do vínculo com o poder público.

Já aprovada pela Comissão de Cultura, a proposta, que tramita em caráter conclusivo, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

1º de setembro de 2021

Permissão para Anatel suspender temporariamente venda de serviços de telecom



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou proposta que permite à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) adotar, na forma da regulamentação, medida cautelar suspendendo temporariamente a comercialização e a ativação de novos acessos ao serviço pela prestadora de telecomunicações. Isso poderá ocorrer sempre que o crédito de multa já aplicada à empresa esteja constando na Dívida Ativa da União. O texto aprovado foi o substitutivo, com complementação de voto, do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), ao Projeto de Lei 1.294/19, do deputado Marcelo Ramos (PL-AM). O projeto original determinava que a Anatel suspendesse temporariamente a comercialização de celulares e a ativação de novos acessos ao serviço a partir da quarta multa aplicada à concessionária de telecomunicações.

“A proposta é correta, mas promove um engessamento excessivo ao colocar a definição de suspensão no âmbito legal, ou seja, no texto da LGT [Lei Geral de Telecomunicações]”, disse Luis Miranda. “Optamos por oferecer um substitutivo que mantém a ideia original, delegando a competência à Anatel para definir, por meio de regulamentação, as situações nas quais a prestadora será proibida de ativar novos assinantes – algo que concorre para maior segurança jurídica e atração de investimentos”, completou.

O relator citou o “Relatório de Prestação de Contas do exercício de 2018” da Anatel, segundo o qual menos de 12% das multas aplicadas pela agência em decorrência de irregularidades se convertem efetivamente em valores pagos e arrecadados aos cofres públicos. Ele cita ainda relatório do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, segundo o qual apenas em 2019 houve 253 mil reclamações sobre telefonia celular no Brasil – o que corresponde a 14,13% do total de reclamações, sendo o serviço líder em descontentamento dos cidadãos.

Já aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor, a proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

1º de setembro de 2021

Desestatização do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec)



Deputado Bira do Pindaré

A CCTCI aprovou o relatório parcial do deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) à Proposta de Fiscalização e Controle 18/21, do deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), que trata sobre a fiscalização do processo de desestatização do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec). No parecer apresentado, Bira do Pindaré votou pela implementação da proposta.

Após destacar o papel da CCTCI no acompanhamento da política de ciência, tecnologia e inovação (CTI) brasileira, o relator observou que a Ceitec faz parte do conjunto de entidades que promovem o desenvolvimento tecnológico do País e que cabe ao colegiado acompanhar qualquer alteração nos rumos da política nacional. “É dever desta comissão promover a fiscalização, o acompanhamento e o monitoramento dos atos do Poder Executivo a fim de se fortalecer o desenvolvimento tecnológico no País e a capacidade de participação em relevantes cadeias produtivas e tecnológicas”, afirmou.

A proposta e o parecer oferecido pelo relator foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para as providências cabíveis.

1º de setembro de 2021

Certificação de equipamentos de telecomunicações



Deputado Luis Miranda

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 6.459/19, que determina que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) reconheça certificações de equipamentos de telecomunicações de outros países sem que haja a necessidade de acordos de reconhecimento mútuo entre o governo brasileiro e administrações estrangeiras.

A proposta, do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97). O deputado argumenta que a certificação, no Brasil, de produtos já certificados por outros países seria um custo desnecessário.

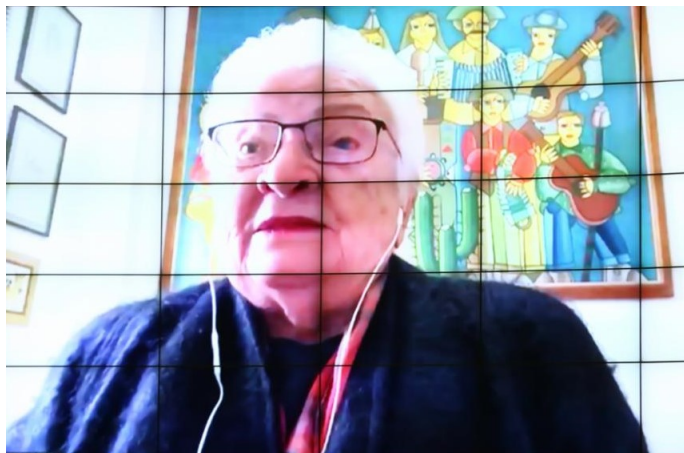
Porém, o parecer do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), foi contrário à proposta. "O processo de certificação e homologação é uma tarefa que gera empregos qualificados e permite que existam, em território nacional, laboratórios e entidades capazes de fazer ensaios com nível tecnológico adequado", afirmou. "Além disso, se os equipamentos não tiverem uma certificação e homologação nacional, será mais difícil para o consumidor diferenciar produtos piratas e produtos legítimos. Isso porque poderá haver um produto cujo modelo tenha sido certificado, mas que não tenha o 'selo' da Anatel", completou.

"Desta forma, a aceitação unilateral de certificações estrangeiras sem que nosso país tenha qualquer ingerência sobre o processo nos parece uma medida assimétrica arriscada e que compromete a soberania nacional em um tema tão sensível", concluiu.

A proposta será arquivada, a menos que haja recurso apresentado ao Plenário.

15 de setembro de 2021

Licença-maternidade ou de saúde em bases de dados curriculares



Deputada Luiza Erundina

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 11.022/18, que determina a inclusão nas bases de dados curriculares de um campo, de preenchimento opcional por estudantes ou profissionais, para declaração de licença-maternidade ou licença para tratamento de saúde.

Pela proposta, essa possibilidade deverá constar, por exemplo, na Plataforma Lattes – sistema virtual de currículos de professores e pesquisadores brasileiros, criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O PL 11.022/18 é de autoria da deputada Clarissa Garotinho (Pros-RJ) e a aprovação foi

recomendada pela relatora, deputada Luiza Erundina (Psol-SP).

O objetivo da proposta, segundo a autora, é informar os períodos de afastamento aos contratantes e avaliadores de processos seletivos, para garantir igualdade de concorrência a pessoas que utilizaram as licenças maternidade e de saúde e, por consequência, diminuíram sua produção por determinado período.

Erundina concordou com a medida e disse que ela garante equidade na avaliação profissional. “Em plataformas digitais de currículos, como o Lattes, o tempo de maternidade, por exemplo, pode ser entendido como falta de produção por parte dos avaliadores”, afirmou.

O projeto determina ainda que, em uma avaliação objetiva de currículos, ninguém poderá ser prejudicado por usufruir de períodos de licença-maternidade ou por motivo de tratamento de saúde.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, já foi aprovada pela Comissão da Mulher e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

22 de setembro de 2021

Ampliação do conceito de publicidade abusiva no Código de Defesa do Consumidor

A CCTCI aprovou proposta que considera abusiva propaganda que leve o consumidor a erro sobre o produto anunciado. A proposta impede publicidade que contenha texto, som ou imagem que possa dar outro sentido à mensagem, seja por omissão, exagero ou ambiguidade, direta ou indiretamente.

O texto altera o Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a propaganda enganosa ou abusiva.

O que estava em votação eram três emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei 2.442/19, da deputada Erika Kokay (PT-DF). O projeto original (PL 1.840/11) foi aprovado pela Câmara em 2016 e alterado pelo Senado em 2019. As alterações feitas pelos senadores voltaram à Câmara para análise dos deputados.

As emendas do Senado também deixam claro que será considerada abusiva a publicidade capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à própria saúde ou segurança. A palavra “segurança” não constava do texto aprovado na Câmara.

Relator da proposta, o deputado Roberto Alves (Republicanos-SP) defendeu a aprovação das emendas por considerar que os senadores apenas fizeram ajustes de técnica e restabeleceram expressão já existente na legislação atual e retirada pela proposta aprovada pelos deputados em 2016. “Afigura-se como aperfeiçoamento da redação”, disse.

Já aprovadas na Comissão de Defesa do Consumidor, as emendas do Senado Federal ainda serão analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e deverão ser votadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.



Deputado Roberto Alves

22 de setembro de 2021

Cooperação em ciência e tecnologia entre o governo brasileiro e o governo de Israel

A CCTCI aprovou acordo de cooperação em ciência e tecnologia entre o governo brasileiro e o governo de Israel. A proposta (PDL 233/21) tem como objeto facilitar a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas brasileiras e israelenses, mediante a realização de atividades bilaterais de pesquisa, a articulação de eventos científicos conjuntos, o intercâmbio de especialistas e a troca de informações em assuntos prioritários de interesse mútuo no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, entre outras iniciativas.

A relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), recomendou a aprovação da proposta. Em seu parecer, ela observou que o ato internacional atualiza, na parte referente à cooperação tecnológica, acordo bilateral assinado em 1962 e, em complemento, institui instrumento jurídico que facilitará a alocação e a liberação dos recursos orçamentários necessários para implementar as ações de colaboração científica desenvolvidas sob a égide de protocolo de intenções celebrado em 2018.



Deputada Angela Amin

“O ato bilateral firmado, ao mesmo tempo em que reafirma e fortalece os laços históricos de cooperação científica entre Brasil e Israel, também contribui para alavancar recursos que serão aplicados em projetos de tecnologia e inovação nos mais variados campos do conhecimento. Além disso, oferecerá oportunidades para que os pesquisadores brasileiros possam estabelecer parcerias com especialistas, instituições científicas e empresas de base tecnológica de elevado reconhecimento no cenário mundial, gerando benefícios para o setor de ciência, tecnologia e inovação no País”, destacou.

A proposta, que tramita em regime de urgência, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e depois seguirá para o Plenário da Casa.

29 de setembro de 2021

Publicação de comunicados de sociedades anônimas apenas na internet



Deputado Luis Miranda

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 1.776/19, que desobriga as sociedades anônimas da publicação de comunicados previstos na Lei das S/A, como registros e alterações societárias, em jornais de grande circulação. O projeto prevê a veiculação dos comunicados apenas na internet. O autor da proposta, deputado Wladimir Garotinho (PSD-RJ), disse que a ideia é permitir que os acionistas tomem conhecimento de forma mais rápida e transparente sobre os registros que as S/A são obrigadas a publicar, além de contribuir com o meio ambiente

por meio da redução do consumo e do desperdício de papel.

O parecer do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), foi contrário à matéria. Ele destacou que o projeto foi proposto antes da publicação da Lei 13.818/19, que trata do mesmo tema. Essa lei mantém as publicações obrigatórias, de maneira resumida, em jornais impressos, bem como nas páginas dos mesmos jornais na internet com o uso de certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil. A norma entrará em vigor apenas em 2022.

"Alterar a legislação de maneira tão constante diminui a previsibilidade das regulações brasileiras, aumentando a instabilidade, os riscos e, conseqüentemente, os custos empresariais no País", disse Miranda.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

29 de setembro de 2021

Multa para usuário que divulgar notícias falsas sobre pandemia de Covid-19

A CCTCI aprovou proposta que prevê multa de R\$ 500 a R\$ 10 mil para o usuário que divulgar notícias falsas, distorcidas ou descontextualizadas relativas à pandemia de Covid-19, que prejudiquem as medidas sanitárias de enfrentamento ou que, de qualquer modo, coloquem em risco a saúde pública.

Pela proposta, a multa levará em consideração a situação econômica do agente, a repercussão da notícia, o impacto sobre a saúde pública, a habitualidade da conduta, o intuito lucrativo e o proveito patrimonial eventualmente obtido. O valor poderá ser triplicado no caso de notícia falsa de amplo alcance que incite ao descumprimento de medidas sanitárias determinadas pelas autoridades públicas ou se difundida por meio de disseminadores artificiais (como robôs) ou por rede de disseminação artificial, ou seja, que não seja fornecida diretamente pelo provedor de aplicação.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), ao Projeto de Lei 3.131/20, do deputado Ronaldo Carletto (PP-BA). O relator alterou o texto para "deixar claro que a multa será aplicada aos usuários responsáveis, e não aos provedores, e para esclarecer que as hipóteses de disseminação artificial do conteúdo não abarcam

recursos ou facilidade fornecidos diretamente pelo provedor de aplicações, protegidos pelo princípio da livre iniciativa".

A aplicação da multa resultará de condenação em ação judicial em que se garanta a ampla defesa e o contraditório. Ainda de acordo com a proposta, os valores das multas se destinarão a fundo para reconstrução dos bens lesados.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Luis Miranda

29 de setembro de 2021

Acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre cooperação de iniciativas militares



Deputado Eduardo Cury

A CCTCI aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 254/21, que ratifica acordo entre o Brasil e os Estados Unidos referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020.

O projeto define termos gerais para o início, a condução e o gerenciamento de pesquisas básicas e avançadas e para o desenvolvimento de componentes, protótipos, sistemas de engenharia e de fabricação de artigos militares.

Na visão do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), relator da matéria, o acordo tem o condão de potencializar a obtenção de informações e o incentivo tecnológico para áreas específicas e deficitárias no setor militar brasileiro. “Nesse sentido, o acordo estabelece a criação de grupos de trabalho a fim de explorar, estudar e apresentar questões

mais específicas ou para harmonizar os parâmetros de pesquisa e desenvolvimento, dando uma flexibilidade muito bem-vinda para solução de problemas particulares do nosso país”, ressaltou.

Cury salientou que o Acordo RDT&E resguarda o Brasil da utilização inadequada e de eventuais transferências ou compartilhamento das informações, já que, para isso ocorrer, deve haver concordância prévia e por escrito das partes envolvidas, evitando que informações sensíveis ou sigilosas sejam utilizadas por potenciais inimigos ou agressores externos.

“Do ponto de vista financeiro, o acordo não compromete o Brasil a priori com qualquer aporte de recursos, sendo que cada parte poderá contribuir equitativamente para o total de custos financeiros e não financeiros”, acrescentou. Cury concluiu que o acordo RDT&E traz benefícios consideráveis à pesquisa e ao desenvolvimento nacionais, beneficiando a capacidade de defesa e o conhecimento aplicado no Brasil.

A matéria tramita em regime de urgência e será apreciada pelas comissões de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário da Casa.

20 de outubro de 2021

Proibição de provedor de internet oferecer velocidade menor que a contratada



Deputado Vitor Lippi

A CCTCI rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo 931/18, que susta norma da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) pela qual os provedores de internet podem reduzir a velocidade de conexão no horário de maior tráfego.

Foi acolhido o parecer pela rejeição elaborado pelo relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP). “Cabe às operadoras esclarecer aos usuários, na publicidade e nos contratos, que a velocidade informada não representa a mínima garantida, mas um parâmetro de referência para a média prevista em norma”, afirmou.

Trecho da Resolução nº 574/11 da Anatel define que, no período de maior tráfego, os provedores devem ofertar velocidade média de conexão de 80% da máxima contratada e uma velocidade instantânea de 40%. Assim, um consumidor que contrata um plano de 10 Mbps poderá, por exemplo, receber 4 Mbps.

“O que se depreende, portanto, é que a origem do problema atacado pela proposta está não nessa regulamentação da Anatel, mas na suposta omissão das operadoras em informar adequadamente os usuários sobre os termos da prestação do serviço, tema não abordado no projeto de lei”, concluiu Lippi.

“O consumidor tem o direito de usufruir exatamente aquilo por que pagou, nas quantidades exatas ofertadas pelo fornecedor do produto ou serviço”, disse o deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), autor do texto rejeitado.

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário.

20 de outubro de 2021

Software de código aberto entre as preferências do setor público

A CCTCI aprovou proposta que inclui os programas de computador com código aberto na lista de preferência para as aquisições, pelo setor público federal, de bens e serviços de informática e automação.

O texto insere dispositivo na Lei de Informática e foi aprovado na forma do substitutivo elaborado pelo relator, deputado Alex Santana (PDT-BA), ao Projeto de Lei 10.970/18. “A preferência deve ser inserida como critério adicional, de aplicação subsequente àqueles já previstos, de modo a preservar uma classificação compatível com o restante da política industrial e de inovação já inscrita na lei”, disse Santana.

Hoje, a lei dá preferência, em ordem, à aquisição de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e àqueles produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo.

Ao justificar o projeto, o autor, o ex-deputado

JHC, destacou que softwares de código aberto estão em constante desenvolvimento e hoje são tão eficientes quanto programas de código fechado, que dependem de licenças caras e não possuem a adaptabilidade necessária para se ajustar à administração pública.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Alex Santana

20 de outubro de 2021

Proibição de multa por quebra de fidelidade na pandemia



Deputado Merlong Solano

A CCTCI aprovou proposta que proíbe a cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto a prestadoras de serviços de telefonia fixa ou móvel, TV e internet durante períodos de pandemia.

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Merlong Solano (PT-PI), à versão da Comissão de Defesa do Consumidor para o Projeto de Lei 1.231/20, do deputado Alexandre Frota (PSDB-SP).

“A Comissão de Defesa do Consumidor melhorou e tornou o texto mais preciso, destacando que as situações de calamidade pública ou estado de emergência de saúde pública devem ser reconhecidas pelo poder público”, disse o relator.

“Contudo, a fim de não deixar dúvidas, substituí as expressões ‘telefonia fixa ou móvel’, ‘televisão por assinatura’ e ‘provimento de acesso à internet’, essas mais populares, pelos correspondentes técnicos constantes das leis relativas às telecomunicações”, explicou Merlong Solano, no substitutivo aprovado.

Para Alexandre Frota, o novo coronavírus vai alterar a forma como países e empresas fazem negócios. “No Brasil, não será diferente, e preocupa a quantidade de pessoas à míngua e obrigadas a cortar despesas supérfluas”, afirmou o autor do texto original.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

27 de outubro de 2021

Alerta sobre uso prolongado de TV, computador e celular pelas crianças



Deputado Vitor Lippi

A CCTCI aprovou proposta que obriga os fabricantes de equipamentos de comunicação e informática – como computadores, celulares e TVs – a divulgar alertas sobre possíveis danos à saúde devido ao uso prolongado e ininterrupto.

Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), ao Projeto de Lei 1.795/19, do deputado Julian Lemos (PSL-PB), e um apensado. “Não há como impedir a convivência das crianças e dos jovens com tais equipamentos, mas é preciso estimular a conscientização”, disse o relator.

O substitutivo insere dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevê alertas por meio de peças publicitárias, embalagens e manuais de instrução, inclusive por meio de código

reconhecível por aplicativo (QR Code) ou outras formas de tecnologia que venham a ser desenvolvidas.

“A impressão de um QR Code na embalagem poderá direcionar os usuários ou os responsáveis a um sítio de internet em que as informações detalhadas de segurança estejam disponíveis em formato, conteúdo e nível de detalhes previstos em regulamento técnico”, explicou Vitor Lippi no parecer aprovado.

A medida é necessária, segundo o relator, porque a Organização Mundial da Saúde (OMS) concluiu que a exposição a vídeo não é recomendada para crianças com menos de 1 ano de idade. O mesmo texto sugere ainda a limitação dessa exposição a 60 minutos diários para crianças de até 4 anos.

“Um dos fatores aventados para o aumento do sedentarismo e o aumento de peso entre crianças e adolescentes é a permanência por horas a fio diante das telas de computador”, afirmou Julian Lemos ao justificar a proposta. “A ideia é assegurar a convivência saudável com a tecnologia”, completou o autor.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

27 de outubro de 2021

Proibição de cobrança por acesso a notícias na internet

A CCTCI rejeitou projeto de lei que proíbe a cobrança de assinatura mensal ou diária para acesso a informações de sites governamentais ou noticiosos.

O PL 2.029/21 é do deputado Bosco Costa (PL-SE) e altera o Marco Civil da Internet. Ele defende que o acesso à informação de caráter público é fundamental para o exercício dos direitos. O texto foi relatado pelo deputado Milton Coelho (PSB-PE), que pediu a rejeição.

Coelho afirmou que o trabalho jornalístico não se resume a reproduzir informações do poder público, envolvendo também o trabalho de apuração, consolidação e análise dos fatos realizado por profissionais contratados.

“Essa agregação de valor demanda um esforço que deve ser remunerado”, disse o deputado.

Como foi rejeitado na única comissão de mérito, o projeto, que tramita em caráter conclusivo, será arquivado, a menos que haja recurso contrário ao arquivamento dirigido ao Plenário da Câmara.



Deputado Milton Coelho

10 de novembro de 2021

Emendas à LOA



Presidente Aiel Machado

A CCTCI aprovou, no dia 10 de novembro, as emendas da comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2022. O valor total das emendas foi de R\$ 1.541.547.134,00.

Foram apresentadas 26 sugestões de emendas, todas de apropriação, das quais foram escolhidas 4 pelo colegiado para envio à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

1ª Emenda: Unidade Orçamentária: 24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa: 2204 – Brasil na fronteira do conhecimento. Ação 00LV - formação, capacitação e fixação de recursos humanos para o desenvolvimento científico – Nacional. Valor:

R\$ 1.000.000.000,00; **2ª Emenda:** Unidade Orçamentária: 41101 – Ministério das Comunicações – Administração Direta. Programa 2205 – Conecta Brasil - Nacional. Ação 20V8 - apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital - Nacional. Valor: R\$ 213.868.563,00; **3ª Emenda:** Unidade Orçamentária: 24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa 2204 – Brasil na fronteira do conhecimento. Ação 20US – fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico – Nacional. Valor: R\$ 225.000.000,00; **4ª Emenda:** Unidade Orçamentária: 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – Administração Direta. Programa: 2208 – Tecnologias aplicadas, inovação e desenvolvimento sustentável. Ação 20V6 – fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo – Nacional. Valor: R\$ 102.678.571,00.

A LOA estabelece o Orçamento da União, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com o Plano Plurianual (PPA).

10 de novembro de 2021

Proibição de cancelamento ou suspensão de bolsas para pesquisa científica



Deputada Perpétua Almeida

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.926/19, que proíbe os órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa de cancelar, interromper, cortar ou reduzir os valores das bolsas até o término da vigência de cada uma.

O parecer da relatora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), foi favorável. “A interrupção, o cancelamento, o corte ou a redução dos valores das bolsas gera enorme ineficiência não apenas para a educação, mas para o ambiente de pesquisa e desenvolvimento científico no Brasil”, disse.

Segundo o autor da proposta, deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), o objetivo é dar segurança e garantias aos professores e aos estudantes e à continuidade das pesquisas científicas. Ele lembrou que em 2019 o Ministério da Educação bloqueou 30% das verbas de universidades federais, provocando muita apreensão.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

10 de novembro de 2021

Emissão gratuita de certificado digital para entidade sem fins lucrativos



Deputada Angela Amin

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 3.048/19, que prevê a emissão gratuita de certificados digitais para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como as fundações e as entidades filantrópicas.

A proposta é da deputada Daniela do Waguinho (MDB-RJ) e foi relatada pela deputada Angela Amin (PP-SC), que recomendou a rejeição.

Daniela do Waguinho argumenta que os certificados digitais têm um custo elevado, afetando particularmente as entidades sem fins lucrativos. O certificado é uma assinatura eletrônica que utiliza criptografia para confirmar a identidade de uma pessoa física ou jurídica.

A relatora, porém, afirmou que a medida representa uma intervenção indevida do Estado na economia. “A concessão dessa gratuidade resultaria em um subsídio cruzado, na medida em que os demais consumidores absorveriam um aumento de preço para compensar a isenção que ora se pretende”, disse Angela Amin.

O projeto também foi rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Com isso, será arquivado, a menos que haja recurso para a análise pelo Plenário da Câmara.

17 de novembro de 2021

Cobrança por oferta de dados em tempo real

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.224/21, que permite ao poder público cobrar pelo custo de serviços específicos de dados em tempo real fornecidos a pessoas jurídicas ou setores da economia.

Para que a cobrança seja permitida, os serviços de dados em tempo real deverão ter caráter complementar a outros de acesso gratuito e universal, e custo de fornecimento que exija gastos extras para o órgão provedor das informações.

Os valores arrecadados deverão ser aplicados exclusivamente na manutenção dos sistemas de origem dos dados e na ampliação dos canais de transparência e de dados abertos do órgão fornecedor.

O projeto é do deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e foi relatado pelo deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que apresentou parecer favorável. Para ele, a medida pode estimular a circulação de dados de interesse público que hoje não estão acessíveis devido ao alto custo de processamento, como informações meteorológicas.

“Assim, elimina-se mais uma barreira no acesso à informação”, disse Lippi.

O projeto altera a Lei do Governo Digital. De acordo com o texto, os valores cobrados deverão ser fixados a partir de critérios objetivos, transparentes e verificáveis, e se limitar a ressarcir despesas

decorrentes do fornecimento do serviço de interoperabilidade de dados.

Cada órgão deve regulamentar o fornecimento de dados nessa modalidade, seguindo requisitos básicos como não afetar a transparência ou a qualidade do acesso aos dados fornecidos de forma gratuita.

Não haverá cobrança de ressarcimento nos casos em que a demanda por serviços complementares de dados em tempo real partir de órgãos governamentais. Para as instituições acadêmicas ou sem fins lucrativos, micro e pequenas empresas e startups poderá ser concedida gratuidade ou definida cobrança diferenciada.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Vitor Lippi

24 de novembro de 2021

Preferência para microempreendedores nas parcerias dos institutos federais

A CCTCI aprovou projeto de lei que concede preferência aos microempreendedores individuais e às micro e pequenas empresas nas parcerias estabelecidas pelos institutos federais com o setor produtivo.

O projeto (PL 2.731/20), do deputado Marreca Filho (Patriota-MA), foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Luiz Lima (PSL-RJ).



Deputado Luiz Lima

"Ao estreitar as relações entre essas entidades e os empreendimentos de menor porte, a proposta contribuirá não somente para fomentar a inovação no ambiente empresarial, mas também para acelerar o processo de apropriação dos avanços tecnológicos pelas pequenas empresas, gerando benefícios para um universo potencial de milhões de empreendedores", avaliou Luiz Lima.

No substitutivo, o relator deixa claro que o tratamento dado a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte será preferencial, mas não exclusivo. A ideia, segundo Lima, é não excluir das empresas de maior porte as oportunidades de colaboração com os entes vinculados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

24 de novembro de 2021

Prorrogação de incentivos à indústria de semicondutores

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.042/21, que prorroga até 2026 incentivos por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), cuja vigência atual acaba em janeiro de 2022. De acordo com as regras do Padis, as empresas produtoras podem apropriar crédito financeiro calculado sobre o que aplicaram efetivamente, no trimestre anterior, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O projeto é de autoria do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) e outros. “Cada vez mais, vamos precisar de semicondutores e apenas cinco países concentram a produção no mundo: Japão, China, Taiwan, Estados Unidos e Coreia do Sul. As novas tecnologias demandarão muito os circuitos eletrônicos”, afirmou o autor. O projeto também inclui como beneficiários do Padis os fabricantes de várias peças, componentes e insumos utilizados para a fabricação de painéis fotovoltaicos. Para Vitor Lippi, a produção no Brasil dos módulos e painéis fotovoltaicos não vem sendo efetivamente estimulada pelo Padis porque, atualmente, a desoneração tributária trazida pelo programa se aplica somente aos módulos e painéis como produtos finais, não alcançando os componentes necessários à sua fabricação.

O relator, deputado Aiel Machado (PSB-PR), recomendou a aprovação da proposta, com emenda. Ele ressaltou que, no longo prazo, trata-se da produção de insumos que atendem a uma grande variedade de indústrias e que a demanda por componentes possíveis de serem produzidos localmente deverá ampliar-se. “No curto prazo, também, a preservação do Padis é igualmente relevante, para que possamos garantir às indústrias instaladas no País a manutenção das regras de mercado vigentes, provendo tranquilidade às decisões de investimento e de continuidade da produção local de componentes, em benefício do mercado nacional como um todo”, afirmou.

A proposta, que tramita em regime de urgência, será apreciada pelo Plenário da Casa.



Presidente Aiel Machado

1º de dezembro de 2021

Proibição de cobrança adicional por uso de aplicativo de mensagem



Deputado André Figueiredo

A CCTCI aprovou projeto de lei que proíbe as operadoras de telefonia de fazer cobrança adicional pelo uso de aplicativo de mensagens multiplataforma (como WhatsApp ou Telegram) ou de fazer restrições ao tráfego de dados de internet do usuário no uso desses aplicativos. O texto aprovado foi o substitutivo do deputado André Figueiredo (PDT-CE) ao Projeto de Lei 2.993/15, do deputado Ronaldo Carletto (PP-BA), e ao Projeto de Lei 3.003/15, apensado. Foram mantidas as mudanças feitas pela Comissão de Defesa do Consumidor, com ajustes de redação para adequar o texto às terminologias usadas na legislação de telecomunicações e no Marco Civil da Internet.

André Figueiredo também deixou claro no texto que a vedação se aplica às cobranças adicionais, a

fim de preservar os planos e serviços que ofereçam aos usuários acesso gratuito a aplicações de internet de mensagens multiplataforma. A proposta aprovada altera a Lei Geral de Telecomunicações e o Código de Defesa do Consumidor.

De acordo com o texto, os serviços de mensagem multiplataforma são considerados serviços de valor adicionado – atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações, mas não se confunde com ele. O objetivo é assegurar que o consumidor continue tendo o direito de usar os serviços de mensagens de forma livre e sem ônus. Essa definição, segundo o deputado, consolida em lei o entendimento de que os aplicativos de mensagens multiplataforma devem ser considerados serviços de valor adicionado, e não serviços de telecomunicações. “A proposição não oferece margem de dúvidas quanto à natureza jurídica dos aplicativos de internet, eliminando a possibilidade da interpretação de que aplicações como o WhatsApp e o Telegram seriam uma forma clandestina ou mascarada de prestação de serviço de telecomunicações”, explicou.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

1º de dezembro de 2021

Remanejamento de recursos do FNDCT



Deputada Angela Amin

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.610/20, que autoriza o governo a remanejar, por ato próprio, recursos contingenciados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para projetos de pesquisa administrados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A proposta é da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e outros e foi relatada pela deputada Angela Amin (PP-SC), que deu parecer favorável.

A Finep é uma empresa pública que financia pesquisas em instituições e empresas. Angela Amin observou que a proposta desburocratiza o remanejamento de recursos contingenciados para pesquisas, que poderá ser feito por ato do governo, sem necessidade de autorização legislativa. A deputada assinalou que a pandemia de Covid-19

evidenciou a necessidade de um sistema de ciência, tecnologia e inovação que dê respostas rápidas aos desafios apresentados à sociedade. “É preciso que questões burocráticas não sejam obstáculos para o direcionamento de recursos conforme as necessidades, muitas vezes iminentes e que, portanto, não podem esperar a tramitação de um projeto de lei”, defendeu.

No entanto, Angela Amin apresentou uma emenda para retirar a previsão contida no texto original de que os recursos remanejados sejam destinados, preferencialmente, ao desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamentos realacionados ao combate da Covid-19. “Nesse sentido, o projeto pode gerar um vínculo contraditório ao objetivo geral de flexibilização. Além disso, o estabelecimento de uma preferência pode causar confusão com outras prioridades estabelecidas pela legislação”, argumentou.

A emenda também inseriu a medida proposta na Lei 11.540/07, que trata do funcionamento do FNDCT, de modo a deixar os comandos relativos ao fundo “mais concentrados”.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

1º de dezembro de 2021

Proibição de cobrança pelas operadoras de serviços não solicitados pelos clientes

A CCTCI aprovou proposta que atribui ao cliente das operadoras de telefonia o direito de ser cobrado somente por serviços que tenha solicitado ou para o qual tenha manifestado consentimento expresso.

O objetivo é evitar que os assinantes de planos de telefonia e internet paguem por serviços não solicitados, principalmente os extras oferecidos pelas operadoras, como contas de e-mail, armazenamento em nuvem e antivírus. Chamados de serviços de valor adicionado (SVA), eles não são considerados serviços de telecomunicações, como as chamadas telefônicas.

O projeto também obriga a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a criar um código de conduta a ser seguido pelos prestadores de SVA. O descumprimento das regras do código sujeitará a empresa a sanções administrativas, como multa e suspensão temporária, entre outras.

O texto foi aprovado na forma de um substitutivo elaborado pelo relator, deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), que engloba o Projeto de Lei 7.851/17, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), e os apensados (PLs 10.407/18, 4.103/19 e 942/21).

Segundo ele, o modelo atual de contratação de SVA induz o consumidor a contratar serviços que desconhece ou não precisa. “A proposta vai ao encontro do interesse de milhares de brasileiros que manifestam diariamente sua indignação ao verem lançadas nas contas telefônicas cobranças que não reconhecem ou que foram levados a aceitar sem pleno entendimento”, disse Bira do Pindaré.

O texto também determina que, em caso de contestação pelo consumidor, a operadora deverá suspender imediatamente a cobrança de qualquer SVA oferecido, que só poderá ser exigida após a comprovação de que o cliente concordou com os termos do serviço. Ou seja, o ônus da prova cabe à empresa de telefonia, e não ao cliente.

O texto aprovado altera a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) e proíbe a operadora de telefonia de encaminhar mensagens de voz à caixa postal de usuários que não tenham contratado este tipo de serviço.

Além disso, o usuário que contratar o serviço de caixa postal não poderá ser cobrado pelas chamadas efetuadas para recuperar as mensagens a ele encaminhadas. O objetivo é evitar que o cliente seja cobrado por mensagens que não são do seu interesse, como propagandas.

A matéria, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Direito do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Bira do Pindaré

1º de dezembro de 2021

Maior publicidade ao SAC em lojas virtuais



Deputado Ted Conti

A CCTCI aprovou projeto de lei (PL 371/21) que obriga as lojas on-line a divulgar, em local de fácil visualização, os contatos do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). O objetivo é garantir maior

publicidade e permitir que o consumidor interessado possa tirar dúvidas sobre o produto.

O PL 371/21, de autoria do deputado Fábio Trad (PSD-MS), altera o Código de Defesa do Consumidor para incluir essa obrigação para as lojas on-line. O descumprimento poderá acarretar ao comerciante as sanções já previstas no código.

O relator, deputado Ted Conti (PSB-ES), lembrou que algumas plataformas possuem serviços de *chat* ou conversa por aplicativos para vincular o vendedor ao comprador, mas não há determinação legal.

“O mérito da proposta é corrigir a assimetria informacional que existe entre o consumidor e o vendedor na internet, uma vez que a interface pessoal inexistente no comércio virtual. Portanto, é uma medida de aperfeiçoamento da relação de consumo, o que é positivo para ambas as partes dessa relação”, disse.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

1º de dezembro de 2021

Aumento de teto de isenções para importação voltada à pesquisa científica

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.035/21, que restabelece em US\$ 300 milhões o valor anual global de incentivos fiscais para importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica. O valor foi reduzido para US\$ 93,29 milhões em 2021 por ato do Ministério da Economia.

A proposta é de autoria dos deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Alexandre Padilha (PT-SP), e busca restituir a isenção de Imposto de Importação, IPI e adicional ao frete para renovação da marinha mercante prevista na Lei 8.010/90, para pesquisa científica e tecnológica. Os autores defendem que incentivos à pesquisa devem ser reavaliados diante da pandemia de Covid-19, que depende de esforços da comunidade científica.

O relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), afirmou que a redução feita pelo Ministério da Economia nos incentivos ao setor foi uma medida arbitrária, injustificada e inoportuna. “Num momento político em que o setor que desenvolve ciência e tecnologia se sente órfão de uma política de cortes sucessivos de recursos orçamentários, a

limitação do teto de isenção de impostos para importação de equipamentos é mais uma notícia que desmotiva a rede que envolve as ações voltadas para a ciência”, destacou.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Luis Miranda

1º de dezembro de 2021

Exclusividade da União nos serviços públicos estratégicos de TI

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.270/21, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que confere à União o privilégio exclusivo na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação.

A medida alcança o tratamento de informações e o processamento de dados considerados de relevante interesse coletivo ou de segurança nacional.

O texto aprovado também proíbe a inclusão do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) no Programa Nacional de Desestatização (PND). As duas estatais operam sistemas informáticos do governo federal.

“A operação de processamento de dados e fornecimento de serviços de infraestrutura das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sobretudo quando voltada para a prestação de serviços públicos estratégicos, deve ser considerada atividade típica de Estado”, disse o relator do projeto,

deputado Ted Conti (PSB-ES), que deu parecer favorável à matéria.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Deputado Ted Conti

8 de dezembro de 2021

Internet gratuita para cidadãos em repartições públicas



Deputado Ted Conti

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4.229/20, que torna obrigatória, nas repartições públicas, a oferta de internet gratuita aos cidadãos em atendimento.

Conforme o texto, a medida valerá para todas as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios) e ainda para empresas públicas prestadoras de serviços públicos.

A proposta, do deputado Aroldo Martins (Republicanos-PR), teve sua aprovação recomendada pelo relator, deputado Ted Conti (PSB-ES).

“A oferta de pontos de acesso à internet permite ao cidadão realizar tarefas remotas e manter contatos pessoais enquanto aguarda a solução de sua demanda pelo agente público. Isso resulta em ganhos de produtividade e qualidade de vida para as pessoas atendidas”, observou Ted Conti.

Ele acrescentou que a inexistência do serviço sujeita o cidadão a utilizar, em caso de necessidade,

os recursos da operadora de telefonia, consumindo créditos de serviço pré-pago ou franquia de dados no caso do assinante de serviço pós-pago.

O projeto foi aprovado com uma modificação na parte que prevê que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) seja utilizado para implantar o acesso gratuito à internet nas repartições. A nova redação do texto direciona a utilização de recursos do fundo à implantação do serviço em órgãos e entidades da administração municipal.

O relator também suprimiu, do texto original, o item que prevê a regulamentação e a operacionalização, pelo Poder Executivo, da forma e do valor dos repasses dos recursos necessários à medida prevista no projeto.

“A redação atual da Lei do Fust traz a atuação de um conselho gestor na definição de projetos e atividades financiadas com recursos do fundo”, esclareceu Conti.

O texto determina que sejam respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

8 de dezembro de 2021

Acordo entre Brasil e Áustria em C&T

A CCTCI aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 483/21, que ratifica o acordo de cooperação em ciência e tecnologia entre Brasil e Áustria, assinado em 19 de junho de 2019.

O relator, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), destacou que o acordo facilitará a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas brasileiras e austríacas, mediante a realização de atividades bilaterais de pesquisa, a articulação de eventos científicos conjuntos, o intercâmbio de especialistas e a troca de informações em assuntos de interesse mútuo no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, entre outras iniciativas. Ele assinalou que serão fortalecidos os laços de cooperação científica entre os países e oferecidas oportunidades para que instituições e pesquisadores possam formar vínculos científicos em prol da expansão do conhecimento e também colaborações com objetivos econômicos e sociais.

“Devemos ressaltar que a Áustria é um país parceiro estratégico do Brasil, uma vez que as duas nações possuem uma longa e frutífera relação

diplomática desde 1825, quando a nossa independência foi reconhecida por aquele país”, afirmou.

Para Cury, toda e qualquer iniciativa que amplie a inserção do Brasil no mundo globalizado e promova novas oportunidades para o incremento da educação, cultura, ciência e tecnologia do País deve ser fortemente encorajada.

A proposta tramita em regime de urgência e será apreciada pelo Plenário da Casa.



Deputado Eduardo Cury

15 de dezembro de 2021

Punição para quem estimula castigo físico de crianças e adolescentes



Deputado Nilto Tatto

A CCTCI aprovou proposta que criminaliza a disseminação de conteúdos que orientem ou estimulem o castigo físico de crianças e adolescentes.

Poderá ser punida com até oito anos de reclusão a pessoa que vender, publicar, divulgar ou disponibilizar, em aplicações de internet ou qualquer outro meio de comunicação a distância, conteúdos que orientem ou estimulem o castigo físico do público infanto-juvenil. Também será punido quem

agencia ou facilita, para fins de comércio, esse conteúdo.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Nilto Tatto (PT-SP) ao Projeto de Lei 4.011/20, da deputada Rejane Dias (PT-PI). Tatto fez pequenas mudanças de redação na proposta inicial.

Ele afirmou que o surgimento de novas tecnologias e formas de acesso à informação, por meio da internet, permitiu a circulação livre de materiais on-line que orientam o castigo físico de crianças e adolescentes, prática que deve ser proibida.

“Recentemente, temos visto na mídia grande quantidade de casos de abuso e violência contra crianças e adolescentes que são de uma crueldade ímpar, desafiando o bom senso e o sentimento de humanidade”, opinou.

A proposta será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ir à votação no Plenário.

15 de dezembro de 2021

Tratamento igualitário na distribuição de recursos na C&T



Deputado Félix Mendonça Júnior

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.356/20, do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que proíbe o governo de discriminar determinadas áreas da ciência na distribuição dos recursos públicos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A regra vale para todos os órgãos da administração pública direta e indireta que promovam, incentivem, apoiem e fomentem a ciência, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação no Brasil.

O texto determina que é dever do Estado promover o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, sem discriminação, preterimento ou exclusão de disciplina ou área científica, dando tratamento prioritário à pesquisa básica e tecnológica.

A priorização de disciplina ou área científica em qualquer modalidade de apoio ou fomento à ciência, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação deverá ser motivada.

O relator, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), afirmou que o Poder Executivo não tem respeitado a prioridade a ser conferida à pesquisa científica básica e tecnológica, a exemplo da Portaria 1.122/20, que, segundo ele, orientou os investimentos de acordo com áreas de aplicação tecnológica e com os setores econômicos a serem beneficiados.

“Fica assim evidenciada, nas orientações emanadas, a perda de relevância das ciências puras, que não se associam diretamente a aplicações de escopo econômico ou tecnológico bem delimitados”, afirmou.

O deputado acrescentou que a priorização de investimentos em projetos de aplicação prática não pode ser levada ao extremo de cancelar o apoio à produção de ciência pura. “O projeto aprovado irá contribuir para um melhor equilíbrio na alocação de recursos a atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos de elevada qualificação”, disse.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS E
SEMINÁRIOS**

7 de abril de 2021

Plano de ação do MCTI para 2021



Ministro Marcos Pontes

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, participou de audiência pública virtual na CCTCI, no dia 7 de abril, com o objetivo de discutir o plano de ação da pasta para o ano de 2021. O debate atendeu a requerimento do presidente da comissão, deputado Aiel Machado (PSB-PR), subscrito pelos

deputados Luis Miranda (DEM-DF), Luiza Erundina (PsoL-SP) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Na ocasião, Pontes afirmou que estava buscando uma solução para ampliar o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e garantir o financiamento de pesquisas,

principalmente para o desenvolvimento de vacinas nacionais contra a Covid-19.

No início de abril, três vacinas estavam sendo desenvolvidas com apoio do ministério. Em março, havia sido protocolado um pedido de autorização, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para início de testes clínicos das fases 1 e 2 de uma delas (vacina Versamune-CoV-2FC-MCTI).

“Essa é uma situação crítica que vivemos neste momento”, disse Pontes, ao defender o desenvolvimento de vacinas nacionais contra a Covid-19. “Precisamos da vacina nacional porque nós temos mutações e existe a grande possibilidade de vacinação anual”, observou.

O ministro afirmou aos deputados que a saída para ampliar a dotação orçamentária da sua pasta passava pela incorporação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) às verbas destinadas ao ministério. Ele acrescentou que os outros projetos da área também dependiam desses recursos, como a concessão de bolsas de pesquisa e a construção do Reator Nuclear Multipropósito.

Durante os debates, vários parlamentares manifestaram preocupação com o baixo orçamento do MCTI. O deputado Aliel Machado lembrou que o orçamento da pasta teve redução em 2021 (ficou em R\$ 2,7 bilhões), diferente do que aconteceu com o do Ministério da Defesa, que subiu para R\$ 37 bilhões. “Todos disputam espaço e a ciência é a defesa de todos os espaços, de todas as áreas”, assinalou.

A deputada Luiza Erundina afirmou que o governo “não tem vontade política” de investir em ciência e tecnologia. Já o deputado Bibó Nunes (PSL-RS) rebateu esse argumento. “Está sendo feito muito com o orçamento que existe porque não tem mais corrupção. Essa é a verdade”, disse.



Presidente Aliel Machado

12 de maio de 2021

Plano de ação do Ministério das Comunicações para 2021

A CCTCI recebeu o ministro das Comunicações, Fábio Faria, no dia 12 de maio, para uma audiência pública virtual sobre o plano de ação do ministério para o ano de 2021. O debate foi proposto pelo presidente da comissão, deputado Aliel Machado (PSB-PR), em requerimento subscrito pelos deputados Luis Miranda (DEM-DF), Luiza Erundina (PsoL-SP) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Durante a audiência, Fábio Faria afirmou que 100% das localidades brasileiras estarão conectadas à internet até 2028, por meio do leilão do 5G (cujo edital ainda estava sob análise do Tribunal de Contas da União) e do programa Wi-Fi Brasil. De acordo com previsão do ministro, até julho de 2022, todas as capitais terão internet 5G no padrão *standalone* e a cobertura aumentará gradativamente até 2028.

Fábio Faria assinalou que 82% da população brasileira têm conexão à internet, o que significa 40 milhões de brasileiros (ou 18%) sem acesso à rede. Ele observou que o edital do leilão do 5G determina que todas as localidades com mais de 600 pessoas recebam internet de 4G até 2028, o que possibilitará também a conexão das escolas urbanas. O edital também prevê a conectividade de 48 mil quilômetros de rodovias federais e a obrigação de

conectar 10 milhões de pessoas nas regiões Norte e Nordeste.

A desigualdade no acesso à internet foi justamente um dos pontos destacados por deputados presentes. Parlamentares como a deputada Angela Amin (PP-SC) manifestaram preocupação com a falta de conexão em comunidades distantes e escolas. O deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) reclamou da falta de internet e de celular na região Amazônica.

A deputada Perpétua Almeida, que na época coordenava grupo de trabalho na Câmara sobre o tema, apontou a existência de dois Brasis: o Brasil conectado e o que está fora de qualquer processo de conectividade. “Com o 5G, nós podemos ter um terceiro Brasil, que terá acesso ao 5G”, disse.

Fábio Faria informou que as localidades com menos de 600 pessoas serão conectadas até 2028 por meio do programa Wi-Fi Brasil, que prevê a conexão via satélite. Segundo ele, o programa já havia possibilitado a conexão de 10 mil escolas rurais e as 13,5 mil restantes serão cobertas pelo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) da Anatel.



Nome do Participante



Outro ponto de discussão foi a proposta do governo que autoriza a exploração dos serviços postais pela iniciativa privada (PL 591/21, que viria a ser aprovado em agosto pela Câmara). O deputado Nilto Tatto (PT-SP) afirmou que a Constituição é muito clara sobre a natureza pública do serviço postal e que o governo busca atalho para privatizar os serviços e burlar a Constituição. Para o parlamentar, o governo quer deixar o “filé-mignon” do serviço para as empresas privadas.

O ministro disse que o projeto mantém o princípio da universalização e que a empresa privada vai ter que garantir a entrega em todas as localidades. Em relação à preocupação com a garantia de emprego dos cerca de 98 mil funcionários dos Correios, demonstrada pelo deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), Fábio Faria afirmou que não há planejamento para demissão em massa.

Outros deputados, como Luiza Erundina (PsoL-SP) e Leo de Brito (PT-AC), criticaram a privatização da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), responsável pela TV Brasil, pela Agência Brasil e pela Rádio Nacional, entre outros veículos. De acordo com o ministro, a EBC foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, que prevê contratação de consultoria para “mostrar o melhor caminho” para a empresa, mas nada ainda havia sido definido.

Em outro momento, o deputado Aliel Machado disse se preocupar com as informações falsas durante a pandemia de Covid-19 e com o aumento dos ataques a jornalistas. Ele também questionou o ministro sobre cortes orçamentários na pasta.

Fábio Faria informou que R\$ 285 milhões já haviam sido gastos em campanhas de utilidade pública sobre a Covid-19. Em relação a *fake news*, defendeu a liberdade de imprensa e considerou interessante a criação de um canal apartidário de checagem de notícias falsas, mas não um canal oficial ou estatal. Já sobre o orçamento da pasta, o ministro afirmou que o corte foi de 25% e que houve um contingenciamento de R\$ 850 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), utilizado pelo governo para fazer superávit primário.

O deputado David Soares (DEM-SP) questionou Faria sobre mudanças na Lei do Serviço de Acesso Condicionado (Seac – Lei 12.854/11), que prevê cotas de conteúdo nacional para serem cumpridas pelas empresas de TV por assinatura. O ministro explicou que é compromisso do presidente da República, Jair Bolsonaro, reformular a Lei do Seac, incluindo rever restrições a propriedades cruzadas pelas empresas.

Fábio Faria garantiu ainda a conclusão do processo de digitalização da TV no Brasil até 31 de dezembro de 2023.

14 de maio de 2021

Riscos da privatização da Empresa Brasil de Comunicação - EBC



Deputada Jandira Feghali

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), de Cultura (CCULT) e de Educação (CE) realizaram audiência pública conjunta virtual, no dia 14 de maio, para discutir os riscos da privatização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O debate atendeu a requerimentos da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), subscrito pelos deputados Angela Amin (PP-SC), Bira do Pindaré (PSB-MA) e Luiza Erundina (PsoL-SP), na CCTCI; das deputadas Erika Kokay (PT-DF) e Alice Portugal (PCdoB-BA), subscritos pelos deputados Airton Faleiro (PT-PA), Alexandre Padilha (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ) e Sâmia Bomfim (PsoL-SP), na CCULT; e também da deputada Alice Portugal,

subscrito pela deputada Lídice da Mata (PSB-BA), na CE.

A EBC é responsável pela TV Brasil, pela Agência Brasil e pela Rádio Nacional, entre outros veículos. Ao apresentar o requerimento de realização da audiência à CCTCI, a deputada Jandira Feghali criticou a inclusão da empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND), “com possibilidade de privatização ou até mesmo extinção”. Ela destacou que a Constituição estabelece que o Brasil deve ter televisões e rádios privadas, estatais e públicas. “A rede pública traz mais diversidade e pluralidade porque não precisa se adequar a anunciantes e tem compromisso com a promoção da cidadania e da valorização da diversidade”, assinalou.

Participaram do debate o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Vitor Menezes; o diretor-geral da EBC, Roni Baksys Pinto; a representante da Comissão de Empregados da EBC Akemi Nitahara; o representante da Frente em Defesa da EBC Joel Zito; o representante do Sindicato dos Jornalistas do DF Jonas Valente; e a jornalista Tereza Cruvinel.

17 de maio de 2021

Organização e manutenção dos serviços postais (PL 7.488/17 e PL 591/21)



Deputado Bira do Pindaré

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 17 de maio, para discutir a organização e a manutenção dos serviços postais. O debate atendeu a requerimento do deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), subscrito pelos deputados Angela Amin (PP-SC), Leo de Brito (PT-AC), Luiza Erundina (PsoL-SP), Merlong Solano (PT-PI), Paulo Ganime (Novo-RJ) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

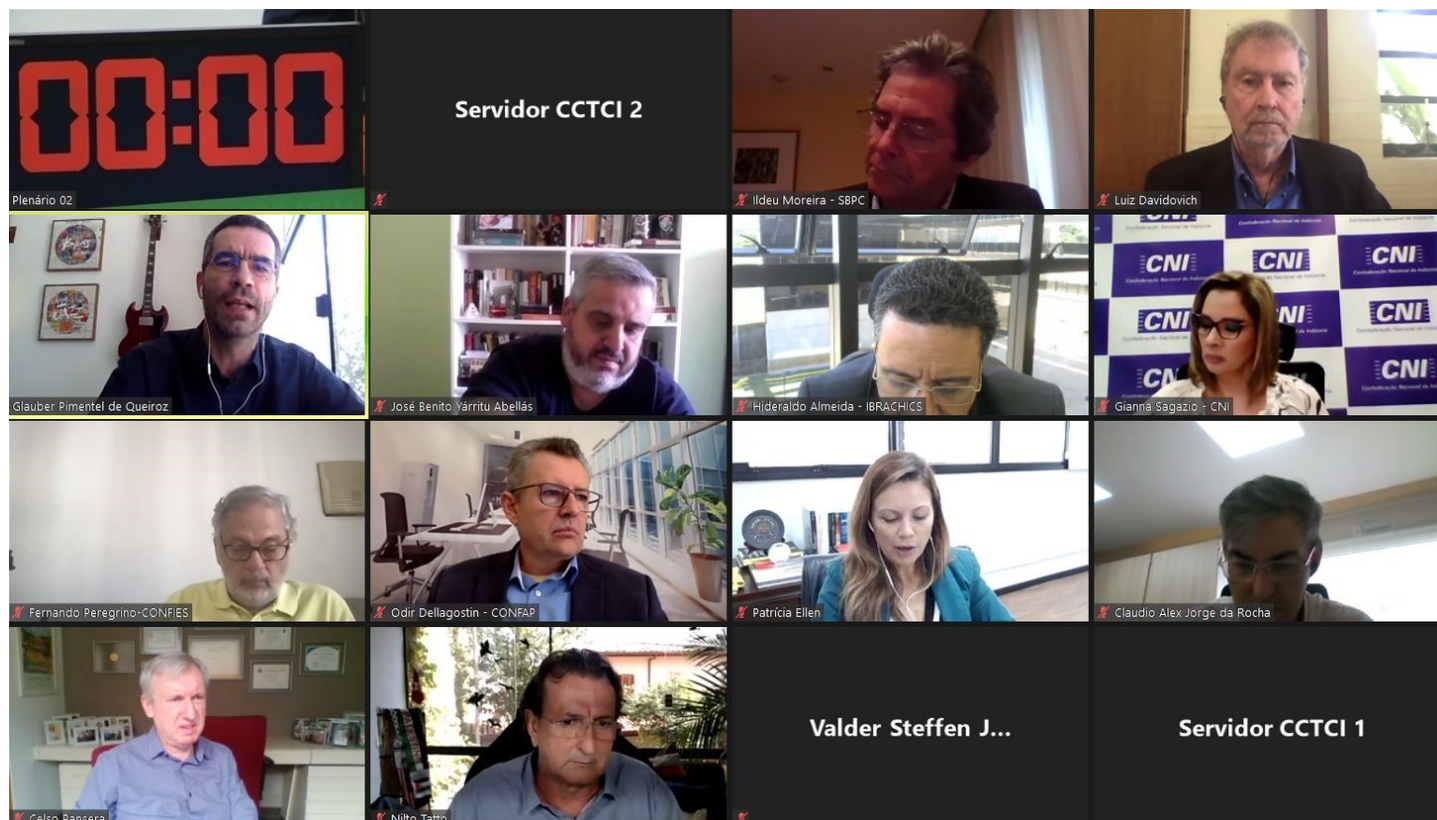
A solicitação do deputado Bira do Pindaré foi motivada pela tramitação, na Câmara dos Deputados, dos projetos de lei 7.488/17, que acaba com o monopólio estatal na exploração dos serviços postais e está em análise na comissão; e 591/21, que abre caminho para a privatização dos Correios (este último foi aprovado pelo Plenário da Casa em agosto). Ao propor o debate, o parlamentar – que viria a ser designado relator do PL 7.488/17 na CCTCI – defendeu a importância de uma ampla discussão

das propostas, com a participação das entidades representativas das trabalhadoras e dos trabalhadores, para avaliar os impactos do processo de privatização para a sociedade brasileira.

Participaram da audiência o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Vitor Menezes; o ex-presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Guilherme Campos; o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), José Rivaldo da Silva; o presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect), José Aparecido Gimenes Gandara; o diretor institucional da Associação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Anatect), Pedro Amengol; o vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), Marcos César Alves Silva; o presidente em exercício da Federação dos Aposentados, Aposentáveis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos (Faaco), Antônio Henrique Fernandes; o diretor jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), Marcos Aurélio Ribeiro; e o secretário de Formação e Estudos Socioeconômicos do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná (Sintcom-PR), Alexander Soares Menezes.

21 de maio de 2021

Disponibilização dos recursos integrais do FNDCT



A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 21 de maio, para discutir a disponibilização dos recursos integrais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 2021, tendo em vista a Lei Complementar 177, de janeiro do mesmo ano. O debate atendeu a

requerimento do deputado Nilto Tatto (PT-SP) subscrito pelos deputados Aliel Machado (PSB-PR), Leo de Brito (PT-AC) e Merlong Solano (PT-PI).

Ao propor a realização da audiência, Nilto Tatto destacou a expectativa da comunidade científica e tecnológica em relação à imediata liberação dos

recursos integrais do FNDCT, em cumprimento a trecho da Lei Complementar 177/21 promulgado em março. A lei foi sancionada em janeiro pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, com dois vetos ao texto aprovado por deputados e senadores. Um deles, no entanto, foi derrubado pelo Congresso Nacional, restabelecendo dispositivo que proíbe a alocação de recursos vinculados ao FNDCT em reserva de contingência de natureza primária ou financeira. Porém, a promulgação desse trecho da lei só ocorreu em 26 de março, um dia após o Congresso aprovar o orçamento da União para 2021, mantendo reserva de contingência do FNDCT no valor de R\$ 5,1 bilhões.

Participaram do debate o assessor da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia Glauber Pimentel de Queiroz; a presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Patrícia Ellen; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira; o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich; a diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio; o secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), Celso Pansera; o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Empreendedorismo da

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Valder Steffen Júnior; o vice-presidente de Relações Parlamentares do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Claudio Alex Jorge da Rocha; o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Odir Dellagostin; o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino; o representante do Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics) Hideraldo Luiz de Almeida; e o representante do Fórum Nacional das Entidades Representativas das Carreiras de C&T José Benito Yárritu Abellás.



Deputado Nilto Tatto

24 de maio de 2021

Impactos da desestatização da Eletrobras (MP 1.031/21)

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 24 de maio, para discutir a Medida Provisória (MP) 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), e os impactos em relação à pesquisa e ao desenvolvimento no setor elétrico brasileiro. O debate atendeu a requerimento da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), subscrito pelos deputados Aliel Machado (PSB-PR), Luiza Erundina (Psol-SP) e Nilto Tatto (PT-SP). Em julho, a MP foi transformada na Lei 14.182/21.

Ao pedir a realização da audiência, Perpétua Almeida manifestou preocupação com a ausência, na MP editada pelo governo, de proteção para manutenção do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), “principal centro de pesquisas do setor elétrico da América Latina, com 34 laboratórios, alguns dos quais únicos no País”. Ela observou que a MP estabelecia apenas a manutenção do pagamento das contribuições associativas ao Cepel pelo prazo de quatro anos, contado da data da desestatização. “Além disso, deixará completamente desamparados os demais laboratórios das subsidiárias do grupo Eletrobras espalhados pelo País”, acrescentou, lembrando da contribuição dessas unidades para a interiorização da pesquisa e o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil.

Participaram do evento o diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Eduardo Soriano Lousada; o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia, Hailton Madureira de Almeida; o presidente da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel), Ikaro Chaves; e o representante dos empregados do Cepel Gilberto Pires de Azevedo.



Deputada Perpétua Almeida

31 de maio de 2021

Situação da telefonia: cobertura, obrigações e sinal



EP. SILAS CÂMARA
Deputado Silas Câmara

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 31 de maio, para discutir a situação da telefonia, como a qualidade da cobertura e as suas obrigações, e a melhoria do sinal da telefonia móvel e internet. O debate atendeu a requerimento do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), subscrito pelos deputados Roberto Alves (Republicanos-SP), Coronel Chrisóstomo (PSL-RO), Luis Miranda (DEM-DF), Luiza Erundina (Psol-SP), Bibó Nunes (PSL-RS), Leo de Brito (PT-AC) e Nilto Tatto (PT-SP).

A solicitação do deputado Silas Câmara foi justificada pelo fato de as redes de telefonia móvel e de dados em algumas regiões do Brasil, principalmente na região Norte, estarem com a “qualidade muito precária”, fazendo com que alguns municípios fiquem “dias sem sinal de telefone e consequentemente sem acesso à internet”. O parlamentar defendeu, na ocasião, que em um momento tão difícil atravessado pelo País devido à pandemia de Covid-19, com trabalhadores em *home*

office e ensino a distância, é fundamental um serviço de qualidade que atenda todas as demandas das populações envolvidas.

Participaram da audiência o secretário de Telecomunicações substituto do Ministério das Comunicações, José Afonso Cosmo Júnior; o coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Frederico Moesch; o presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Jarbas Valente; o superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Gustavo Santana Borges; o presidente executivo da Conexis Brasil Digital, Marcos Ferrari; o vice-presidente de Relações Institucionais da Oi, Eduardo Levy; o diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo, Enylson Camolesi; o diretor de Relações Institucionais da Tim Brasil, Leandro Guerra; o vice-presidente de Relações Institucionais da Claro, Fábio Andrade; o presidente da Associação Amazonense de Municípios, prefeito Jair Souto; o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, deputado estadual João Luiz; o representante da Coalização Direitos na Rede Marcelo Saldanha; a integrante da Coordenação Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) Marina Pita; e o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) Marcos Sabaru.

7 de junho de 2021

Produção de vacinas no País, ampliação da oferta e imunizante nacional



Deputada Perpétua Almeida

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizaram audiência pública conjunta virtual, no dia 7 de junho, para discutir o estágio da produção de vacinas no Brasil, a possibilidade de ampliação da produção diária, os contratos firmados, as iniciativas diplomáticas e comerciais para ampliação da oferta de imunizantes e o apoio governamental às pesquisas relativas à produção de vacina totalmente nacional. O debate foi proposto pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), tanto na CCTCI quanto na CREDN. Na CCTCI, o requerimento de realização da audiência foi subscrito pelos deputados Luis Miranda (DEM-DF) e Luiza Erundina (Psol-SP).

Ao justificar a proposta, a deputada Perpétua Almeida ressaltou que ainda havia muito a ser feito para frear a pandemia de Covid-19 e lembrou a importância de manter cuidados básicos de proteção, como o uso de máscara e de álcool em gel, além do distanciamento social. “Porém, a grande arma é a vacina. A vacinação em massa da nossa população é a medida mais eficaz para salvar vidas e retornar o País à normalidade”, defendeu. “Seu atraso, sua lentidão significa a morte de pessoas e a depressão econômica do País referente às demais nações do mundo”, completou.

Participaram da audiência o secretário de Pesquisa e Informação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcelo Morales; o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros; o coordenador-geral do Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde, Myron Moraes Pires; o diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores, João Lucas Quental Novaes de Almeida; o diretor de Estratégia Institucional do Instituto Butantan, Raul Machado Neto; o diretor jurídico da Fundação Butantan, Paulo Luiz Capelotto; e o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Marco Krieger.

14 de junho de 2021

Denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil



A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 14 de junho, para discutir denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil. O debate atendeu a requerimentos dos deputados Nilto Tatto (PT-SP), Merlong Solano (PT-PI), Vander Loubet (PT-MS), Patrus Ananias (PT-MG), Leo de Brito (PT-AC), Beto

Faro (PT-PA) e Rui Falcão (PT-SP), subscrito pela deputada Luiza Erundina (Psol-SP), e do deputado Gustavo Fruet (PDT-PR).

Ao propor a discussão do tema, Nilto Tatto e os demais deputados do PT citaram um relatório

elaborado por pesquisadores brasileiros e publicado pelo instituto Global Public Policy Institute (GPPi), com sede em Berlim, para apontar a “destruição da atividade acadêmica e de pesquisa” no Brasil. Os parlamentares destacaram situações como ataques e ameaças de violência contra pesquisadores, relacionados ao tema que estudam; abertura de processos disciplinares contra professores “que incomodam o comando de suas universidades”; ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados com o governo; e discursos do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de ministros, que “deslegitimam a atividade acadêmica”. Eles alertaram ainda para normas internas de alguns órgãos que, a seu ver, buscam censurar publicações.

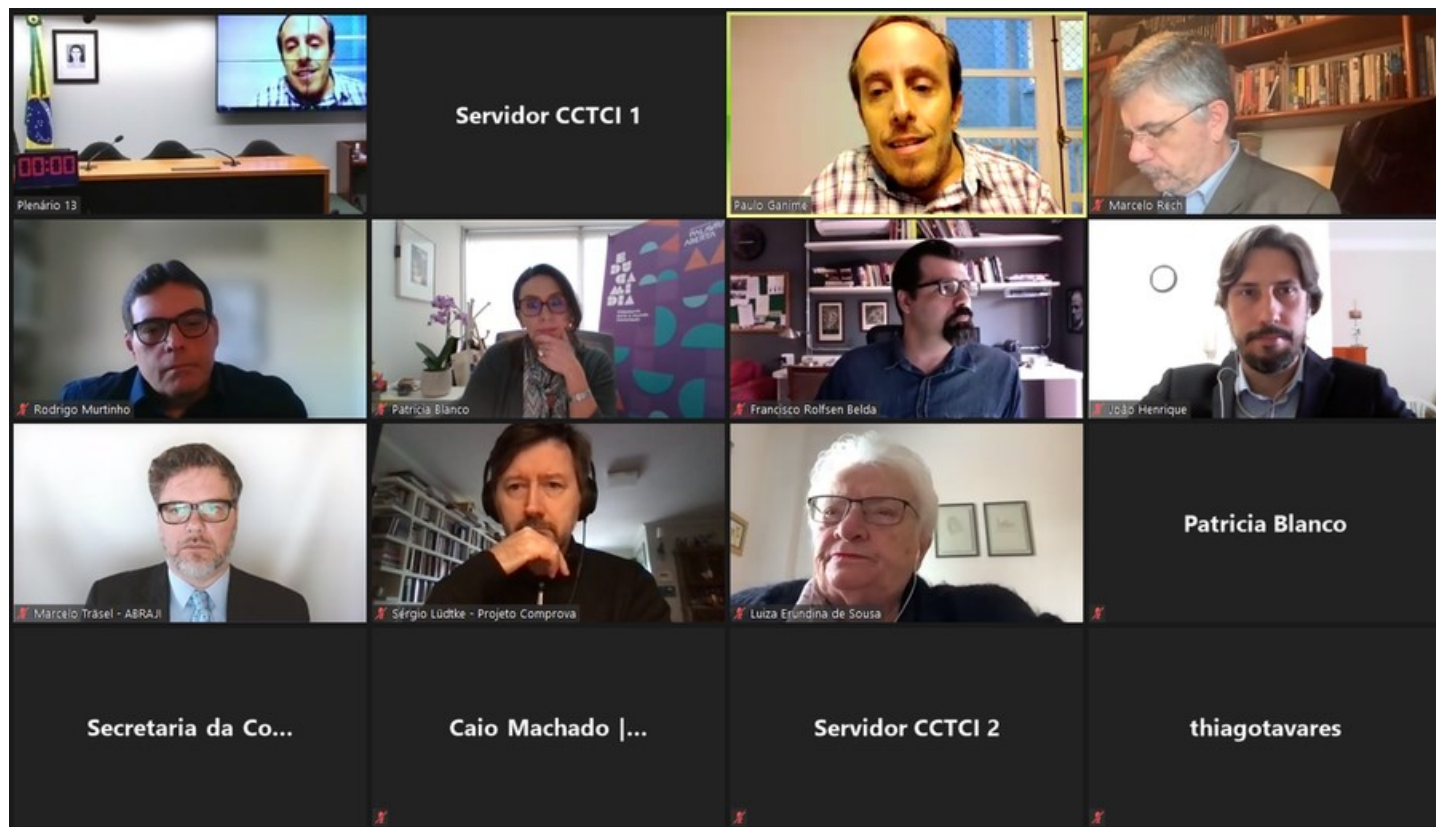
O deputado Gustavo Fruet, por sua vez, citou artigo publicado na revista internacional “Science”, abordando o “clima nada amigável entre o Governo Bolsonaro e a comunidade científica”. Fruet destacou, no artigo, o relato sobre a diminuição exponencial dos investimentos em ciência e tecnologia no País e a denúncia do clima hostil intensificado a partir da demissão de pesquisadores e de ataques cotidianos à ciência. “O ataque

individual a pesquisadores ou ao exercício da ciência, na medida que sistemático, representa um risco eminente para a solidez de nossas instituições e compromete o desenvolvimento científico e tecnológico de todo o País”, alertou. Ele observou ainda que a pandemia de Covid-19 “escancarou a necessidade urgente de investimentos em ciência, tecnologia e inovação como ações preventivas”.

Participaram da audiência o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira; a coordenadora do Observatório de Pesquisa, Ciência e Liberdade da SBPC, Maria Filomena Gregori; o coordenador da Rede Irerê de Proteção à Ciência, Ricardo Neder; o diretor adjunto da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional), Wallace Lopes; o presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Jacques de Novion; o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea-Sindical), José Celso Pereira Cardoso Júnior; e o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Ricardo Galvão.

21 de junho de 2021

Projeto de Lei de combate às fake news (PL 2.630/20)



O papel da educação, da checagem de fatos, dos pesquisadores e da grande mídia no combate à desinformação foi tema de audiência pública virtual realizada pela CCTCI no dia 21 de junho. O debate teve como foco o Projeto de Lei 2.630/20, do Senado,

que “institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet” – conhecido como projeto de combate às fake news –, em tramitação na Câmara. A audiência atendeu a requerimentos dos deputados Paulo Ganime (Novo-

RJ), Luiza Erundina (Psol-SP), Rui Falcão (PT-SP), Vitor Lippi (PSDB-SP) e Coronel Chrisóstomo (PSL-RO). Subscreveram os pedidos os deputados Aliel Machado (PSB-PR), Bira do Pindaré (PSB-MA), Nilto Tatto (PT-SP), Ted Conti (PSB-ES) e Bibó Nunes (PSL-RS).

Ao solicitar a realização da audiência, o deputado Paulo Ganime, que havia sido designado relator do PL 2.630/20 na CCTCI, destacou a complexidade da proposta, “considerando a necessidade do combate à desinformação por um processo comprometido com valores constitucionais como a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, o sigilo das informações do cidadão”. Ele ressaltou a importância de um debate amplo e qualificado sobre o projeto, o que também foi defendido por Luiza Erundina e Rui Falcão. Os dois apontaram a relevância da interlocução com a sociedade civil, a academia e pesquisadores do tema para se oferecer uma “proposta compatível com os anseios da sociedade”.

Participaram da audiência a presidente do Instituto Palavra Aberta, Patricia Blanco; o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), Francisco Belda; o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech; o presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Marcelo Träsel; o coordenador do Projeto Comprova, Sérgio Lüdtke; o presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares; o diretor executivo do Instituto Vero, Caio Machado; o diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rodrigo Murinho; e o representante da União Pró-Vacina (UPVacina) João Henrique Rafael.

O PL 2.630/20 não chegou a ser apreciado pela CCTCI, devido a uma alteração na tramitação da proposta, que agora deverá ser analisada por uma comissão especial, ainda não criada. Após a mudança, o projeto foi objeto de análise por um grupo de trabalho, cujo relatório foi aprovado em dezembro.

28 de junho de 2021

Inclusão da EBC no Programa Nacional de Desestatização



Deputada Luiza Erundina

A inclusão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no Programa Nacional de Desestatização voltou a ser discutida pela CCTCI em audiência pública virtual realizada no dia 28 de junho. O debate atendeu a requerimento da deputada Luiza Erundina (PsoL-SP), subscrito pelos deputados Bira do Pindaré (PSB-MA), Coronel Chrisóstomo (PSL-RO) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Ao justificar o pedido de realização da audiência, a deputada Luiza Erundina lembrou que a comunicação pública é um princípio constitucional e manifestou preocupação com o que chamou de “desmantelamento progressivo” da EBC pelo governo. Na visão da deputada, esse “desmonte” visa justificar a privatização da “empresa de comunicação pública criada após anos de debate, estudos e demanda social”.

A inclusão da EBC no Programa Nacional de Desestatização ocorreu em abril de 2021, por meio de decreto presidencial.

Participaram da audiência o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Vitor Menezes; a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, Martha Seillier; a superintendente da Área de Desestatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Lidiane Delesderrier Gonçalves; o diretor-geral da EBC, Roni Baksys Pinto; a ex-presidente da EBC Tereza Cruvinel; o membro da Comissão de Empregados da EBC Pedro Cardoso; o diretor do Departamento de Cultura e Eventos da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Márcio Garoni; o coordenador-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Daniel Ito; o integrante da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública Jonas Valente; a integrante da Coordenação do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé Renata Mielli; o professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (PPGMiT/Faac/Unesp) Octavio Penna Pieranti; e a pesquisadora do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LaPCom/UnB) Mariana Martins.

7 de julho de 2021

Metas e diretrizes da Capes para 2021



Presidente Aliel Machado

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 7 de julho, para debater sobre as metas e diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para 2021. O debate atendeu a requerimentos do presidente da comissão, deputado Aliel Machado (PSB-PR), subscritos pelos deputados Merlong Solano (PT-PI), Luiza Erundina (PsoL-SP), Angela Amin (PP-SC), Ted Conti (PSB-ES) e Bira do Pindaré (PSB-MA).

A solicitação do deputado Aliel Machado foi motivada pelo recebimento de ofício da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp), que alertava sobre “o impacto e o prejuízo” aos estudantes, aos cursos de licenciatura e às instituições de ensino superior e de educação básica decorrentes das medidas de contenção

indicadas pela Capes em ofício circular (nº 1/2021-DEB/Capes) de 29 de abril. O documento citado pela Apiesp informava que o cadastro de novos bolsistas e de voluntários, nas modalidades de iniciação à docência e de residente, só seria permitido até o dia 10 de maio.

“Com essa medida, fica autorizada, para fins de substituição de bolsistas, somente a inclusão de acadêmicos voluntários já cadastrados na Plataforma Capes de Educação Básica em períodos anteriores, o que restringe significativamente as possibilidades de ocupação das cotas e, conseqüentemente, implica de maneira imediata o corte de bolsas”, apontou a Apiesp, considerando a situação a partir de 11 de maio. Ainda de acordo com a associação, o curto prazo estabelecido para novos cadastros tornou inviável “qualquer ação institucional para o devido ajustamento e manutenção das cotas autorizadas pela Capes”.

Participaram da audiência o diretor de Educação da Capes, Carlos Lenuzza; a vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fernanda Sobral; o presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Rodrigo Zanin; e a presidente da Apiesp, Fátima Padoan.

8 de julho de 2021

Inteligência artificial: princípios, direitos e deveres (PL 21/20)

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 8 de julho, para discutir o Projeto de Lei 21/20, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da inteligência artificial no Brasil. O debate atendeu a requerimentos dos deputados Leo de Brito (PT-AC) e Vitor Lippi (PSDB-SP). Os deputados Luis Miranda (DEM-DF), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Luiza Erundina (Psol-SP) e Nilto Tatto (PT-SP) subscreveram pelo menos um dos requerimentos.

Ao propor a realização da audiência, o deputado Leo de Brito observou que a inteligência artificial está presente nas atividades mais corriqueiras e se tornou um assunto de grande relevância nacional e internacional, sendo considerada uma nova revolução tecnológica no mundo. Na ocasião, o PL 21/20 havia sido recebido para apreciação pela CCTCI. No entanto, a comissão não chegou a se pronunciar sobre a proposta, que passou a tramitar em regime de urgência. Em setembro, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara e enviado ao Senado Federal.

Participaram da audiência o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), José Gustavo Sampaio Gontijo; o presidente da Rede MCTI/Embrapii de Inovação em

Inteligência Artificial, Paulo José Pereira Curado; o diretor do Centro de Inteligência Artificial do Brasil da Universidade de São Paulo (C4AI/USP), Fabio Cozman; o doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), docente e pesquisador de Inteligência Artificial e Direito Fabiano Hartmann; o coordenador de Políticas Públicas do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris), Gustavo Ramos Rodrigues; a representante da Coalizão Direitos na Rede Bianca Kremer; o presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), Ítalo Nogueira; o diretor da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo), Rafael Sebben; e a líder do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Loren Spíndola.



Deputado Leo de Brito

12 de julho de 2021

Relatório Luz 2021: implementação dos ODS no Brasil (Agenda 2030)



Deputado Nilto Tatto

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 12 de julho, para apresentação do Relatório Luz 2021. O documento analisa o grau de implementação no Brasil dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados pelos 193 estados-

membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. O debate atendeu a requerimento do deputado Nilto Tatto (PT-SP), subscrito pelas deputadas Angela Amin (PP-SC) e Luiza Erundina (Psol-SP).

A solicitação do deputado Nilto Tatto – que preside a Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – foi motivada não só pela oportunidade do lançamento do Relatório Luz 2021, mas também pelo anseio de ampliar o conhecimento do público participante sobre os ODS e estimular seu envolvimento na implementação, no acompanhamento e na avaliação dos processos, desafios e avanços relativos à resolução Agenda 2030. É nesse documento, assinado pelo Brasil, que estão reunidos os 17 ODS e suas 169 metas, a serem alcançadas até 2030. Entre os ODS estão, por exemplo, a erradicação da pobreza e da fome, a adoção de medidas para combater a mudança climática e a promoção da educação inclusiva.

Participaram da audiência a representante da Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero no Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) e coordenadora editorial do Relatório Luz 2021, Alessandra Nilo; a encarregada de Negócios interina da Delegação da União Europeia no Brasil, ministra Ana Beatriz Martins; a representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Katyna Argueta; a representante da ONG Artigo 19 no GT Agenda 2030, Denise Dora; a representante do GT Agenda 2030 Viviana Santiago; o representante da Visão Mundial Brasil no GT Agenda 2030, Welinton Pereira; o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP); o representante da Fundação Grupo Esquel Brasil no GT Agenda 2030, Rubens Born; o representante do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) no GT Agenda 2030, João Daltro Paiva; a coordenadora geral na Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos

dos Povos Indígenas, deputada Joenia Wapichana (Rede-RR); o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Rômulo Paes; o representante da ActionAid no GT Agenda 2030, Francisco Menezes; o presidente da Frente Parlamentar Mista para Criação de Estímulos Econômicos para a Preservação Ambiental, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP); a subprocuradora-geral da República aposentada Deborah Duprat; a desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Kenarik Boujikian; a cofundadora da Rede ODS Brasil Patrícia Menezes; o presidente da Comissão Especial Brasil/ONU de Integração Jurídica e Diplomacia Cidadã para Implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CebraONU/OAB Nacional), Thomas Law; o secretário-geral da CebraONU/OAB Nacional, Sóstenes Marchezine; e a coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, deputada Erika Kokay (PT-DF).

9 e 30 de agosto de 2021

Regulação do uso de inteligência artificial no Brasil (PL 21/20)

O Projeto de Lei 21/20, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que regulamenta o uso de inteligência artificial no Brasil, voltou a ser discutido na CCTCI em agosto. O debate sobre o tema foi solicitado pelos deputados Luisa Canziani (PTB-PR), então relatora do projeto na comissão, Aliel Machado (PSB-PR) – em requerimento subscrito pelos deputados Luis Miranda (DEM-DF) e Vitor Lippi (PSDB-SP) – e Nilto Tatto (PT-SP). Devido ao número de palestrantes convidados, foram realizadas duas audiências públicas virtuais, nos dias 9 e 30 de agosto.

Ao manifestar o desejo de aprofundar as discussões em torno do estabelecimento de princípios, direitos e deveres para potencializar o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no País, a deputada Luisa Canziani destacou o desafio de garantir o correto equilíbrio entre regulamentação e inovação. "O objetivo da regulação não pode ser acelerar sem cuidado, nem frear sem motivo, mas manter em movimento seguro e em direção clara o estímulo às políticas de inteligência artificial", defendeu.



Deputada Luisa Canziani

Participaram da audiência do dia 9 de agosto, a professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutora em Impactos Sociais da Inteligência Artificial Dora Kaufman; a gerente global de Política de Privacidade do Centro para Liderança de Política de Informação (CIPL) da Hunton Andrews Kurth LLP, Giovanna Carloni; o advogado no XVV Advogados e professor do Programa de Políticas Públicas do Insper Ivo Corrêa; o diretor geral do Instituto Liberdade Digital, Diogo Rais; a sócia fundadora do Bialer Falsetti Sociedade de Advogados Ana Paula Bialer; o coordenador do Comitê Jurídico da Câmara Brasileira da Economia

Digital (camara-e.net), Igor Luna; o presidente da Associação Brasileira de Inteligência Artificial (Abria), Valter Wolf; o pesquisador na área de inteligência artificial e cyber segurança e professor doutor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB) João José Costa Gondim; e o advogado e professor universitário, especialista em segurança eletrônica, guerra cibernética e inteligência artificial, Frank Ned.

No dia 30 de agosto, os palestrantes foram a juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Caroline Tauk; o diretor-fundador da Data Privacy Brasil Bruno Bioni; a coordenadora de Inteligência Artificial do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin), Ingrid Soares; o professor titular do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do Grupo de Especialistas Ad Hoc para a Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial da Unesco Edson Prestes; a juíza federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e coordenadora dos livros "Justiça Digital" e "Regulação 4.0", Isabela Ferrari; o coordenador do grupo de pesquisa de Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial da UnB, Fabiano Hartmann; a cientista da computação e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) Nina da Hora; o diretor do

Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), advogado, professor e árbitro especializado em direito digital e proteção de dados, Rony Vainzof; o presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sergio Gusmão Suchodolski; a professora de Tecnologia, Inovação e Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e doutoranda em Inteligência Artificial e Direito na UnB Tainá Aguiar Junquillo; o consultor legislativo da Câmara dos Deputados e professor do Corpo Permanente do Mestrado Profissional e da Graduação do IDP Guilherme Pinheiro; o presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), Ruben Delgado; a pesquisadora de Direito e Inteligência Artificial na UnB Fernanda de Carvalho Lage; e o professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Virgilio Fernandes Almeida.

O Projeto de Lei 21/20 não chegou a ser apreciado pela CCTCI, devido à aprovação do regime de urgência para a proposta. Em setembro, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara e enviado ao Senado Federal.

11 de agosto de 2021

Exposição do ministro das Comunicações, Fábio Faria, sobre o edital do 5G, o acesso à internet na educação e declarações contra opositores e jornalistas

A CCTCI realizou audiência pública virtual conjunta com a Comissão de Educação, no dia 11 de agosto, para ouvir o ministro das Comunicações, Fábio Faria, sobre “indícios de ilegalidade no Edital do 5G, apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”; “declarações ofensivas e antidemocráticas contra opositores, artistas e jornalistas, diante dos 500 mil mortos na pandemia de covid-19 no Brasil”; e “medidas voltadas a garantir acesso à internet a estudantes e professores e à conexão de escolas”.

Os pontos a serem esclarecidos pelo ministro na audiência foram levantados por diferentes parlamentares. O edital do 5G foi objeto de requerimento apresentado pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) à CCTCI, subscrito pelos deputados Cezinha de Madureira (PSD-SP), Luiza Erundina (Psol-SP) e Bira do Pindaré (PSB-MA); a explanação sobre declarações consideradas antidemocráticas foi proposta pela deputada Luiza Erundina, em requerimento subscrito pelos deputados Bira do Pindaré e Nilto Tatto (PT-SP), também na CCTCI; e os esclarecimentos sobre o acesso à internet na educação foram sugeridos pelo deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) na Comissão de Educação, por meio de requerimento subscrito pelos deputados Professor Israel Batista (PV-DF),

Professora Rosa Neide (PT-MT) e Danilo Cabral (PSB-PE).

Durante a audiência, o presidente da CCTCI, deputado Aliel Machado (PSB-PR), foi um dos que questionaram o ministro Fábio Faria sobre as irregularidades no edital do 5G apontadas pela área técnica do TCU. Faria disse que não iria se pronunciar sobre essa nota técnica até o voto dos ministros do tribunal, mas que confiava que o edital seria aprovado. O ministro informou que o Ministério das Comunicações já havia enviado quatro respostas ao TCU, totalizando 120 páginas. Atendendo a pedido de Aliel Machado, ele disse que esse material seria enviado também à comissão.

Na ocasião, deputados cobraram de Fábio Faria a inclusão de obrigações claras de conexão de escolas públicas no edital. Segundo a presidente da Comissão de Educação, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), essa inclusão, como ocorreu no edital do 4G de 2012, seria necessária para a fiscalização dos resultados pelos órgãos de controle. A deputada destacou que a nota da área técnica do TCU alertou que, sem a inclusão no edital, não há garantia de atendimento das escolas.



Dep. PROFESSORA DORINHA
SEABRA REZENDE
PRESIDENTE DA CC

Dep. ALTEL MACHADO
PESQUISA



O ministro Fábio Faria disse que o total de escolas a serem atendidas não seria incluído no edital porque isso atrasaria em oito meses o leilão. Ele afirmou, no entanto, que nota técnica do Ministério mostra que 89 mil escolas serão conectadas à internet por estarem localizadas em áreas contempladas por obrigações previstas para as empresas vencedoras do edital do 5G.

A deputada Perpétua Almeida ressaltou que a previsão de uma cobertura na cidade não é garantia de internet nas escolas e que o governo não está assumindo essa responsabilidade. Presidente da subcomissão sobre o 5G na CCTCI, a parlamentar destacou que grande parte das cidades brasileiras nas regiões remotas não tem nem mesmo 3G ou 4G e disse considerar "muito arriscada" a defesa pelo governo do padrão *standalone* 5G no edital. As redes desse tipo não permitem a reutilização da rede 4G e exigem investimento novo por parte das operadoras.

O ministro atribuiu a governos anteriores o fato de o Brasil não ter internet em áreas remotas. De acordo com ele, estão garantidos R\$ 320 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) a partir de 2022 para a conectividade de escolas. "O Fust será cumprido se não houver contingenciamento", acrescentou.

O presidente da CCTCI questionou o ministro sobre minuta de projeto de lei – ou decreto – do governo para proibir redes sociais de retirar conteúdos ofensivos ou inapropriados da internet. Aiel Machado manifestou preocupação com a

tentativa de controle sobre publicações nas redes sociais e disse que empresas precisam agir em tempo hábil para retirar conteúdos lesivos à sociedade.

"A preocupação é com a intromissão do poder público no setor privado, que poderia atrasar a retirada do ar de ataques inclusive às nossas crianças. Identificados esses conteúdos, as empresas têm o poder e o dever de retirá-los o mais rápido possível para que o dano seja minimizado", ressaltou.

Fábio Faria disse que a iniciativa partiu da Secretaria de Cultura do Ministério do Turismo e que o texto final não passou pelo Ministério das Comunicações – apenas a primeira versão de uma medida provisória (MP) ou decreto. De acordo com o ministro, o presidente da República, Jair Bolsonaro, defende a liberdade de expressão, mas quer a simetria de tratamento pelas redes sociais e a transparência de critérios. "Se for MP, vai ser votada pela Câmara e pelo Senado, e a decisão final será dos parlamentares", salientou.

O deputado Professor Israel Batista citou Relatório Global de Expressão, da ONG Artigo 19, segundo o qual o Brasil recuou 18 pontos no ranking internacional de liberdade de expressão entre 2019 e 2020. Além disso, citou ranking da organização Repórter sem Fronteiras, que incluiu o presidente Jair Bolsonaro em grupo de presidentes "predadores da liberdade de imprensa". O parlamentar mencionou ainda que, em 2020, cresceram 105% as agressões do presidente contra jornalistas.

16 de agosto de 2021

Aviso de saúde em fotos de modelos retocadas digitalmente (PL 4.349/19)



Deputado Márcio Labre

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 16 de agosto, para debater o Projeto de Lei 4.349/19, que estabelece a obrigatoriedade de aviso de saúde em fotos de modelos manipuladas digitalmente. O debate atendeu a dois requerimentos do deputado Márcio Labre (PSL-RJ), um deles subscrito pelo deputado Aliel Machado (PSB-PR).

Relator do projeto na CCTCI, Márcio Labre observou, ao solicitar a realização do debate, que é comum a alteração de imagens publicadas no dia a dia para apresentar pessoas perfeitas, e que a exposição a padrões irrealistas de beleza pode, segundo especialistas, levar a vários tipos de problemas psicológicos, estéticos e alimentares.

Diante disso, o parlamentar defendeu a importância de uma ampla discussão da proposta, pois não se trata “apenas de fotos modificadas e sim da saúde pública, da saúde mental e física das pessoas que se inspiram nessas imagens e acabam sofrendo por não conseguirem atingir seus objetivos”.

Participaram da audiência a diretora de Assuntos Corporativos, Governamentais e Sustentabilidade da Unilever Brasil, Suelma Rosa; o coordenador de Relações Governamentais e Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), João Camilo; o diretor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Salema; o diretor executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e também representante da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Ricardo Pedreira; o consultor jurídico da Aner, André Marsiglia Santos; a coordenadora do Núcleo de Doenças da Beleza da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Joana Novaes; o diretor de Comunicação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Armando Strozenberg; e a presidente do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Eliane Quintella.

23 de agosto de 2021

Denúncias de irregularidades no processo de liquidação do Ceitec

A CCTCI realizou audiência pública virtual, em 23 de agosto, para discutir denúncias de irregularidades no processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), bem como de perseguições a empregados da empresa. O debate atendeu a requerimento do deputado Nilto Tatto (PT-SP), subscrito pelo deputado Bira do Pindaré (PSB-MA).

Criado em 2008, o Ceitec desenvolve e fabrica chips, etiquetas eletrônicas e sensores para ações e programas do governo federal nas áreas de logística, segurança, saúde e agronegócio. A Associação dos Colaboradores do Ceitec (Acceitec) critica o Decreto 10.578/20, que determina a desestatização da instituição. Eles afirmam que os estudos que subsidiaram a elaboração do decreto são falhos e não têm o aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao propor a realização do debate, o deputado Nilto Tatto defendeu que “dissolver o Ceitec significaria retirar o Brasil de um seleto grupo de países que produzem semicondutores, limitar importantes políticas públicas nacionais e findar com a possibilidade de o País se tornar autossuficiente em tecnologia”.

Participaram da audiência o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Sergio Freitas de Almeida; a diretora do Departamento de Governança e Avaliação de Estatais do Ministério da Economia, Erika Akemi Kimura; o assessor da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia Leonardo Raupp; o ex-presidente do Conselho de Administração do Ceitec Augusto Gadelha; o presidente da Acceitec, Silvio Luís Santos Júnior; o secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), Celso Pansera; e o secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional do Tribunal de Contas da União (TCU), Rafael Jardim Cavalcante.



Deputado Nilto Tatto

13 de setembro de 2021

Cadastro nacional para bloqueio de telemarketing (PL 8.195/17)

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 13 de setembro, para discutir o Projeto de Lei 8.195/17, que cria o Cadastro Nacional para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing e Mensagens Instantâneas. O debate atendeu a requerimentos dos deputados Nilto Tatto (PT-SP), subscrito pelos deputados Merlong Solano (PT-PI) e Leo de Brito (PT-AC), e Bilac Pinto (DEM-MG).

“A proposição trata de matéria complexa e relevante, com sérias implicações para a população brasileira em relação a seus direitos e qualidade de vida, uma vez que milhões de consumidores seguem sendo alvo do assédio abusivo de empresas”, assinalou Nilto Tatto ao solicitar a realização da audiência. O deputado defendeu a importância de avaliar os resultados atingidos pelas listas de bloqueio de telemarketing já existentes em vários estados brasileiros ou implementadas diretamente por setores específicos e as dificuldades para seu aprimoramento. Ele destacou, ainda, a necessidade de atualização da matéria sob a perspectiva da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados.



Deputado Nilto Tatto

Participaram da audiência o coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Frederico Fernandes Moesch; a superintendente de Relações com Consumidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elisa Vieira Leonel; o diretor executivo da Fundação Procon-SP, Fernando Capez; a gerente executiva da Comissão de Relações de Consumo em Telecomunicações da Conexis Brasil Digital, Daphne Nunes; o diretor jurídico da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), Cláudio Márcio Tartarini; e o coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Diogo Moyses Rodrigues.

20 de setembro de 2021

Criação da Cide-Digital (PL 2.358/20)



Deputado Pedro Vilela

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 20 de setembro, para debater o Projeto de Lei 2.358/20, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (Cide-Digital). O debate atendeu a requerimentos do deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), subscrito pelo deputado Aliel Machado (PSB-PR), e dos deputados João Maia (PL-RN) e Vitor Lippi (PSDB-SP), subscritos pelos deputados Aliel Machado, Angela Amin (PP-SC), Nilto Tatto (PT-SP) e Ted Conti (PSB-ES).

Relator do projeto na CCTCI, o deputado Pedro Vilela defendeu, por ocasião da solicitação da audiência, a necessidade de um maior debate técnico sobre o tema, tendo em vista o “contexto de

discussão internacional, no âmbito da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], para a negociação de um acordo global sobre a tributação dos novos negócios digitais”.

Participaram da audiência o coordenador do Grupo de Trabalho de Assuntos Tributários da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), Rodrigo Petry; o encarregado de proteção de dados e gerente de Relações Governamentais da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), Daniel Stivelberg; a integrante da Coordenação Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) Marina Pita; o diretor vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), Sergio André Rocha; o membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) Rodolfo Tamanaha; o diretor executivo da Associação Latino-Americana de Internet (Alai), Raúl Echeberría; o presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), Italo Nogueira; o consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) André Mendes Moreira; o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Márcio Novaes; e a secretária-geral da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Beth Costa.

22 de setembro de 2021

Acordo Brasil-EUA para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia militar (PDL 254/21)

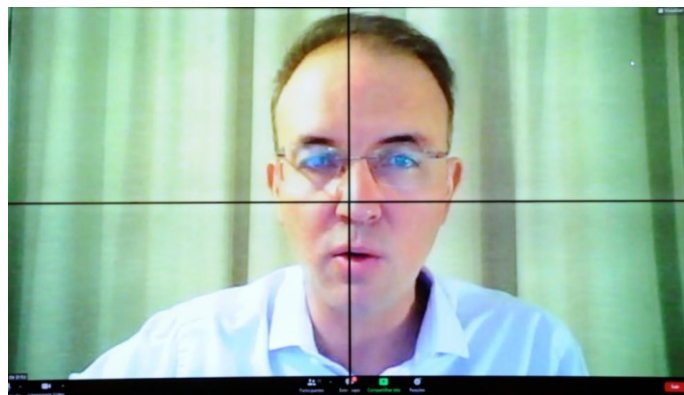
A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 22 de setembro, para discutir o Projeto de Decreto Legislativo 254/21, que aprova o texto de acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos referente a projetos de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação (Acordo RDT&E) no campo militar. O acordo foi assinado em Miami, em março de 2020, e depende da aprovação pelo Congresso Nacional para entrar em vigor. O debate atendeu a requerimento do deputado Leo de Brito (PT-AC), subscrito pelos deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Luis Miranda (DEM-DF).

Ao justificar o pedido de realização da audiência, o deputado Leo de Brito destacou a complexidade dos aspectos envolvidos no acordo. O texto submetido à apreciação do Congresso define termos e condições gerais para o início, a condução e o gerenciamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação, a serem detalhadas em futuros Acordos de Projeto celebrados pelo Ministério da Defesa do Brasil e pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Pelo acordo, a colaboração entre os dois países se dará por meio de iniciativas relacionadas, por exemplo, à pesquisa básica e aplicada, ao desenvolvimento avançado de componentes e protótipos, a

demonstrações de tecnologia e ao empréstimo de equipamento e material, entre outras medidas.

Participaram da audiência o secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Marcos Degaut; o chefe da Divisão de Assuntos de Defesa do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Herbert de Magalhães Drummond Neto; e o professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luis Manuel Rebelo Fernandes.

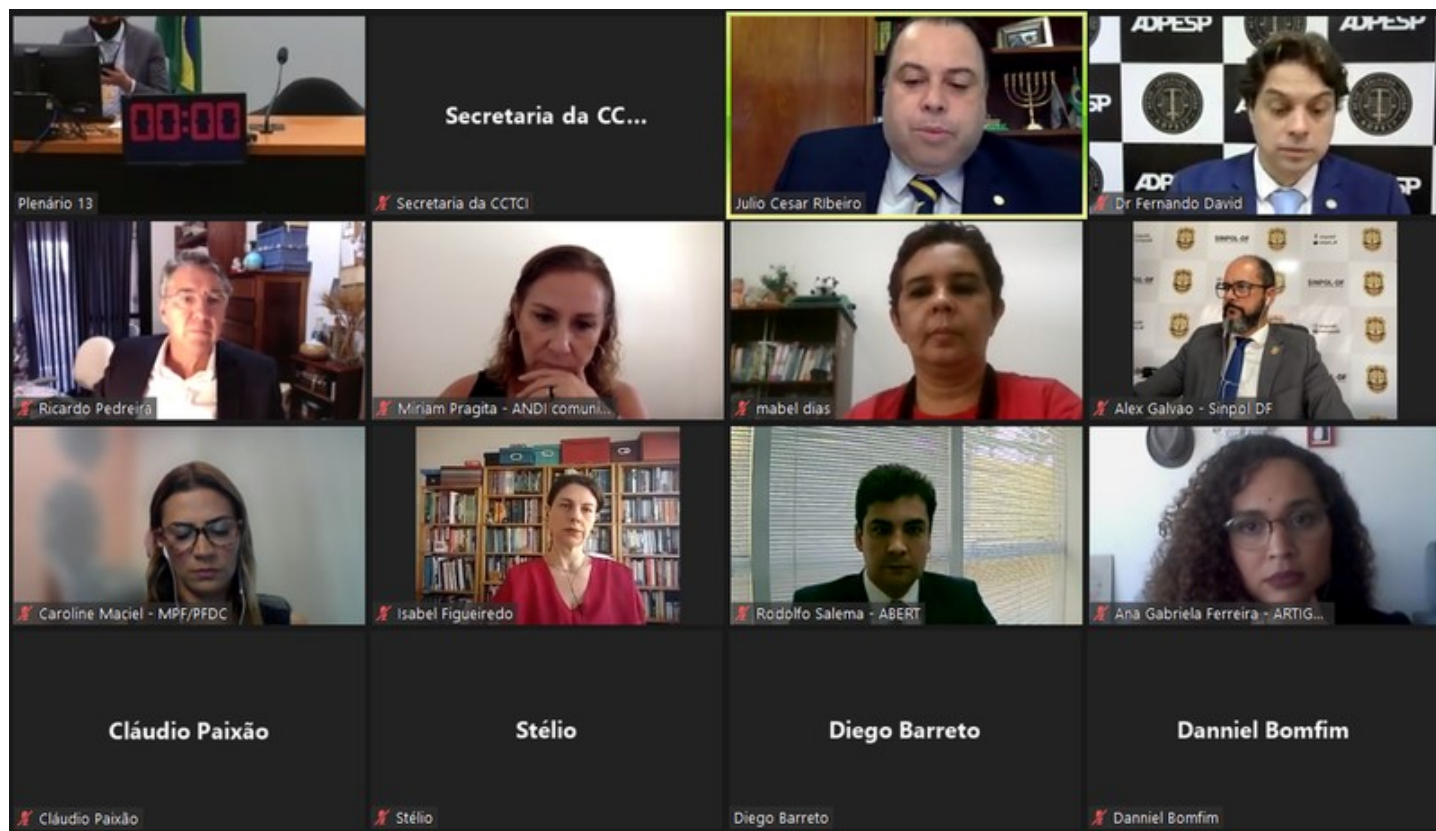
O PDL 254/21 foi aprovado ainda em setembro pela CCTCI. Em dezembro, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara e enviado ao Senado Federal.



Deputado Leo de Brito

27 de setembro de 2021

Exigência de autorização judicial para captação de imagens de presos (PL 2.021/15)



A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 27 de setembro, para discutir o Projeto de Lei 2.021/15, que condiciona a realização de entrevistas ou a exibição de imagens de presos sob

custódia do Estado, no interior de delegacias ou de estabelecimentos prisionais, à prévia autorização judicial. O debate atendeu a requerimentos dos deputados Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF),

subscrito pelo deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), Cleber Verde (Republicanos-MA) e Evair Vieira de Melo (PP-ES), subscrito pelos deputados Nereu Crispim (PSL-RS) e Angela Amin (PP-SC). O projeto está em análise na comissão.

Ao propor a realização da audiência, Julio Cesar Ribeiro chamou a atenção para a importância que os programas jornalísticos assumem em uma sociedade como a brasileira, “em que para uma significativa parcela da população eles se constituem na única forma de acesso diário às notícias”. Para o deputado, se aprovada, a proposta pode limitar o acesso à informação e inibir a transmissão de reportagens que visem o combate à violência doméstica. “O papel da mídia no combate à violência doméstica e familiar é muito mais do que apenas o furo de reportagem. Por ser uma das mais importantes fontes de informação, são orientadores de condutas, porque além da informação principal, tem-se o privilégio de agregar crenças, valores e anseios da sociedade”, afirmou o parlamentar.

Participaram da audiência o diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados

Brasileiros (AMB), Danniell Bomfim; a conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Isabel Figueiredo; o representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária (ADPJ) Fernando David de Mello Gonçalves; o representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) Diego Barretto; o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), Alex de Oliveira Galvão; o diretor jurídico da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Cláudio Paixão; o diretor Jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Salema; o diretor executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Ricardo Pedreira; a diretora executiva da Andi - Comunicação e Direitos, Miriam Pragita; a jornalista e pesquisadora associada ao Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) Mabel Dias; a procuradora Regional da República Caroline Maciel da Mata, representando a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; a professora de Direito Penal e Criminologia (UFBA) e coordenadora da área de Gênero, Raça e Diversidade na ONG Artigo 19, Ana Gabriela Souza Ferreira; e o representante do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH) Stélio Cavalcanti.

4 de outubro de 2021

O Brasil e a crise global de semicondutores



Deputados Alceu Moreira e Vitor Lippi

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 4 de outubro, para debater o tema "O Brasil e a crise global de semicondutores". A audiência atendeu a requerimentos dos deputados Alceu Moreira (MDB-RS), subscrito pelos deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Vinicius Poit (Novo-SP), e Vitor Lippi (PSDB-SP), subscrito pelos deputados Ted Conti (PSB-ES) e Luis Miranda (DEM-DF).

Alceu Moreira defendeu a urgência do debate diante da crise global dos semicondutores, que atingiu diferentes setores da indústria. "Desde eletrodomésticos até automóveis, passando pelos consoles, diversas empresas precisaram alterar os esquemas ou até paralisar suas linhas de produção por conta da escassez do componente", observou.

Ao destacar a importância de uma política nacional de apoio à indústria de semicondutores, Moreira lembrou que estava próximo o fim dos incentivos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), que dependiam de nova legislação para serem prorrogados.

Vitor Lippi ressaltou que os semicondutores – ou chips – “são a base tecnológica de praticamente todas as atividades econômicas e que estão cada vez mais presentes na vida das pessoas e empresas”. O deputado observou que a escassez mundial de chips foi causada, em grande parte, pelas incertezas econômicas trazidas pela pandemia de Covid-19. Ele alertou para a dependência perigosa ocasionada pela concentração da produção desses componentes em países asiáticos e defendeu a inserção do Brasil na cadeia global de semicondutores. Para Lippi, é fundamental não apenas a manutenção, mas o fortalecimento de uma política robusta para semicondutores. Assim como o deputado Alceu Moreira, ele destacou a importância do Padis, que “ressuscitou a manufatura microeletrônica nacional, praticamente extinta no começo da década de 1990, ao proporcionar ambiente competitivo para a indústria brasileira”.

A vigência dos incentivos do Padis terminaria em janeiro de 2022. Em dezembro, após aprovação pela Câmara e pelo Senado, foi enviado à sanção presidencial o projeto que prorroga esses incentivos até 2026 (PL 3.042/21).

Participaram da audiência a diretora de Inovação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e CEO do Tecnosinos, Susana Kakuta; o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Paulo Alvim; a coordenadora-geral de Implementação e Fiscalização de Regimes Automotivos da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério da Economia, Margarete Gandini; o oficial da Reserva da Marinha e liquidante do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), Abílio Eustáquio de Andrade Neto; o presidente da Associação dos Colaboradores do Ceitec (Acceitec), Silvio Luís Santos Junior; o pesquisador da Embrapa Instrumentação Agropecuária Daniel Souza Corrêa; a diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio; o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato; o presidente da Associação Brasileira da Indústria de

Semicondutores (Abisemi) e diretor-presidente da Smart Modular Technologies no Brasil, Rogério Nunes; a diretora de Relações Institucionais e de Parcerias Estratégicas da empresa HT Micron Semicondutores, Edelweis Ritt; o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes; o diretor de Mercados do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Flávio Del Soldato; o relações governamentais do Sindipeças, Delile Guerra; o vice coordenador administrativo do Laboratório de Sistemas Integráveis da Universidade de São Paulo (LSI-USP), Nilton Itiro Morimoto; o professor do Departamento de Engenharia Elétrica e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Microeletrônica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Tiago Roberto Balen; o executivo de Tecnologia de Produtos do Instituto de Pesquisas Eldorado José Eduardo Bertuzzo; o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) André Roncaglia de Carvalho; e o professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Wallace Moreira Lima.

6 de outubro de 2021

Situação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A CCTCI recebeu o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, no dia 6 de outubro, para uma audiência pública virtual sobre a situação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A reunião atendeu a requerimento do deputado Milton Coelho (PSB-PE), subscrito pelo deputado Bira do Pindaré (PSB-MA). Durante a audiência, membros do colegiado cobraram do ministro uma defesa mais incisiva do setor.

Marcos Pontes afirmou que a falta de pessoal é o principal problema que atinge o ministério, seguido da falta de orçamento. “A gente não tem concurso público. Não consigo repor pesquisadores”, ressaltou. Ele citou como exemplo o Instituto Nacional da Mata Atlântica, então com 14 pesquisadores, sendo que metade podia se aposentar. “Se eles se aposentarem, eu fecho o instituto. O que eu vou fazer?”, disse.

Na ocasião, Pontes afirmou que o orçamento previsto na proposta de lei orçamentária havia melhorado um pouco, mas que ainda não era o necessário para todo o custeio normal do ministério.

O deputado Milton Coelho cobrou a mobilização do ministro contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa, que, na visão do parlamentar, vai desestruturar o Estado, inclusive o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, já que o próprio Pontes havia salientado a necessidade de novos concursos públicos. “É importante que Vossa Excelência se pronuncie”, disse.

Milton Coelho também cobrou do ministro a defesa do orçamento para o setor, em especial em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Ele criticou a previsão de que 50% do orçamento do fundo fossem reembolsáveis, “ou seja, emprestados aos institutos de pesquisa, aos pesquisadores, aos tomadores, a custo de mercado, como faria qualquer banco”. “Vossa Excelência sabe dos prejuízos que isso causará ao País”, afirmou o deputado.

Pontes respondeu que a posição do ministério e do conselho do FNDCT era de que o percentual de 50% reembolsáveis fosse reduzido para 15%.



00:00

Pleário 13

Lenovo

Sp. ALIEL MACHADO
PRESIDENTE

MARCOS PONTES
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

Segundo ele, o ideal seria que as porcentagens fossem definidas pelo conselho diretor.

Para o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), o Ministério da Economia boicota o projeto nacional para o setor de ciência e tecnologia. "Houve uma grande mobilização da Câmara e do Senado, com o apoio do Ministério [da Ciência e Tecnologia], para que nós pudéssemos evitar o contingenciamento do FNDCT, que é o principal fundo para o desenvolvimento da pesquisa e inovação no Brasil, até porque nós vimos uma escalada de contingenciamento cada vez maior a cada ano", disse. E acrescentou: "Comemoramos isso, mas fomos surpreendidos por manobra do governo, do Ministério da Economia, dizendo que até 2023 poderá haver contingenciamento novamente". Lippi pediu nova mobilização contra isso.

O deputado Bira do Pindaré questionou o ministro sobre a extinção do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa pública vinculada ao ministério e produtora de semicondutores. "A gente viu até agora a crise no setor automobilístico e a questão são os semicondutores. O Brasil dá um passo atrás ao fechar a única empresa existente no País que

trabalha na produção de microchips. Aonde vamos chegar com medidas tão contraditórias e inadequadas quanto essa?", perguntou.

Segundo o ministro, "a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia não era a liquidação da Ceitec, mas foi decidido pelo conselho". Ele afirmou que uma das suas preocupações foi como preservar o que já havia sido investido em termos de conhecimento na empresa. "Conseguimos colocar uma organização social (OS) para preservar e publicizar essa parte, e utilizar para o desenvolvimento do setor de semicondutores", completou.

Bira do Pindaré cobrou ainda a titulação das terras quilombolas na Base Espacial de Alcântara, no Maranhão, para proteger as comunidades e garantir seus direitos. Ele pediu o compromisso do ministro de que nenhuma comunidade seja expulsa e o pagamento de compensação financeira para essas comunidades, garantindo a convivência harmônica entre elas e a base.

O ministro respondeu que estava sendo finalizado o plano de desenvolvimento integrado de Alcântara, com participação dos quilombolas.

29 de outubro de 2021

Olimpíadas do Conhecimento e projetos prioritários do MCTI



Deputado Cezinha de Madureira

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Educação realizaram audiência pública virtual conjunta, no dia 29 de outubro, com o objetivo de discutir a importância das Olimpíadas do Conhecimento no desenvolvimento da educação brasileira, assim como os projetos prioritários do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) em diferentes áreas. O debate atendeu a requerimentos do deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), subscrito pelos deputados Bira do Pindaré (PSB-MA) e Nilto Tatto (PT-SP), na CCTCI; e do deputado General Peternelli (PSL-SP), na Comissão de Educação.

As Olimpíadas do Conhecimento são competições nacionais e gratuitas, desenvolvidas pelo MCTI e voltadas aos estudantes do ensino fundamental até o início do ensino superior.

Ao propor a realização da audiência na CCTCI, o deputado Cezinha de Madureira observou que as informações sobre a atuação do Poder Executivo nas áreas de influência das duas comissões podem contribuir de forma significativa, no âmbito Legislativo, “para o desenvolvimento do debate enriquecedor e com maior profundidade sobre os temas pertinentes”.

Participaram da audiência o diretor do Departamento de Promoção e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência do MCTI (Seapc/MCTI), Daniel Fonseca Lavouras; o diretor do Departamento de Empreendedorismo Inovador da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do MCTI (Sempi/MCTI), Marcos César de Oliveira Pinto; o diretor do Departamento de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica do MCTI (Sepef/MCTI), Fábio Larotonda; e o coordenador de Desenvolvimento Tecnológico do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), Frederico Toscano.

8 de novembro de 2021

Percepção da sociedade acerca da importância da Ciência para o País

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 8 de novembro, para discutir a percepção da sociedade acerca da importância da ciência para o desenvolvimento do País. O debate atendeu a requerimento do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), subscrito pelos deputados Angela Amin (PP-SC) e Nilto Tatto (PT-SP).

Ao propor a audiência, Vitor Lippi assinalou que, no Brasil, grande parte da população ainda desconhece a importância da ciência para o presente e para o futuro, e que um dos objetivos do debate era contribuir para melhorar essa percepção. “É por meio da ciência que resolvemos inúmeros desafios na saúde, na alimentação, nos negócios e em vários outros campos. Importante reconhecer que os países que mais se desenvolveram nos últimos 40 anos realizaram expressivos investimentos em ciência, pesquisa e inovação, confirmando que este é um dos fatores determinantes para o crescimento e a geração de riqueza, de empregos, de competitividade e de melhorias nas condições de vida de suas populações e do meio ambiente”, observou.

Participaram do debate o coordenador geral de Promoção do Ensino de Ciências do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Roberto Machado de Freitas; a diretora de Cooperação Institucional e presidente substituta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Maria Zaíra Turchi; o secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), Celso Pansera; o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da 3M do Brasil, Paulo Gandolfi; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro; a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé da Silva; e o diretor de extensão da União Nacional dos Estudantes (UNE), Diego Carlos.



Deputado Vitor Lippi

18 de novembro e 2 de dezembro de 2021

Combate aos crimes cibernéticos no Brasil - Papel do Parlamento brasileiro



Deputado Luis Miranda

A CCTCI promoveu seminário virtual, nos dias 18 de novembro e 2 de dezembro, para discutir o combate aos crimes cibernéticos no País, com foco no papel do Parlamento. O evento atendeu a requerimentos dos deputados Bibó Nunes (PSL-RS), Luis Miranda (DEM-DF), Rodrigo Coelho (Pode-SC), Roberto Alves (Republicanos-SP), Luiza Erundina (Psol-SP) e Angela Amin (PP-SC). Os deputados Coronel Chrisóstomo (PSL-RO), Silas Câmara (Republicanos-AM), Leo de Brito (PT-AC), Nilto Tatto (PT-SP) e Vitor Lippi (PSDB-SP) subscreveram pelo menos um dos requerimentos.

Ao todo, foram quatro mesas de debates, com os temas "Panorama geral sobre os crimes cibernéticos no Brasil: principais conceitos e desafios" e "Proteção de crianças e adolescentes no

ambiente cibernético", no dia 18 de novembro, e "(In)existência do dilema segurança versus privacidade no combate aos crimes cibernéticos" e "Aumento dos crimes virtuais durante a pandemia, especialmente vazamentos e vendas de dados de pessoas físicas e jurídicas", no dia 2 de dezembro.

Ao propor a realização do debate, o deputado Luis Miranda observou que, segundo a empresa de segurança na internet Symantec, a cada minuto, 54 pessoas são vítimas de crimes cibernéticos no Brasil. "São diversos os crimes praticados no âmbito virtual que merecem toda a atenção, tanto das autoridades como da sociedade", assinalou.

O deputado Bibó Nunes destacou o aumento dos golpes pela internet no País. "Só em 2019, houve 24 bilhões de tentativas de ataque. A situação piorou com a pandemia, pois parcela da população passou a demandar mais da internet em seu dia a dia", afirmou. Ele citou pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que aponta um aumento de 70% nos registros de tentativa de golpe usando links com o nome dos bancos como isca para fisgar o consumidor e roubar dados. O deputado lembrou ainda os megavazamentos de informações pessoais.

A mesa "Panorama geral sobre os crimes cibernéticos no Brasil: principais conceitos e

desafios" reuniu o procurador da República e integrante do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) George Lodder; a representante da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal (Adepol-DF) Regilene Rozal; o representante da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos da Polícia Civil do Distrito Federal Dario Taciano de Freitas Junior; o diretor geral do Instituto Liberdade Digital, Diogo Rais; o diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), Carlos Affonso Souza; o membro da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom) e gerente de Relacionamento com Autoridades de Investigação e Assuntos Digitais da Microsoft, Aristides Moura; o consultor da Motion Picture Association (MPA) Ygor Valerio; e o diretor Jurídico-Regulatório da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Jonas Antunes Couto.

Em seguida, a mesa "Proteção de crianças e adolescentes no ambiente cibernético" contou com a presença do diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Evandro Lorens; do presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares; e do membro da Coalizão Direitos na Rede Rafael Zanatta.

No segundo dia de seminário, a mesa "(In)existência do dilema segurança versus privacidade no combate aos crimes cibernéticos"

teve a participação do diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações da Agência Brasileira de Inteligência (Cepesc/Abin), Alexandre de Oliveira Pasiani; do presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Antônio Boudens; da coordenadora de pesquisa do InternetLab, Bárbara Simão; do cofundador do Instituto Beta: Internet & Democracia (Ibidem) Paulo Rená; do diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio) Fabro Steibel; e do gerente de Regulação da Conexis Brasil Digital, Ildeu Borges.

Por fim, a mesa "Aumento dos crimes virtuais durante a pandemia, especialmente vazamentos e vendas de dados de pessoas físicas e jurídicas" trouxe o conselheiro-diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Arthur Sabbat; o chefe da Divisão de Sanções Administrativas da Secretaria Nacional do Consumidor, Marcus Vinicius Andrade; o procurador da República e integrante do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética do Ministério Público Federal (MPF) George Lodder; o representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) José Augusto Campos Versiani; a vice-presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da Ordem dos Advogados do Brasil - Rio de Janeiro (OAB-RJ), Samara Castro; a presidente do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), Raquel Saraiva; o diretor fundador da Data Privacy Brasil, Bruno Bioni; e o executivo-chefe de Segurança da empresa PSafe, Emilio Simoni.

25 de novembro de 2021

Fusão dos institutos Geológico, de Botânica e Florestal do Estado de São Paulo



Deputado Nilto Tatto

A CCTCI realizou audiência pública virtual, em 25 de novembro, para discutir a extinção dos institutos Geológico, de Botânica e Florestal do Estado de São Paulo, por meio da criação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA). O debate atendeu a requerimento do deputado Nilto Tatto (PT-SP), subscrito pelo deputado Aiel Machado (PSB-PR). O decreto de criação do IPA foi publicado em junho de 2021.

Ao solicitar a realização da audiência, o deputado Nilto Tatto destacou a atuação dos

institutos Geológico, de Botânica e Florestal no desenvolvimento de pesquisas de ponta e lembrou o longo histórico de serviços prestados por essas instituições à ciência e à preservação de áreas protegidas. Para o parlamentar, a fusão dos três institutos centenários em um novo órgão, “à revelia da comunidade científica”, pode “incorrer em graves problemas administrativos, científicos e de manejo”.

Participaram da audiência a professora de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) Flávia Noronha Dutra Ribeiro; o presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Carlos Alberto Hailer Bocuhy; a pesquisadora na área de Ecologia do Instituto Florestal de São Paulo Helena Dutra Lutgens; a pesquisadora do Núcleo Curadoria do Herbário, do Instituto de Botânica de São Paulo, Inês Cordeiro; o pesquisador da área de Climatologia do Instituto Geológico de São Paulo Gustavo Armani; e o presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), João Paulo Feijão Teixeira.

9 de dezembro de 2021

Importância do Sistema Nacional de Fomento no financiamento à inovação

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 9 de dezembro, para apresentar a atuação do Sistema Nacional de Fomento (SNF) no financiamento à inovação e sua integração com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O debate atendeu a requerimentos do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), subscreitos pelos deputados Aliel Machado (PSB-PR), Nilto Tatto (PT-SP) e Angela Amin (PP-SC).

Ao solicitar a realização da audiência, Vitor Lippi defendeu a relevância do SNF para o fomento à inovação e, conseqüentemente, para a retomada da economia e a promoção do desenvolvimento do País. “O Sistema Nacional de Fomento, representado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), abraçou a inovação como uma das suas vertentes para contribuir com um desenvolvimento equânime e sustentável do Brasil”, assinalou. O deputado observou que, para desenvolver a ciência, é preciso um fluxo contínuo de recursos, daí a importância do debate proposto. “Vai ser interessante a gente colocar quem está financiando com quem está usando o recurso, e como é que integra esse sistema de fomento com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, afirmou.

Participaram da audiência o presidente da ABDE, Sergio Gusmão Suchodolski; o diretor de Gestão e Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de

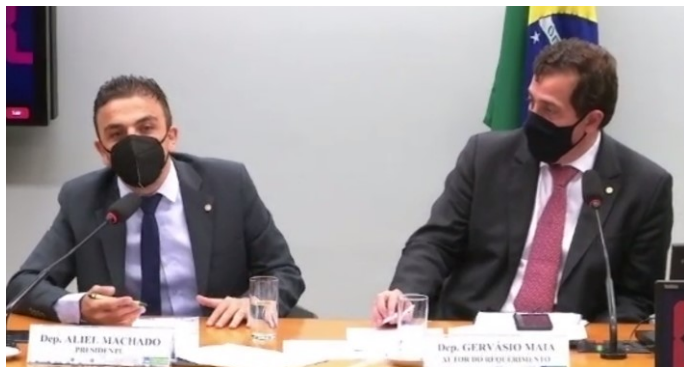
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Thales Marçal Vieira Netto; o diretor administrativo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), André Godoy; a superintendente de Governança e Planejamento do Desenvolve São Paulo, Gilmar Brancalion; o diretor de Operações da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia), Paulo de Oliveira Costa; a diretora de Operações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Leany Lemos; a diretora presidente do Badesul Desenvolvimento - Agência de Fomento/RS, Jeanette Lontra; o analista da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) Aginaldo Dantas; a diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio; e a diretora executiva da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Marcela Flores.



Deputado Vitor Lippi

16 de dezembro de 2021

Alterações no Marco Civil da Internet (PL 1.354/21)



Presidente Aiel Machado e deputado Gervásio Maia

A CCTCI realizou audiência pública virtual, no dia 16 de dezembro, para debater o Projeto de Lei 1.354/21, do deputado Denis Bezerra (PSB-CE), que altera o Marco Civil da Internet. Entre outras medidas, o projeto obriga as plataformas digitais que disponibilizam conteúdo noticioso a dividir com a mídia tradicional as receitas publicitárias advindas da reprodução das notícias. O debate atendeu a requerimentos dos deputados Gervásio Maia (PSB-PB) e Aiel Machado (PSB-PR), e do deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), este último subscrito pelos deputados Vitor Lippi (PSDB-SP), Angela Amin (PP-SC) e Vinicius Poit (Novo-SP).

O PL 1.354/21 está em análise na CCTCI, onde o deputado Gervásio Maia foi designado relator. No requerimento que apresentaram em conjunto, Maia e o deputado Aiel Machado explicaram que o objetivo da audiência proposta por eles era fortalecer o debate e o diálogo em torno do projeto. “Essa audiência será de suma importância para que, ouvidas as partes envolvidas, o relatório possa ser construído o mais breve possível de maneira democrática e a muitas mãos”, assinalaram.

Participaram do debate a chefe adjunta do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Marina Tovolli; o especialista em direitos autorais e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fabrício Polido; o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech; o coordenador de Relações Governamentais e Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), João Camilo; a gerente de Políticas Públicas da Meta (antigo Facebook) no Brasil, Monica Guise; o diretor de Relações Governamentais do Google no Brasil, Marcelo Lacerda; a integrante da Coordenação Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) Marina Pita; a coordenadora de Políticas Públicas do Twitter no Brasil, Laila Malaquias; o conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Marcelo Bechara; o coordenador da Comissão Jurídica da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), André Marsiglia; a coordenadora sênior de Campanhas de Advocacy na Avaz Brasil, Laura Moraes; a secretária geral da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Beth Costa; a líder do Grupo de Trabalho de Regulação e Internet da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), Ana Paula Bialer; o editor-assistente do Projeto Comprova, José Antonio Lima; o diretor executivo da Associação Latino-americana de Internet (Alai), Raúl Echeberría; a CEO do Interactive Advertising Bureau (IAB Brasil), Cristiane Camargo; o coordenador do Comitê Jurídico da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), Igor Luna; e o coordenador de Pesquisa do Instituto Liberdade Digital, Marco Sabino.

OUTROS EVENTOS

8 de dezembro de 2021

Entrega do Prêmio César Lattes



A CCTCI realizou, no dia 8 de dezembro, a solenidade de entrega do Prêmio César Lattes. A honraria foi criada pelo colegiado em 2021, para homenagear personalidades e entidades com trabalhos ou ações de destaque na defesa e na promoção da ciência, da tecnologia e da inovação. A iniciativa partiu do presidente da CCTCI, deputado Aiel Machado (PSB-PR), que teve sua proposta de

concessão da homenagem (Requerimento 94/21) aprovada pela comissão em julho.

“O prêmio tem por objetivo demonstrar que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática valoriza e reconhece os pesquisadores, os cientistas e as instituições que promovem, em nosso país, ações voltadas para a inovação, para o desenvolvimento, para o crescimento econômico e

para a melhoria do bem-estar de nossa população”, afirmou Aliel Machado.

Nessa primeira edição, os candidatos ao prêmio – que consiste em um diploma de menção honrosa – foram indicados pelos membros da CCTCI. Uma comissão julgadora formada por integrantes do colegiado, com representantes de todos os partidos com vaga na comissão, selecionou os cinco premiados.

Agraciados

Receberam o prêmio:

- Dimas Tadeu Covas, diretor do Instituto Butantan, indicado pelo deputado Eduardo Cury (PSDB-SP);



Presidente Aliel Machado, Márcia Abrahão, reitora da UnB, deputado Luis Miranda e Maria Emília Walter, decana de Pesquisa e Inovação da UnB

- Marco Antonio Raupp (*in memoriam*), ex-presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB) e ex-ministro da Ciência e Tecnologia, também indicado pelo deputado Eduardo Cury;

- Pedro Rodrigues Curi Hallal, epidemiologista, professor da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas e coordenador do estudo Epicovid-19, indicado pela deputada Luiza Erundina (Psol-SP);

- Universidade de Brasília (UnB), indicada pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF); e

- Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), indicado pelo deputado Gustavo Fruet (PDT-PR).



Presidente Aliel Machado, Fernando Mezzadri, coordenador do IPIE, deputado Gustavo Fruet e Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da UFPR

Marco Antonio Raupp, que faleceu em 2021, foi representado pela esposa, Elizabeth Mendonça. A representante da UnB foi a reitora da instituição, Márcia Abrahão Moura. O coordenador do IPIE, Fernando Marinho Mezzadri, recebeu o prêmio em nome do instituto.

Premiação anual

Juntamente com o Requerimento 94/21 – subscrito pelo deputado Nilto Tatto (PT-SP) –, que garantiu a realização da primeira edição do prêmio já em 2021, foi aprovado pela CCTCI o Requerimento 95/21 – também do deputado Aliel Machado, subscrito pela deputada Luiza Erundina –, que deu origem ao Projeto de Resolução 59/21. A proposta, que precisa ser aprovada pelo Plenário da Casa, estabelece que o prêmio será concedido anualmente pela CCTCI, em conjunto com a Mesa Diretora da Câmara.

De acordo com o texto, a premiação ocorrerá sempre em outubro, em comemoração ao Dia da Ciência e Tecnologia (dia 16), e contemplará cinco candidatos, a exemplo da edição de 2021. A indicação dos concorrentes, no entanto, poderá ser feita por qualquer deputado ou senador e a seleção dos agraciados caberá a um conselho deliberativo formado, entre outros, pelos membros titulares da Comissão de Ciência e Tecnologia. A entrega do prêmio será realizada em sessão solene da Câmara.



Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan



Elizabeth Mendonça, representando o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Marco Antonio Raupp (*in memoriam*)



Pedro Hallal, epidemiologista e coordenador do estudo Epicovid-19



Presidente Aiel Machado



Deputado Eduardo Cury

César Lattes

Filho de imigrantes italianos, César Lattes nasceu em Curitiba (PR) em 1924. Formou-se em física e matemática pela Universidade de São Paulo (USP) e, mais tarde, na Inglaterra, fez parte da equipe que descobriu uma das subpartículas responsáveis pela coesão do núcleo do átomo. A descoberta resultou na criação de um novo campo de estudo – a física de partículas elementares – e rendeu o Prêmio

Nobel de Física ao chefe da equipe, Cecil Frank Powell.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) batizou com seu nome o sistema utilizado para cadastrar cientistas, pesquisadores e estudantes. A Plataforma Lattes é uma base de dados de currículos pessoais e de instituições de todas as áreas do conhecimento.

26ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP26)



O presidente da CCTCI, deputado Aiel Machado (PSB-PR), foi um dos representantes do Legislativo brasileiro na 26ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Clima (COP26), realizada em Glasgow, na Escócia, de 31 de outubro a 12 de novembro. Durante o evento, que reuniu líderes mundiais para discutir ações de combate às mudanças climáticas, o deputado participou de palestras, debates e encontros com lideranças. Entre as reuniões realizadas, esteve com o secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcelo Morales, de quem recebeu o relatório do “Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa”; e com jovens brasileiros do movimento *Fridays for Future Brasil*, ocasião em que assinou documento no qual se compromete a ajudar nas políticas públicas ambientais e em iniciativas para melhorar o clima no País.

Museu das Comunicações e Humanidades (Museum)



Presidente Aiel Machado em visita realizada em setembro ao Museum, museu mantido pelo Oi Futuro, instituto de inovação e criatividade da operadora de telefonia Oi, no Rio de Janeiro.



SUBCOMISSÕES

19 de maio de 2021

Subcomissão Especial - Implantação da Tecnologia 5G



Deputada Perpétua Almeida

Ao propor a criação da subcomissão especial, por meio do Requerimento 10/21, subscrito pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF), a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) destacou a importância de acompanhar a implantação da tecnologia 5G e de sugerir estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações.

A subcomissão foi instalada em 19 de maio e tem como objetivo, entre outros, avaliar os aspectos tecnológicos relacionados à tecnologia 5G em suas dimensões de ambiente de competição, novas funcionalidades, universalização, desenvolvimento regional e participação do Estado, bem como, examinar o cenário de competição global de fornecedores de tecnologia e infraestrutura, seus

impactos geopolíticos e de competição de mercado no Brasil. Objetiva, ainda, analisar as consequências para a segurança nacional derivadas das opções relacionadas ao leilão do 5G, incluindo decisões visando a mitigação de vulnerabilidades e medidas voltadas à crescente autonomia tecnológica, além de estabelecer diagnóstico das políticas públicas e da legislação associada aos leilões de frequência e à homologação dos equipamentos de infraestrutura.

Nessa esteira, a subcomissão poderá propor recomendações, determinações legislativas e políticas públicas para a implantação da tecnologia 5G no Brasil, sob a ótica da segurança dos dados, da privacidade e da segurança nacional.

Além da deputada Perpétua Almeida, presidente da subcomissão, e do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), relator, são titulares os parlamentares André Figueiredo (PDT-CE), Alex Santana (PDT-BA), Angela Amin (PP-SC), Bira do Pindaré (PSB-MA), Cezinha de Madureira (PSD-SP), Coronel Chrisóstomo (PSL-RO), David Soares (DEM-SP), Eduardo Cury (PSDB-SP), Evair Vieira de Melo (PP-ES), Gustavo Fruet (PDT-PR), João Maia (PL-RN), Loester Trutis (PSL-MS), Luis Miranda (DEM-DF), Luiza Erundina (PsoL-SP), Paulo Ganime (Novo-RJ), Pedro Vilela (PSDB-AL), Roberto Alves (Republicanos-SP) e Vander Loubet (PT-MS).

17 de novembro de 2021

Edital 5G: perspectivas, contrapartidas e investimentos



A Subcomissão Especial para Acompanhar a Implantação da Tecnologia 5G no Brasil realizou audiência pública virtual, no dia 17 de novembro, para discutir o edital do 5G, suas perspectivas, contrapartidas, investimentos previstos e leilão do 5G. O debate atendeu a requerimento da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), presidente da subcomissão.

Ao propor a realização da audiência, Perpétua Almeida ressaltou que a implantação da tecnologia 5G no Brasil será o alicerce da entrada do País em uma nova era nas telecomunicações, com impactos na produção, na cultura, na saúde, na educação e no

desenvolvimento nacional. "O 5G é a mais recente tecnologia de transmissão de internet móvel, podendo oferecer, em certas circunstâncias, até 20 vezes mais velocidade que a tecnologia atual, 4G, sendo considerada fundamental para o desenvolvimento de funcionalidades como carros autônomos, telecirurgias, IoT (Internet das coisas), entre outros aspectos", observou a deputada.

Participaram da audiência a secretária de Telecomunicações substituta do Ministério das Comunicações, Nathalia Lobo; o superintendente de Planejamento e Regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Nilo Pasquali; o diretor de Regulação e Autorregulação da Conexis Brasil Digital, José Bicalho; o diretor de Relações Institucionais da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), Sergio Sgobbi; a integrante da Coalizão Direitos na Rede Flávia Lefèvre; e o secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU), Uriel de Almeida Papa.

14 de dezembro de 2021

Implantação do 5G: internet nas escolas e homologação de equipamentos

A Subcomissão Especial para Acompanhar a Implantação da Tecnologia 5G no Brasil realizou audiência pública, no dia 14 de dezembro, para discutir os temas “Conectividade e internet para alunos de escolas públicas: panorama atual, perspectivas e desafios” e “Homologação de equipamentos: critérios, métodos e sua governança”. Os debates foram propostos pela presidente da subcomissão, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Ao sugerir a discussão sobre conectividade nas escolas públicas, Perpétua Almeida lembrou a importância e a repercussão da adoção do 5G. “A implantação da tecnologia de telefonia móvel 5G é componente indissociável da nova economia digital, com reflexos diretos no crescimento, na educação e no desenvolvimento do País, bem como na criação de novos produtos, serviços e empregos”, observou.

Em relação aos equipamentos para implantação da rede 5G, a parlamentar esclareceu que a finalidade do debate era “compreender o conceito técnico e de segurança” para a sua homologação.

Foram realizadas duas mesas para discussão dos temas. A primeira, sobre conectividade e internet para alunos de escolas públicas, reuniu a diretora de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica do Ministério da Educação, Ana Caroline Vilasboas; o coordenador-geral de Aprimoramento do Ambiente de Investimentos e diretor substituto do

Departamento de Investimento e Inovação da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Otto Solino; o diretor de Regulação e Autorregulação da Conexis Brasil Digital, José Bicalho; e a advogada associada ao Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) Flávia Lefèvre.

Já a segunda mesa, sobre homologação de equipamentos, teve a participação do diretor do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), Marcelo Fontenele; do superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Gustavo Santana; do gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Israel Guratti; e do diretor do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), Carlos Nazareth.



Deputada Perpétua Almeida

25 de agosto de 2021

Subcomissão Especial - Tecnologias nas Eleições de 2022



Deputado Luis Miranda

A Subcomissão Especial para Acompanhamento das Tecnologias nas Eleições de 2022 foi criada por iniciativa dos deputados Luis Miranda (DEM-DF), Luiza Erundina (PsoL-SP), Angela Amin (PP-SC) e Vitor Lippi (PSDB-SP), por meio do Requerimento 109/21,

tendo por objetivo acompanhar, avaliar e propor sugestões para o desempenho de tecnologias que podem ser utilizadas no processo eleitoral em 2022, como a *blockchain*.

Em sua justificativa, os autores destacaram a fala do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que disse que “o novo sistema digital de votação, usando dispositivos eletrônicos, poderá ser adotado em 2022, se passar pelos testes de confiabilidade”.

Os parlamentares Luis Miranda, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Roberto Alves (Republicanos-SP), Luiza Erundina, Angela Amin e Vitor Lippi constam do espelho da subcomissão.

A subcomissão não foi instalada em 2021.



921



CCTCI EM NÚMEROS (*)

(*) Dados apurados até 28/12/2021.

Balanço de 2021

EVENTOS	Quantidade
Reunião de instalação e eleição da Mesa	1
Reuniões de instalação e eleição (subcomissões)	1
Reunião ordinária (subcomissão)	2
Reuniões deliberativas extraordinárias	31
Audiências públicas extraordinárias	23
Audiências públicas extraordinárias (subcomissão)	2
Audiências públicas conjuntas	3
Comparecimento de Ministro	3
Comparecimento de Ministro conjunta	1
Seminários	2
Visita Técnica	1
Solenidade	1
TOTAL	71

EVENTOS CANCELADOS	Quantidade
Reuniões deliberativas canceladas	2
Reunião deliberativa encerrada com termo	0
Reuniões de instalação e eleição canceladas (subcomissões)	0

Reunião de instalação e eleição encerrada com termo (subcomissão)	0
Reunião ordinária (subcomissão) cancelada	0
Audiências públicas canceladas	2
Comparecimento de Ministro cancelado	1
Audiência conjunta encerrada com termo	0
Seminários cancelados	1
TOTAL	6

PROPOSIÇÕES APROVADAS	Quantidade
PLs (projetos de lei)	38
PLPs (projetos de lei complementar)	0
PDC (projeto de decreto legislativo)	0
PFC	2
PDL (projeto de decreto legislativo)	3
TVRs (atos de outorga de serviços de radiodifusão)	721
Emendas orçamentárias (LDO)	10
Emendas orçamentárias (LOA)	4
Emendas orçamentárias (PPA)	0
REQs (requerimentos)	127
TOTAL	905

PROPOSIÇÕES REJEITADAS	Quantidade
PLs (projetos de lei)	8
PDC (projeto de decreto legislativo)	1
PDL (projeto de decreto legislativo)	0
PFC (proposta de fiscalização e controle)	0
PLP (projeto de lei complementar)	0
TOTAL	9

**MATÉRIAS
APRECIADAS**

Requerimentos

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 1/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater o aumento dos crimes virtuais durante a pandemia, especialmente os vazamentos e vendas de dados de pessoas físicas e jurídicas.	Bibo Nunes	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Coronel Chrisóstomo, Luis Miranda e Silas Câmara, com aditamento para inclusão dos seguintes convidados: representante da Coalizão Direitos na Rede; e Sr. Giancarlo Zuliani, Delegado Chefe da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos da Polícia Civil do Distrito Federal. Evento realizado. Primeira parte realizada em 18/11/2021. Segunda parte realizada em 02/12/2021. Arquivado. (Ver REQs 14, 29, 52, 71, 79 e 134/21)
REQ 2/21	Solicita sejam convidados representantes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores e da SaferNet Brasil para, em Reunião de Audiência Pública, debater a Deep Web e a Dark Web, e suas influências sobre a sociedade.	Bibo Nunes	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelo deputado Luis Miranda. (Ver REQ 33/21)
REQ 3/21	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir a tecnologia asfáltica utilizada nas ruas do país.	Bibo Nunes	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda e Perpétua Almeida.
REQ 4/21	Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações para debater o plano de ação da pasta para o ano de 2021.	Aliel Machado	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda, Perpétua Almeida e Luiza Erundina. Evento realizado em 07/04/2021. Arquivado.
REQ 5/21	Requer a realização de audiência pública com o Ministro das Comunicações para debater o plano de ação da pasta para o ano de 2021.	Aliel Machado	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda, Perpétua Almeida e Luiza Erundina. Evento realizado em 12/05/2021. Arquivado.

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 6/21	Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo os seguintes convidados: Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Saúde e da Relações Exteriores; bem como, representantes da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e do Instituto BUTANTAN para debater o atual estágio da produção de vacinas no Brasil, a possibilidade de ampliação da produção diária, contratos firmados, as iniciativas diplomáticas e comerciais par ampliação da oferta de vacinas, e o apoio governamental as pesquisas relativas a produção de imunizante de caráter totalmente nacional.	Perpétua Almeida	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda e Luiza Erundina. Evento realizado em 07/06/2021, em conjunto com a CREDN. Arquivado.
REQ 7/21	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para que seja aberto ao público debate sobre o Projeto de Lei nº 21/20, de autoria do Deputado Eduardo Bismark (PDT/CE) que “estabelece princípios, direito e deveres par ao uso da inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências”.	Leo de Brito	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda, Perpétua Almeida e Luiza Erundina. Evento realizado em 08/07/2021. Arquivado. (Ver REQs 20, 35, 39 e 86/21)
REQ 8/21	Requer a realização de Audiência Pública para atualizar o debate acerca da questão das tecnologias de reconhecimento facial para aplicação em segurança pública e em outros sistemas de facilitação do dia a dia no Brasil.	Bibo Nunes	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda, Coronel Chrisóstomo e Perpétua Almeida, com aditamento para inclusão da Sra. Helena Martins, do Intervezes Coletivo de Comunicação Social. (Ver REQ 25/21)
REQ 9/21	Requer seja realizada Audiência Pública com a presença do Sr. Walter Delgatti Neto, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos apurados pela Polícia Federal, no âmbito da operação spoofing.	Rui Falcão	APROVADO em 07/04/2021.
REQ 10/21	Requer a criação de Subcomissão Especial para acompanhar a implantação da tecnologia 5G no Brasil e propor estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações.	Perpétua Almeida	APROVADO em 17/03/2021, subscrito pelo deputado Luis Miranda. Subcomissão instalada em 19/05/2021. Arquivado. (Ver REQ 11/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 11/21	Requer a criação de Subcomissão Especial sobre a Tecnologia 5G no Brasil.	Luis Miranda	PREJUDICADO em razão da aprovação do REQ 10/21 CCTCI, da deputada Perpétua Almeida (RICD, Art. 164, II). Arquivado em 26/05/2021. (Ver REQ 10/21)
REQ 12/21	Requer realização de audiência pública acerca da inclusão da Empresa Brasil de Comunicação – EBC no Plano Nacional de Desestatização.	Luiza Erundina	APROVADO em 24/03/2021, subscrito pelos deputados Bira Do Pindaré, Perpétua Almeida e Coronel Chrisóstomo. Evento realizado em 28/06/2021. Arquivado.
REQ 13/21	Requer que seja realizada Audiência Pública para promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do 5G e Wi-Fi 6 no Brasil.	Pedro Vilela	APROVADO em 24/03/2021, subscrito pelos deputados Roberto Alves, Silas Câmara, Vitor Lippi, Perpétua Almeida, Luis Miranda, Bira do Pindaré, Leo de Brito, Angela Amin, Coronel Chrisóstomo, Aliel Machado, com aditamento para inclusão da Dra. Flávia Lefrève Guimarães, advogada especializada em direito do consumidor, telecomunicações e direitos sociais e do ministro das comunicações ou de representante do Ministério das comunicações na relação de convidados. (Ver REQ 36/21)
REQ 14/21	Requer a realização de audiência pública para discutir sobre os crimes cibernéticos.	Luis Miranda	APROVADO em 24/03/2021, subscrito pelos deputados Roberto Alves, Leo de Brito, Nilto Tatto, Silas Câmara e Coronel Chrisóstomo, com a transformação da audiência pública em seminário a ser realizado em conjunto com o requerimento 1/2021 por tratarem de temas correlatos e aditamento para inclusão na relação de convidados de Thiago Tavares Nunes de Oliveira, da Safernet Brasil; Carlos Affonso Souza, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS); Francisco Brito Cruz, diretor do Internetlab; Rafaella Vieira Lins Parca, delegada da Polícia Federal; Ana Cristina Santiago, ex-chefe da delegacia de proteção à criança e ao adolescente; Paulo Rená, do Instituto Beta; Raquel Lima

REQ	Ementa	Autor	Situação
			<p>Saraiva, do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife; Neide Cardoso, coordenadora do grupo de apoio sobre criminalidade cibernética do MPF; Samara Castro, vice presidente na comissão de proteção de dados e privacidade da OAB-RJ; Bruno Bioni, do Data Privacy Brasil; Pierpaolo Cruz Bottini, professor de direito da USP; Ygor Valério, do MPA Brasil; e Diogo Rais, do Instituto Liberdade Digital.</p> <p>Evento realizado.</p> <p>Primeira parte realizada em 18/11/2021.</p> <p>Segunda parte realizada em 02/12/2021.</p> <p>Arquivado.</p> <p>(Ver REQs 1, 29, 52, 71, 79 e 134/21)</p>
REQ 15/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater situação da telefonia, como a qualidade da cobertura e suas obrigações e bem como a melhoria do sinal da telefonia móvel e internet.	Silas Câmara	<p>APROVADO em 24/03/2021, subscrito pelos deputados Roberto Alves, Coronel Chrisóstomo, Luis Miranda, Luiza Erundina, Bibó Nunes, Léo de Brito e Nilto Tatto, com aditamento para inclusão na relação de convidados de representante da comissão permanente do direito do consumidor do Ministério da Justiça; do Ministério das Comunicações; da Telebrás; da Coalizão Direitos na Rede; do Conselho de secretários da fazenda; da coordenação nacional das comunidades quilombolas; do conselho nacional das populações extrativistas; da articulação dos povos indígenas do Brasil; Marina Pita, representante do Intervezes e de Marcos Ferrari, presidente executivo da Conexis Brasil Digital.</p> <p>APROVADO em 28/04/2021, aditamento para inclusão do presidente da Associação Amazonense dos Municípios, Jair Souto, na relação de convidados.</p> <p>Evento realizado em 31/05/2021.</p> <p>Arquivado.</p> <p>(Ver REQ 55 e 70/21)</p>
REQ 16/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática,	Silas Câmara	PREJUDICADO em razão da audiência pública ter sido realizada em 12/05/2021.

REQ	Ementa	Autor	Situação
	para que o Ministro das Comunicações, para apresentar a essa comissão o planejamento de trabalhos a serem realizados para o ano de 2021.		Arquivado em 26/05/2021. (Ver REQ 05/21)
REQ 17/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, para apresentar a essa comissão o planejamento de trabalhos a serem realizados para o ano de 2021.	Silas Câmara	PREJUDICADO em razão da audiência pública ter sido realizada em 07/04/2021. Arquivado. (Ver REQ 04/21)
REQ 18/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, apresente a essa comissão o planejamento do trabalho para combate ao Coronavírus – Covid-19.	Silas Câmara	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelo deputado Cezinha de Madureira.
REQ 19/21	Requer seja convocada Audiência Pública para debater a importância da fixação de novos critérios e regras para distribuição dos recursos de comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos. (Ver PL755/2015)	Julio Cesar Ribeiro	APROVADO em 31/03/2021, subscrito pelo deputado Luis Miranda, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do Sr. Amadeu Castro, consultor de espectro do camara-e.net, e de representantes da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol e da Associação Nacional de Torcidas Organizadas.
REQ 20/21	Requer a inclusão de convidado ao Requerimento de Audiência Pública de nº 7/2021, aprovado nesta Comissão.	Vitor Lippi	APROVADO em 31/03/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto, com aditamento para inclusão do condutor da rede de inteligência artificial do MCTI na relação de convidados. Evento realizado em 08/07/2021. (Ver REQs 7, 35, 39 e 86/21)
REQ 21/21	Requer seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a Lei 14.109/2020 e o acesso à internet nas comunidades rurais.	Bira do Pindaré	ARQUIVADO em 13/04/2021, em razão da apresentação do REQ 23/21. (Ver REQ 23/21)
REQ 22/21	Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que “dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, e os impactos	Perpétua Almeida	APROVADO em 31/03/2021, subscrito pelos deputados Aliel Machado, Nilto Tatto e Luiza Erundina, com aditamento para inclusão do sr. Nivalde de Castro, do instuto de economia da

REQ	Ementa	Autor	Situação
	em relação à pesquisa e desenvolvimento no Setor Elétrico Brasileiro”.		Universidade Federal do Rio de Janeiro, na relação de convidados. Evento realizado em 24/05/2021. (Ver REQ 66/21)
REQ 23/21	Requer seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a Lei 14.109/2020 e o acesso à internet nas comunidades rurais.	Bira do Pindaré	APROVADO em 31/03/2021, subscrito pelos deputados Aliel Machado, Nilton Tatto, Luiza Erundina e Luis Miranda, com aditamento para inclusão de representantes do MST e da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM).
REQ 24/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater o andamento das operações do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.	Vitor Lippi	APROVADO em 31/03/2021, subscrito pelos deputados Nilto Tatto, André Figueiredo, Luiza Erundina e Coronel Chrisóstomo, com aditamento para inclusão do Sr. Márcio Patusco, conselheiro do Clube de Engenharia; e de representante do Conselho de Secretários Estaduais de Fazenda. (Ver REQ 77/21)
REQ 25/21	Requer a inclusão do pesquisador Diogo Moyses na audiência pública que irá debater a questão das tecnologias de reconhecimento facial para aplicação em segurança pública e em outros sistemas de facilitação do dia a dia no Brasil.	Perpétua Almeida	APROVADO em 07/04/2021, subscrito pelos deputados Luiza Erundina e Vinicius Poit, com aditamento para inclusão da professora Dora Kaufman, da PUC/SP, na relação de convidados. (Ver REQ 8/21)
REQ 26/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o acesso à internet na área rural.	Angela Amin	ARQUIVADO em 13/04/2021, em razão da autora ter subscrito o REQ 23/21. (Ver REQ 23/21)
REQ 27/21	Requer realização de audiência pública para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.	Nilto Tatto	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pela deputada Luiza Erundina, com encaminhamento do deputado Gustavo Fruet para que a audiência pública atenda também o REQ. 42/21. Evento realizado em 14/06/2021. Arquivado. (Ver REQ 42 e 74/21)
REQ 28/21	Requer a subscrição ao Requerimento nº 12/2021.	Bira do Pindaré e Luiza Erundina	ARQUIVADO em 13/04/2021, em razão do autor ter subscrito o REQ 12/21. (Ver REQ 12/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 29/21	Requer a inclusão de nomes para a audiência pública, em aditamento ao requerimento nº 14/2021.	Rodrigo Coelho	APROVADO em 07/04/2021, subscrito pela deputada Angela Amin. Primeira parte realizada em 18/11/2021. Segunda parte realizada em 02/12/2021. (Ver REQs 1, 14, 52, 71, 79 e 134/21)
REQ 30/21	Requer, nos termos do art.24, III e do art. 255, ambos Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações Marcos Pontes para realização de audiência pública.	David Soares	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelo deputado Cezinha de Madureira.
REQ 31/21	Requer, nos termos do art.24, III e do art. 255, ambos Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações Marcos Pontes para realização de audiência pública.	David Soares	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pela deputada Liziane Bayer.
REQ 32/21	Requer a realização de audiência pública para debater os jogos eletrônicos no Brasil.	Coronel Chrisóstomo	APROVADO em 28/04/2021, com aditamento para inclusão do professor da USP, Valdemar Setzer, na relação de convidados.
REQ 33/21	Requer a inclusão do professor e pesquisador Fabro Steibel, na audiência pública que irá debater a Deep Web e a Dark Web, e suas influências sobre a sociedade.	Perpétua Almeida	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto. (Ver REQ 2/21)
REQ 34/21	Requer a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Educação, de Cultura e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir os riscos da privatização da Empresa Brasil de Comunicações – EBC.	Jandira Feghali	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pelos deputados Luiza Erundina, Bira do Pindaré e Angela Amin, com aditamento para inclusão do Sr. Jonas Valente, da Comissão de Empregados da EBC, na lista de convidados. Evento realizado em 14/05/2021.
REQ 35/21	Requer a inclusão de convidado para a audiência pública nº 7/2021, aprovado nesta Comissão.	Leo de Brito	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto, com aditamento para inclusão de representante da Coalizão Direitos na Rede, na relação de convidados. Evento realizado em 08/07/2021. (Ver REQs 7, 20, 39 e 86/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 36/21	Requer a inclusão de convidado ao Requerimento de Audiência Pública de nº 13/2021, aprovado nesta Comissão.	Vitor Lippi	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pela deputada Angela Amin.
REQ 37/21	Requer realização de audiência pública para debater o corte nas verbas do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Nilto Tatto	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pelos deputados Bira do Pindaré, Pedro Vilela, Paulo Ganime e Luiza Erundina.
REQ 38/21	Requer a realização de audiência pública para debater as consequências de uma privatização do sistema de processamento de dados do governo federal: SERPRO e DATAPREV.	André Figueiredo	APROVADO em 28/04/2021, subscrito pelos deputados Luiza Erundina, Bira do Pindaré e Nilto Tatto, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do professor da Universidade do ABC, Sergio Amadeu, de representante dos empregados no Conselho de Administração do Serpro, Marco Aurélio Sobrosa Friedl, e de representante da Frente Nacional dos Trabalhadores em Informática (FNI).
REQ 39/21	Requer a inclusão de convidado para participação em Audiência Pública, conforme Requerimento nº 7/2021, aprovado nesta Comissão.	Vitor Lippi	APROVADO em 28/04/2021. Evento realizado em 08/07/2021. (Ver REQs 7, 20, 35 e 86/21)
REQ 40/21	Requer realização de audiência pública para debater os Projetos de Lei nº 7488/2017, e PL 591/2021, que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.	Bira do Pindaré	APROVADO em 05/05/2021, subscrito pelos deputados Perpétua Almeida, Léo de Brito, Luiza Erundina, Merlong Solano, Angela Amin e Paulo Ganime, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do presidente da Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística (NTC), Francisco Pelúcio, do ex-presidente dos Correios Guilherme Campos e do secretário de formação e estudos socioeconômicos do SINTCOM-PR (sindicato dos trabalhadores dos Correios), Alexander Soares Menezes. Evento realizado em 17/05/2021. (Ver REQs 58 e 60/21)
REQ 41/21	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 2.021 de 2015 que “condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de	Julio Cesar Ribeiro	APROVADO em 05/05/2021, em conjunto com o REQ 45/21, subscrito pelo deputado Roberto Alves, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do delegado Rafael de Sá Sampaio,

REQ	Ementa	Autor	Situação
	delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial”.		da Associação Nacional de Polícia Judiciária (ADPJ), da coordenadora-executiva do Intervozes, Lara Moura, de representantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Andicomunicação e Direitos, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da ONG Artigo 19, do Instituto Alana, da Coalizão Negra por Direitos e do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH). Evento realizado em 27/09/2021. Arquivado. (Ver RQs 45 e 61/21)
REQ 42/21	Requer a realização de audiência pública para debater a denúncia feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) acerca do ambiente hostil para pesquisadoras e pesquisadores no Brasil durante o governo Bolsonaro.	Gustavo Fruet	APROVADO em 05/05/2021, com encaminhamento para que a audiência pública atenda também o REQ 27/21. Evento realizado em 14/06/2021. Arquivado. Evento realizado em 14/06/2021. (Ver REQs 27 e 74/21)
REQ 43/21	Requer seja realizada Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 4939 de 2020, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940”.	Rui Falcão	APROVADO em 05/05/2021, em conjunto com os REQs 48 e 50/21, subscrito pelo deputado Leo de Brito, com aditamento para substituição do representante da Claro/Net pelo presidente da Conexis Brasil Digital, Marcos Ferrari, e inclusão, na relação de convidados, de representantes do Data Privacy Brasil e do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). (Ver REQs 48 e 50/21)
REQ 44/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir o Projeto de Lei nº 8.195/2017, que “cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, mensagens instantâneas e dá outras providências”. (Apensado: PL 8.230/17).	Nilto Tatto	APROVADO em 05/05/2021, subscrito pelos deputados Merlong Solano e Leo de Brito. Evento realizado em 13/09/2021. Arquivado. (Ver REQs 68 e 69/21)
REQ 45/21	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 2.021 de 2015 que “condiciona a	Cleber Verde	APROVADO em 05/05/2021, em conjunto com o REQ 41/21.

REQ	Ementa	Autor	Situação
	realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial”.		Evento realizado em 27/09/2021. (Ver REQs 41 e 61/21)
REQ 46/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir a disponibilização dos recursos integrais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT no presente ano, tendo em vista a promulgação da Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2021.	Nilto Tatto	APROVADO em 05/05/2021, subscrito pelos deputados Merlong Solano, Leo de Brito e Aliel Machado. Evento realizado em 21/05/2021. Arquivado.
REQ 47/21	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 4939, de 2020, de autoria do deputado federal Hugo Leal, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências”.	Bibo Nunes	ARQUIVADO em 28/04/2021. Retirado a pedido do autor.
REQ 48/21	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 4939, de 2020, de autoria do deputado federal Hugo Leal, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências”.	Bibo Nunes	APROVADO em 05/05/2021, em conjunto com os REQs 43 e 50/21. (Ver REQs 43 e 50/21)
REQ 49/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir denúncias de irregularidades no processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC, bem como de perseguições a empregados da empresa.	Nilto Tatto	APROVADO em 19/05/2021, subscrito pelo deputado Bira do Pindaré, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Srs. Augusto Gadelha, ex-presidente do Conselho de Administração da CEITEC, Gabriela da Costa Silva e Reginaldo Soares de Andrade, auditores do TCU. Evento realizado em 23/08/2021. Arquivado.

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 50/21	Requer o aditamento ao Requerimento n. 43/2021 – CCTCI, para inclusão de convidados em audiência pública, para discutir o Projeto de Lei 4939 de 2020, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940”.	Rui Falcão	APROVADO em 05/05/2021, em conjunto com os REQs 43 e 48/21, subscrito pelo deputado Leo de Brito. (Ver REQs 43 e 48/21)
REQ 51/21	Requer realização de audiência pública para debater o PL 2630/20, sobre Fake News.	Luiza Erundina e Rui Falcão	APROVADO em 19/05/2021, em conjunto com os REQs. 53, 57 e 59/21, subscrito pelos deputados Nilto Tatto, Bira do Pindaré, Aliel Machado e Ted Conti, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Srs. Laura Moraes, coordenadora sênior da Avaaz; Fábio Malini, da Labic - laboratório de estudos sobre imagens e cibercultura/UFES; Marco Ruediger, da DAPP FGV; Yasodara Cordova, da Universidade de Harvard; Ricardo Campos, diretor do Instituto LGPD; Fabrício Benevenuto de Souza, da UFMG; Nina da Hora, do Conselho de Segurança do Tik Tok; Eliane Quintella, presidente do Comitê Jurídico da Aba; Rodrigo Fragola, presidente da Assespro; Márcio Nobre Migon, coordenador do CGIBR; professor Juliano Maranhão, da Usp; e de representantes da Abratel, da Associação Brasileira de Agências de Publicidade, da Associação Nacional de Jornais, e da Associação Nacional de Bureaus de Informação. 1º Evento realizado em 21/06/2021. Arquivado. (Ver REQs 53, 57 e 59/21)
REQ 52/21	Requer a inclusão do Senhor Jonas Antunes Couto, no Seminário de Crime Cibernéticos, dos Requerimentos já aprovados nesta Comissão.	Roberto Alves	APROVADO em 19/05/2021. Primeira parte realizada em 18/11/2021. Segunda parte realizada em 02/12/2021. (Ver REQs 1, 14, 29, 71, 79 e 134/21)
REQ 53/21	Requer o aditamento do Requerimento nº 51/2021, que propõe a realização de audiência pública para debater o PL nº 2.630/2020.	Vitor Lippi	APROVADO em 19/05/2021, em conjunto com os REQs. 51, 57 e 59/21, subscrito pelos deputados Nilto Tatto, Bira do Pindaré, Aliel Machado e Ted Conti, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Srs. Laura Moraes, coordenadora sênior da Avaaz; Fábio Malini, da

REQ	Ementa	Autor	Situação
			Labic - laboratório de estudos sobre imagens e cibercultura/UFES; Marco Ruediger, da DAPP FGV; Yasodara Cordova, da Universidade de Harvard; Ricardo Campos, diretor do Instituto LGPD; Fabrício Benevenuto de Souza, da UFMG; Nina da Hora, do Conselho de Segurança do Tik Tok; Eliane Quintella, presidente do Comitê Jurídico da Aba; Rodrigo Fragola, presidente da Assespro; Márcio Nobre Migon, coordenador do CGIBR; professor Juliano Maranhão, da Usp; e de representantes da Abratel, da Associação Brasileira de Agências de Publicidade, da Associação Nacional de Jornais, e da Associação Nacional de Bureaus de Informação. 1º Evento realizado em 21/06/2021. Arquivado. (Ver REQs 51, 57 e 59/21)
REQ 54/21	Requer realização de audiência pública para debater a dicotomia existente nas avaliações da vacina Sputnik.	Bira do Pindaré	APROVADO EM 19/05/2021, subscrito pela deputada Luiza Erundina.
REQ 55/21	Requer a inclusão de convidado no requerimento n.15, que requer audiência pública para debater a situação da telefonia móvel.	Silas Câmara	APROVADO em 19/05/2021. Evento realizado em 31/05/2021. (Ver REQ 15 e 70/21)
REQ 56/21	Requer a realização de audiência pública para debater políticas públicas de estímulo à inovação tecnológica de energias renováveis a partir da biomassa.	Ted Conti	APROVADO em 19/05/2021, subscrito pelos deputados Nilto Tatto e Luiza Erundina, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do Sr. Alessandro Gardmann, presidente da Associação Brasileira Do Biogás - Abiogás, e de representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.
REQ 57/21	Requer o aditamento do Requerimento n° 51/2021, que propõe a realização de audiência pública para debater o PL nº 2.630/2020.	Coronel Chrisóstomo	APROVADO em 19/05/2021, em conjunto com os REQs. 51, 53 e 59/21, subscrito pelos deputados Nilto Tatto, Bibó Nunes, Bira do Pindaré, Aliel Machado e Ted Conti, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Srs. Laura Moraes, coordenadora sênior da Avaaz; Fábio Malini, da Labic - laboratório de estudos sobre

REQ	Ementa	Autor	Situação
			imagens e cibercultura/UFES; Marco Ruediger, da DAPP FGV; Yasodara Cordova, da Universidade de Harvard; Ricardo Campos, diretor do Instituto LGPD; Fabrício Benevenuto de Souza, da UFMG; Nina da Hora, do Conselho de Segurança do Tik Tok; Eliane Quintella, presidente do Comitê Jurídico da Aba; Rodrigo Fragola, presidente da Assespro; Márcio Nobre Migon, coordenador do CGIBR; professor Juliano Maranhão, da Usp; e de representantes da Abratel, da Associação Brasileira de Agências de Publicidade, da Associação Nacional de Jornais, e da Associação Nacional de Bureaus de Informação. 1º Evento realizado em 21/06/2021. Arquivado. (Ver REQs 51, 53 e 59/21)
REQ 58/21	Requer a inclusão de convidado no requerimento nº. 40/2021, que requer audiência pública para debater os Projetos de Lei nº 7488/2017, e PL 591/2021, que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.	Alceu Moreira	PREJUDICADO em razão da audiência pública ter sido realizada em 17/05/2021, antes da apreciação deste requerimento. Arquivado. (Ver REQs 40 e 60/21)
REQ 59/21	Requer realização de audiência pública para debater o PL 2.630/2020, sobre Fake News.	Paulo Ganime	APROVADO em 19/05/2021, em conjunto com os REQs. 51, 53 e 57/21, subscrito pelos deputados Nilto Tatto, Bira do Pindaré, Aliel Machado e Ted Conti, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Srs. Laura Moraes, coordenadora sênior da Avaaz; Fábio Malini, da Labic - laboratório de estudos sobre imagens e cibercultura/UFES; Marco Ruediger, da DAPP FGV; Yasodara Cordova, da Universidade de Harvard; Ricardo Campos, diretor do Instituto LGPD; Fabrício Benevenuto de Souza, da UFMG; Nina da Hora, do Conselho de Segurança do Tik Tok; Eliane Quintella, presidente do Comitê Jurídico da Aba; Rodrigo Fragola, presidente da Assespro; Márcio Nobre Migon, coordenador do CGIBR; professor Juliano Maranhão, da Usp; e de representantes da Abratel, da Associação Brasileira de Agências de

REQ	Ementa	Autor	Situação
			Publicidade, da Associação Nacional de Jornais, e da Associação Nacional de Bureaus de Informação. 1º Evento realizado em 21/06/2021. Arquivado. (Ver REQs 51, 53 e 57/21)
REQ 60/21	Aditar o Requerimento nº 40/2021 para requerer a inclusão de convidado em audiência pública nesta Comissão para debater os Projetos de Lei nº 7488/2017 e nº 591/2021, que dispõem sobre a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.	Paulo Ganime	PREJUDICADO em razão da audiência pública ter sido realizada em 17/05/2021, antes da apreciação deste requerimento. Arquivado. (Ver REQ 40 e 58/21)
REQ 61/21	Requer o aditamento aos Requerimentos nº 41 e 45, de 2021 – CCTCI, aprovados nesta Comissão, que requerem a realização de Audiência Pública a fim de discutir o Projeto de Lei nº 2.021/2015.	Evair Vieira de Melo	APROVADO em 26/05/2021, subscrito pelos deputados Nereu Crispim e Angela Amin. Evento realizado em 27/09/2021. (Ver REQs 41 e 45/21)
REQ 62/21	Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com a presença do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, a fim de debater a situação orçamentária das Universidades e Institutos Federais e encaminhamentos relativos ao cumprimento de acordo firmado em Plenário, pela Liderança do Governo no Congresso Nacional, para recomposição dos recursos dessas instituições no ano de 2021.	Nilto Tatto	APROVADO em 26/05/2021, subscrito pelo deputado Bira do Pindaré, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos Líderes do Governo no Congresso.
REQ 63/21	Requer aditamento do Requerimento nº 43, de 2021 - CCTCI, de autoria do Deputado Rui Falcão para discutir o Projeto de Lei 4939 de 2020, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940”. (PL 4.393/2020).	Rodrigo Coelho	APROVADO em 26/05/2021.
REQ 64/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater as soluções de saúde digital para o rastreamento de contato em pandemias de vírus respiratório.	André Figueiredo	APROVADO em 26/05/2021, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Coalizão Direitos na Rede.
REQ 65/21	Requer seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e	Rodrigo Coelho	APROVADO em 26/05/2021.

REQ	Ementa	Autor	Situação
	Informática da Câmara dos Deputados para debater a respeito da alteração do direito de arena sobre o espetáculo desportivo para o pertencimento às equipes mandantes.		
REQ 66/21	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 22/2021 CCTCI, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Nilto Tatto	PREJUDICADO em virtude da realização da Audiência em 24/05/2021. (Ver REQ 22/21)
REQ 67/21	Requer seja convidado o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Pontes, para exposição a esta Comissão acerca das principais ações de sua pasta quanto ao Orçamento, Pesquisas em andamento, em especial sobre Covid-19, o uso do Fust para a aquisição de equipamentos de informática para as escolas e as ações e fiscalização da base de Alcântara.	Angela Amin	APROVADO em 26/05/2021.
REQ 68/21	Requer a inclusão de convidado para participar de audiência Pública, aprovada no requerimento nº 44/2021, para discutir o PL 8195/2017, que cria o cadastro Nacional para bloqueio do recebimento de ligações de Telemarketig, mensagens instantâneas e dá outra providência.	Bilac Pinto	APROVADO em 02/06/2021. Evento realizado em 13/09/2021. (Ver REQ 44 e 69/21)
REQ 69/21	Requer o aditamento ao Requerimento nº 44/2021 – CCTCI, aprovado nesta Comissão, que requer a realização de Audiência Pública a fim de discutir o Projeto de Lei nº 8195/2017.	Nilto Tatto	APROVADO em 02/06/2021. Evento realizado em 13/09/2021. (Ver REQ 44 e 68/21)
REQ 70/21	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública sobre Telefonia Móvel proposta no Requerimento 15/2021.	Luiza Erundina	PREJUDICADO em razão da audiência pública ter sido realizada em 31/05/2021, antes da apreciação deste requerimento. Arquivado. (Ver REQ 15 e 55/21)
REQ 71/21	Requer a inclusão de convidados no Seminário de Crime Cibernéticos proposto nos Requerimentos 01/2021 e 14/2021, já aprovados nesta Comissão.	Luiza Erundina	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelos deputados Angela Amin e Vitor Lippi. Primeira parte realizada em 18/11/2021. Segunda parte realizada em 02/12/2021. (Ver REQs 1, 14, 29, 52, 79 e 134/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 72/21	Solicita que seja convocado o Ministro das Comunicações, Senhor Fábio Faria, para comparecer na Subcomissão Especial de Implantação da Tecnologia 5G, para prestar esclarecimentos acerca dos indícios de ilegalidade no Edital do 5G, apontados pelo Tribunal de Contas da União.	Perpétua Almeida	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelos deputados Cezinha de Madureira, Luiza Erundina e Bira do Pindaré, com transformação da convocação em convite e aditamento para que o Ministro discorra também sobre as viagens oficiais relacionadas ao tema. Evento realizado em 11/08/2021. Arquivado. (Ver REQ 84/21)
REQ 73/21	Solicita que seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União, Senhor Raimundo Carreiro, para comparecer na Subcomissão Especial de Implantação da Tecnologia 5G, tratar sobre as potenciais irregularidades no edital do leilão 5G apontadas pelo Tribunal de Contas da União.	Perpétua Almeida	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelos deputados Luiza Erundina e Vitor Lippi, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do sr. Leonardo Euler de Moraes, presidente da Anatel.
REQ 74/21	Requer a inclusão do nome da Prof. PhD Maria Filomena Gregori, na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 42, de 2021, com finalidade de debater a denúncia feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) acerca do ambiente hostil para pesquisadoras e pesquisadores no Brasil durante o governo Bolsonaro.	Gustavo Fruet	APROVADO em 02/06/2021. Evento realizado em 14/06/2021. (Ver REQs 27 e 42/21)
REQ 75/21	Solicita realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para debater a respeito do estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no país.	Luisa Canziani	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante do Data Privacy Brasil; representante do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (IAPIN); Yasodara Córdova, pesquisadora do Berkman Klein Center for Internet & Society; Virgílio Fernandes Almeida, do Departamento de Ciência da Computação da UFMG; e Nina da Hora, cientista da computação e pesquisadora da PUC-Rio. 1º Evento realizado em 09/08/2021. 2º Evento realizado em 30/08/2021. Arquivado. (Ver REQs 85, 103, 106 e 108/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 76/21	Requer a realização de reunião de audiência pública para que seja convidada a Presidenta da CAPES para ser ouvida por esta comissão.	Aliel Machado	APROVADO em 02/06/2021, subscrito pelos deputados Merlong Solano e Luiza Erundina, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência (SBPC), e da professora Fátima Aparecida da Cruz Padoan, presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp). Evento realizado em 07/07/2021. Arquivado. (Ver REQ 89/21)
REQ 77/21	Requer o aditamento do Requerimento nº 24/2021, que requer a realização de Audiência Pública para debater o andamento das operações do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.	Coronel Chrisóstomo	APROVADO em 16/06/2021, subscrito pelos deputados Gustavo Fruet, Nilto Tatto e Márcio Labre, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante do Laboratório de Políticas de Comunicação (Lapcom) da Faculdade de Comunicação da UNB. (Ver REQ 24/21)
REQ 78/21	Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, para debater o PL 4.349 de 2019.	Márcio Labre	APROVADO em 16/06/2021, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e do Programa Criança e Consumo do Instituto Alana. Evento realizado em 16/08/2021. Arquivado. (Ver REQ 92 e 99/21)
REQ 79/21	Requer a inclusão de convidado no Seminário de Crime Cibernéticos proposto nos Requerimentos 01/2021 e 14/2021, já aprovados nesta Comissão.	Angela Amin	APROVADO em 16/06/2021. Primeira parte realizada em 18/11/2021. Segunda parte realizada em 02/12/2021. Arquivado. (Ver REQs 1, 14, 29, 52, 71 e 134/21)
REQ 80/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir o Projeto de Lei nº 2.035, de 2021, que altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, para dispor sobre o valor do limite global anual, para	Nilto Tatto	APROVADO em 23/06/2021, subscrito pela deputada Luiza Erundina.

REQ	Ementa	Autor	Situação
	o exercício de 2021, relativo à importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
REQ 81/21	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater sobre o PL 2.358/2020 (CIDE-Digital).	Pedro Vilela	APROVADO em 23/06/2021, subscrito pelo deputado Aliel Machado, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de Maria José Braga, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), e de representantes do Coletivo Intervezes e da Coalizão Direitos na Rede. Evento realizado em 20/09/2021. Arquivado. (Ver REQ 87 e 88/21)
REQ 82/21	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para abordar o Projeto de Lei nº 4.471/2020, que dispõe sobre a propriedade de meteorito que atinge o solo brasileiro e aprofundar o debate acerca do tratamento dado aos fragmentos meteoroides formados de asteroides ou cometas, ou ainda restos de planetas ou corpos rochosos extraterrestres.	Alex Santana	APROVADO em 23/06/2021, subscrito pela deputada Angela Amin.
REQ 83/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para apresentar o Relatório Luz 2021 e o grau de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, além de ampliar o conhecimento do público participante sobre os ODS e estimular seu envolvimento na implementação, no acompanhamento e na avaliação dos processos, desafios e avanços da resolução Agenda 2030.	Nilto Tatto	APROVADO em 23/06/2021, subscrito pelas deputadas Angela Amin e Luiza Erundina. Aprovado, na reunião deliberativa de 07/07/2021, aditamento para inclusão, na relação de convidados, da Sra. Katyna Argueta, representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. Evento realizado em 12/07/2021. Arquivado.
REQ 84/21	Requer a convocação do Ministro das Comunicações, Sr. Fábio Faria, para que preste esclarecimentos acerca de declarações ofensivas e antidemocráticas contra opositores, artistas e jornalistas, diante dos 500 mil mortos na pandemia de covid-19 no Brasil.	Luiza Erundina	APROVADO em 30/06/2021, subscrito pelos deputados Bira do Pindaré e Nilto Tatto, com transformação da convocação em convite, e encaminhamento para que a audiência pública atenda também ao REQ 72/21. Evento realizado em 11/08/2021. (Ver REQ 72/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 85/21	Requer a inclusão de convidados em audiência pública aprovada pelo REQ 75/2021 CCTCI.	Luisa Canziani	APROVADO em 30/06/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto. 1º Evento realizado em 09/08/2021. 2º Evento realizado em 30/08/2021. Arquivado. (Ver REQs 75, 103, 106 e 108/21)
REQ 86/21	Em aditamento ao requerimento nº 07/2021, requer a inclusão de convidado para a audiência pública nº 7/2021, aprovado nesta Comissão.	Leo de Brito	APROVADO em 30/06/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto. Evento realizado em 08/07/2021. (Ver REQs 7, 20, 35 e 39/21)
REQ 87/21	Requer a inclusão dos representantes da ABRATEL e ABERT, na Audiência Pública que irá debater sobre o PL 2.358/2020 (CIDE-Digital).	João Maia	APROVADO em 30/06/2021, em conjunto com o REQ 88/21 e subscrito pelos deputados Aliel Machado, Angela Amin, Nilto Tatto e Ted Conti, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Assespro (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação). Evento realizado em 20/09/2021. (Ver REQ 81 e 89/21)
REQ 88/21	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater sobre o PL 2358/2020 (CIDE-Digital).	Vitor Lippi	APROVADO em 30/06/2021, em conjunto com o REQ 87/21 e subscrito pelos deputados Aliel Machado, Angela Amin, Nilto Tatto e Ted Conti, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Assespro (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação). Evento realizado em 20/09/2021. (Ver REQ 81 e 87/21)
REQ 89/21	Requer a inclusão de novos convidados na Audiência Pública, objeto do Requerimento n.º 76/2021, nesta Comissão.	Aliel Machado	APROVADO em 30/06/2021, subscrito pelos deputados Angela Amin, Luiza Erundina, Ted Conti e Bira do Pindaré. Evento realizado em 07/07/2021. Arquivado. (Ver REQ 76/21)
REQ 90/21	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e	Alceu Moreira	APROVADO em 07/07/2021, subscrito pelos deputados Nilto Tatto e Vinicius Poit, com

REQ	Ementa	Autor	Situação
	Informática para debater sobre “O Brasil e a crise global de semicondutores”.		aditamento para inclusão, na relação de convidados, dos senhores: Celso Luiz Moretti, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Silvio Luis Santos Júnior, presidente da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Acceitec); Uallace Moreira Lima, professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Tiago Roberto Balen, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Microeletrônica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Abílio Eustáquio Andrade Neto, oficial da reserva da Marinha e liquidante do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec); Rogério Nunes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi); e de representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Evento realizado em 04/10/2021. Arquivado. (Ver REQs 91 e 117/21)
REQ 91/21	Requer a inclusão de convidado no Requerimento nº. 90/2021, que solicita a realização de audiência pública para debater sobre “O Brasil e a crise global de semicondutores”.	Alceu Moreira	ARQUIVADO em razão da inclusão do convidado na reunião de 07/07/2021. (Ver REQs 90 e 117/21)
REQ 92/21	Requer aditamento ao Requerimento 78/2021 na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para inclusão de participantes na relação de convidados.	Márcio Labre	APROVADO em 14/07/2021, subscrito pelo deputado Aliel Machado. Evento realizado em 16/08/2021. Arquivado. (Ver REQ 78 e 99/21)
REQ 93/21	Solicita seja convocado o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, Marcos Pontes, a fim de prestar esclarecimentos sobre situação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Milton Coelho	APROVADO em 11/08/2021, subscrito pelo deputado Bira do Pindaré, com transformação da convocação em convite. Evento realizado em 06/10/2021. Arquivado.

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 94/21	Requer a realização de concurso para concessão de prêmio para personalidades de destaque na área de ciência e tecnologia.	Aliel Machado	APROVADO EM 14/07/2021, subscrito pelo deputado Nilto Tatto. Evento realizado em 08/12/2021. (Ver REQ 95/21)
REQ 95/21	Requer a realização de concurso para concessão de prêmio para personalidades de destaque na área de ciência e tecnologia.	Aliel Machado	APROVADO em 14/07/2021, subscrito pela deputada Luiza Erundina. Apresentação do Projeto de Resolução de Alteração do Regimento e outros n. 59/2021, pela CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, que “Institui o Prêmio César Lattes pela defesa e promoção da ciência, tecnologia e inovação”. Evento realizado em 08/12/2021. (Ver REQ 94/21)
REQ 96/21	Solicita informações ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações sobre a ocorrência de apagão no sistema de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).	Leo de Brito	APROVADO em 11/08/2021, subscrito pelo deputado Luis Miranda.
REQ 97/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir a extinção dos Institutos Geológico, Botânico e Florestal, por meio da criação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), no Estado de São Paulo.	Nilto Tatto	APROVADO em 18/08/2021, subscrito pelo deputado Aliel Machado. Evento realizado em 25/11/2021. Arquivado.
REQ 98/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.134 de 2021 que “dispõe sobre transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e contratação de espaço virtual para exposição de anúncios na internet e dá outras providências”.	Paulo Ganime	PREJUDICADO, em razão da apresentação do REQ 110/21 CCTCI. Arquivado. (Ver REQ 110/21)
REQ 99/21	Requer aditamento ao Requerimento 78/2021 de minha autoria na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para inclusão de participantes.	Márcio Labre	ARQUIVADO em razão da aprovação na reunião deliberativa de 11/08/2021 de aditamento ao REQ 78/21, para inclusão de representantes do Google e do Facebook/Instagram na relação de convidados. (Ver REQ 78 e 92/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 100/21	Requer o envio de indicação ao Poder Executivo, por meio do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com o objetivo de sugerir a instalação de novas antenas e a ampliação do sinal de telefonia móvel e internet para a região do Povoado Cana Brava, abrangendo os municípios de Araióses e Água Doce do Maranhão – MA.	Bira do Pindaré	APROVADO em 11/08/2021.
REQ 101/21	Requer a realização de audiência pública, para discutir as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e Ministério da Saúde, em termos de tecnologias e aquisições de insumos para o combate ao covid 19.	Luiz Miranda	APROVADO em 18/08/2021.
REQ 102/21	Requer a realização de Audiência Pública destinada à discussão do PDL Nº 254/2021, sobre o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020.	Leo de Brito	APROVADO em 01/09/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda e Nilto Tatto, com aditamento, para inclusão na relação de convidados, do sr. Luis Manuel Fernandes, professor da PUC-Rio. Evento realizado em 22/09/2021. Arquivado.
REQ 103/21	Requer a inclusão de convidados em audiência pública aprovada pelo REQ 75/2021 CCTCI.	Luisa Caniziani	APROVADO em 18/08/2021, subscrito pelo deputado Aliel Machado. Evento realizado em 30/08/2021. Arquivado. (Ver REQs 75, 85, 106 e 108/21)
REQ 104/21	Requer a realização de audiência pública, para discutir a tecnologia Blockchain, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.	Luis Miranda	APROVADO em 18/08/2021, subscrito pelos deputados Vitor Lippi e Angela Amin, com aditamento para inclusão de convidados sugeridos pela deputada Angela Amin.
REQ 105/21	Requer, nos termos regimentais, a realização de uma Visita Técnica “in loco” no Tribunal Superior Eleitoral, com a finalidade de conhecer a tecnologia Blockchain que seria utilizada nas próximas eleições.	Luis Miranda	APROVADO em 18/08/2021, subscrito pelos deputados Roberto Alves e Angela Amin.
REQ 106/21	Requer a inclusão de convidada em audiência pública aprovada pelo REQ 75/2021, que debaterá sobre	Aliel Machado	APROVADO em 18/08/2021, subscrito pelos deputados Vitor Lippi e Luis Miranda. Evento realizado em 30/08/2021.

REQ	Ementa	Autor	Situação
	estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no país.		Arquivado. (Ver REQs 75, 85, 103 e 108/21)
REQ 107/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir a situação do Brasil e as mudanças climáticas, diante do novo relatório do IPCC.	Nilto Tatto	APROVADO em 25/08/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda, Ted Conti, Bira do Pindaré e Merlong Solano.
REQ 108/21	Requer a inclusão de convidado em audiência pública aprovada pelo REQ 75/2021, que debaterá sobre estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no país.	Nilto Tatto	APROVADO em 25/08/2021. Evento realizado em 30/08/2021. Arquivado. (Ver REQs 75, 85, 103 e 106/21)
REQ 109/21	Requer a criação de Subcomissão Especial sobre tecnologia Blockchain.	Luis Miranda e outros	APROVADO, em 25/08/2021, com alteração para “Subcomissão Especial para acompanhamento das tecnologias que serão usadas pelo TSE nas eleições de 2022”.
REQ 110/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.134 de 2021 que “dispõe sobre transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e contratação de espaço virtual para exposição de anúncios na internet e dá outras providências”.	Paulo Ganime	APROVADO em 01/09/2021, subscrito pelos deputados Aliel Machado e Nilto Tatto. (Ver REQs 115 e 120/21)
REQ 111/21	Requer esta comissão que seja autorizada a formação de uma comitiva a fim de representar o colegiado em missão oficial na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida como COP-26, que será realizada na cidade de Glasgow, Escócia, de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021.	Nilto Tatto	APROVADO em 01/09/2021, subscrito pelos deputados Bira do Pindaré, David Soares e Léo de Brito.
REQ 112/21	Requer, nos termos do art.24, III e do art. 255, ambos Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidados representantes do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Economia para debater sobre a volta do horário de verão.	David Soares	APROVADO em 01/09/2021, subscrito pela deputada Luiza Erundina, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do sr. Claudio Frischtak, economista, sócio da consultoria inter.B, e especialista em infraestrutura, do sr. Maurício Tolmasquim, professor titular do programa de planejamento energético da Coppe UFRj, e de representante da coordenação nacional do movimento dos atingidos por barragens (MAB).

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 113/21	Requer realização de audiência pública acerca do PL nº 6.191/2016, que “dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual”.	Luiza Erundina	APROVADO em 01/09/2021. (Ver REQ 123/21)
REQ 114/21	Requer a realização de Audiência Pública para debater a percepção da sociedade acerca da importância da Ciência para o desenvolvimento do País.	Vitor Lippi	APROVADO em 01/09/2021, subscrito pelos deputados Angela Amin e Nilto Tatto, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, da sra. Bruna Belaz, presidente da UNE, sra. Flávia Calé da Silva, presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos, de representante da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP-BR). Evento realizado em 08/11/2021. Arquivado.
REQ 115/21	Requer a inclusão de convidado no Requerimento nº. 110/2021, que solicita a realização de audiência pública para debater sobre “transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e contratação de espaço virtual para exposição de anúncios na internet e dá outras providências”.	Alceu Moreira	APROVADO em 01/09/2021. (Ver REQ 110 e 120/21)
REQ 116/21	Requer a aprovação de Moção em defesa da imediata interrupção do processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC.	Nilto Tatto	APROVADO em 01/09/2021. Arquivado.
REQ 117/21	Requer seja realizada audiência pública a fim de discutir a crise mundial causada pela escassez de componentes semicondutores e seus diversos impactos para o setor produtivo, a importância do desenvolvimento dessa indústria no Brasil frente o potencial do setor no cenário global e os resultados apresentados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, estabelecido pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007 (e alterações posteriores).	Vitor Lippi	APROVADO em 15/09/2021, subscrito pelos deputados Ted Conti e Luis Miranda, com aditamento para inclusão do sr. Sílvio Luis Santos Junior, presidente da Associação dos Colaboradores do CEITEC (ACCEITEC), e do sr. André Roncaglia, professor da UNIFESP e pesquisador do CEBRAP. Evento realizado em 04/10/2021. Arquivado. (Ver REQs 90 e 91/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 118/21	Requer a realização de audiência pública com objetivo de discutir as Olimpíadas do Conhecimento, de abrangência nacional, bem como os projetos prioritários que são concebidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI.	Cezinha de Madureira	APROVADO em 22/09/2021, subscrito pelos deputados Nilto Tatto e Bira do Pindaré. Evento realizado em 29/10/2021, em conjunto com a Comissão de Educação (REQ 161/21 CE).
REQ 119/21	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para apresentar a atuação do Sistema Nacional de Fomento no financiamento à inovação e sua integração com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FNDCT.	Vitor Lippi	APROVADO em 22/09/2021, subscrito pelos deputados Aliel Machado e Nilto Tatto, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante do Instituto para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.BR). Evento realizado em 09/12/2021. Arquivado. (Ver REQs 135 e 143/21)
REQ 120/21	Requer a inclusão de convidado no Requerimento nº 110/2021, que solicita a realização de audiência pública para debater sobre “transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e contratação de espaço virtual para exposição de anúncios na internet e dá outras providências”.	Aliel Machado	APROVADO em 29/09/2021, subscrito pelos deputados Luis Miranda e Nilto Tatto. (Ver REQ 110 e 115/21)
REQ 121/21	Solicita a aprovação de Moção de Repúdio contra a declaração irresponsável do Presidente da República na Assembleia geral da ONU.	Aliel Machado	APROVADO em 22/09/2021, subscrito pelo deputado Bira do Pindaré. Arquivado.
REQ 122/21	Requer o convite do Sr. Milton José Deiró de Melo Neto para participar de Audiência Pública destinada à discussão do PDL 254/2021 sobre o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020.	Renata Abreu	PREJUDICADO em razão do evento ter sido realizado em 22/09/2021 (Art. 164, I, RICD). Arquivado.
REQ 123/21	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, que tramita sob o Requerimento de nº 113/2021, com intuito de debater o PL nº 6.191/2016, que “dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual”.	José Rocha	APROVADO em 20/10/2021. (Ver REQ 113/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 124/21	Requer a convocação do Ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes, a fim de esclarecer os cortes no orçamento no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.	Aliel Machado	APROVADO em 20/10/2021, com transformação da convocação em convite.
REQ 125/21	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PL 1354/2021, que “altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”.	Gervásio Maia e Aliel Machado	APROVADO em 20/10/2021, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do sr. Flávio Lara Resende, presidente da Associação Brasileira De Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), do sr. Rafael Menin Soriano, da Associação Nacional de Editores de Eevistas (ANER), da sra. Laura Moraes, coordenadora sênior da Avaaz, de representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), de representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom) e de representante da agência comprova. Evento realizado em 16/12/2021. Arquivado. (Ver REQ 130/21)
REQ 126/21	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Especial Implantação da Tecnologia 5G no Brasil, para debater a implantação do 5G e propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações, com o tema: Edital 5G, suas perspectivas, contra-partidas, investimentos previstos e cronograma do Leilão 5G.	Perétua Almeida	APROVADO em 20/10/2021, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Coalizão Direitos na Rede, e do sr. Sérgio Sgobbi, diretor de relações institucionais da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Eigitais (Brasscom). Evento realizado em 17/11/2021. Arquivado.
REQ 127/21	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Especial Implantação da Tecnologia 5G no Brasil, para debater a implantação do 5G e propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações, com o Tema: Conectividade e Internet para alunos de Escolas Públicas, panorama atual, perspectivas e desafios.	Perétua Almeida	APROVADO em 20/10/2021, com aditamento para inclusão de representante, na relação de convidados, da sra. Marina Pitta, representante do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes). Evento realizado em 14/12/2021. Arquivado. (Ver REQ 128/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 128/21	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Especial Implantação da Tecnologia 5G no Brasil, para debater a implantação do 5G e propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações, com o Tema: Homologação de equipamentos: critérios, métodos e sua governança.	Perétua Almeida	APROVADO em 20/10/2021. Evento realizado em 14/12/2021. Arquivado. (Ver REQ 127/21)
REQ 129/21	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir os impactos sobre a produção científica e tecnológica do país da aprovação do PLN 12/2021 e do PLN 16/2021.	Nilto Tatto	APROVADO em 20/10/2021, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
REQ 130/21	Requer aditamento ao Requerimento nº 125/2021 CCTCI para inclusão de convidados na audiência pública para discutir o PL 1.354/2021, que “altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente constituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”.	Paulo Ganime	APROVADO em 27/10/2021, subscrito pelos deputados Vitor Lippi, Angela Amin e Vinicius Poit. Evento realizado em 16/12/2021. Arquivado. (Ver REQ 125/21)
REQ 131/21	Requer a realização de audiência pública, para discutir a aplicação dos recursos oriundos do orçamento da Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM do Governo Federal destinados à publicidade nos meios de comunicações.	Luis Miranda	APROVADO em 27/10/2021, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, do sr. Paulo Miranda, presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (Abccom), de representante da Associação Brasileira de Comunicação Pública (Abcpública) e de representante do Tribunal de Contas da União (TCU).
REQ 132/21	Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CavD) e dá outras providências.	Roberto Alves	ARQUIVADO em 24/11/2021. O autor ter deixou de ser membro da CCTCI.
REQ 133/21	Requer que seja realizada Audiência Pública para debater os benefícios econômicos da exploração da base de Alcântara para o impulsionamento da indústria aeroespacial brasileira.	Pedro Vilela	APROVADO em 10/11/2021, subscrito pelos deputados Vitor Lippi, Perpetua Almeida, Angela Amin e Nilto Tatto, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, de representante da

REQ	Ementa	Autor	Situação
			Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.
REQ 134/21	Requer a inclusão de convidado no Seminário sobre O Combate aos Crimes Cibernéticos no Brasil – Papel do Parlamento Brasileiro, já aprovado nesta Comissão.	Angela Amin	APROVADO em 10/11/2021. Primeira parte realizada em 18/11/2021. Segunda parte realizada em 02/12/2021. (Ver REQs 1, 14, 29, 52, 71 e 79/21)
REQ 135/21	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para apresentar a atuação do Sistema Nacional de Fomento no financiamento à inovação e sua integração com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FNDCT.	Vitor Lippi	APROVADO em 17/11/2021, subscrito pela deputada Angela Amin. Evento realizado em 09/12/2021. Arquivado. (Ver REQs 119 e 143/21)
REQ 136/21	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 8.889 de 2017, que “dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CavD) e dá outras providências”.	Luis Miranda	APROVADO em 17/11/2021, com aditamento para inclusão, na lista de convidados, do sr. Leonardo Edde, do Sindicato da Indústria Cinematográfica e Audiovisual, do sr. André Klotzel, da Associação Paulista de Cineastas, e do sr. João Brant, do Instituto Cultura e Democracia. (Ver REQs 137 e 139/21)
REQ 137/21	Solicita a inclusão de convidado no Requerimento nº 136/2021, que “requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 8.889 de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CavD) e dá outras providências”.	Nilto Tatto	APROVADO em 24/11/2021, com aditamento para inclusão, na lista de convidados, de representante do Intervozes. (Ver REQ 136 e 139/21)
REQ 138/21	Requer a realização de audiência pública para debater os dados de desmatamento da Amazônia produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a omissão da sua divulgação por ocasião da participação da delegação brasileira na COP 26.	Bira do Pindaré	APROVADO em 01/12/2021.
REQ 139/21	Requer a inclusão de convidado em audiência pública aprovada pelo Requerimento nº136/2021 – CCTCI.	Luisa Canziani	APROVADO em 01/12/2021. (Ver REQ 136 e 137/21)

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 140/21	Requer a realização de audiência pública para discutir denúncias de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, de manipulação do discurso de ódio e da desinformação no Brasil com finalidades políticas.	Natália Bonavides	APROVADO em 08/12/2021, subscrito pelos deputados Nilto Tatto e Merlong Solano, com aditamento para inclusão, na relação de convidados, da Avaaz.
REQ 141/21	Requer a autorização da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara para participar da visita ao Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello da PETROBRAS – CENPES, dia 16 dezembro 2021, no Rio de Janeiro.	Aliel Machado	APROVADO em 08/12/2021.
REQ 142/21	Requer que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática solicite à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Sra. Tereza Cristina, informações a respeito da Portaria nº 394 do MAPA, de 10 de setembro de 2021, sobre o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS).	Paulo Ganime	APROVADO em 08/12/2021.
REQ 143/21	Requer aditamento do requerimento nº 119/2021, de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para apresentar a atuação do Sistema Nacional de Fomento no financiamento à inovação e sua integração com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FNDCT.	Vitor Lippi	APROVADO em 08/12/2021. (Ver REQs 119 e 135/21)

Pareceres aprovados

Proposição	Ementa	Votação
PL 7.263/17	Do Sr. Altineu Côrtes – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações”. (Apensado: PL 7696/17) RELATORA: deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 7696/17, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor. Aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados Roberto Alves, Evair Vieira de Melo, Bibó Nunes, Cezinha de Madureira, Vinicius Poit, Nereu Crispim e Marcos Soares e absteve-se de votar o Deputado Aliel Machado.	24/03/2021
PL 4.377/19	Do Sr. Pedro Augusto Bezerra – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a oferta gratuita de pacote de encaminhamento de mensagens curtas de texto de telefonia celular”. RELATOR: deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer	28/04/2021
PL 8.518/17	Do Sr. Vitor Lippi e Odorico Monteiro – que “Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, disciplinando o licenciamento temporário para a instalação de infraestruturas de telecomunicações em áreas urbanas”. (Apensado: PL 4566/19) RELATOR: deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação deste, do PL 4566/2019, apensado, do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, com substitutivo. Aprovado o parecer	05/05/2021
PL 6.301/19	Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que "altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para proibir que concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviços de radiodifusão recebam recursos públicos, a qualquer título, ou obtenham crédito junto a instituições financeiras constituídas sob a forma de empresa pública ou de sociedade de economia mista". RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer	16/06/2021
PL 222/19	Do Sr. Roberto de Lucena - que "institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania, a ser comemorada, anualmente, em todo o território nacional na primeira semana de junho, e dá outras providências". (Apensados: PL 2.815/19; PL 4.742/19; PL 4.685/20 e PL 3.664/19) RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA	07/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação deste, do PL 2.815/19, do PL 3.664/19, do PL 4.742/19, e do PL 4.685/20, apensados, com substitutivo. Aprovado o parecer	
PL 2.805/20	Do Sr. Reginaldo Lopes e outros - que "dispõe sobre a concessão de benefícios emergenciais às instituições sem fins lucrativos de rádio difusão comunitária a ser adotado durante o Estado de Emergência em Saúde que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020". (Apensado: PL 2.912/20) RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2.912/20, apensado, com substitutivo. Aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados João Maia, Roberto Alves, Evair Vieira de Melo, Paulo Eduardo Martins, Cezinha de Madureira, Márcio Labre, Vinicius Poit, Nereu Crispim, Coronel Chrisóstomo e Cleber Verde.	07/07/2021
PL 3.420/19	Do Sr. Heitor Freire - que "altera o a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de alterar o critério da multa aplicada às entidades de direito privado em caso de vazamento de dados pessoais". (Apensado: PL 6.149/19) RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 6.149/19, apensado. Aprovado o parecer	11/08/2021
PL 2.498/15	Do Sr. Aureo - que "acrescenta artigos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para obrigar os provedores de conexão e os provedores de aplicação de internet a criarem centros de atenção aos usuários compulsivos de serviços de internet e de redes sociais". RELATOR: deputado PAULO GANIME. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer	18/08/2021
PFC 77/16	Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos - que "propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel acerca da correta bilhetagem dos serviços de dados por parte das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal". RELATORA: deputada ANGELA AMIN. RELATÓRIO FINAL: pelo encerramento e arquivamento. Aprovado o parecer	25/08/2021
PL 542/19	Da Sra. Maria do Rosário - que "dispõe sobre a isonomia no tratamento dos veículos de imprensa em entrevistas coletivas de imprensa concedidas por representantes dos Poderes da República, Órgãos Públicos ou de Instituições Públicas". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Aprovado o parecer	
PFC 18/21	Do Sr. Tadeu Alencar - que "requer que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realize ato de fiscalização e controle sobre o processo de desestatização do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC. " RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ. RELATÓRIO PRÉVIO: pela implementação. Aprovado o Relatório Parcial/Prévio	01/09/2021
PL 1.294/19	Do Sr. Marcelo Ramos - que "altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, sujeitando as prestadoras de serviços de telecomunicações à suspensão da venda de novos acessos em caso de reiterada aplicação de multas". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: parecer com Complementação de Voto, pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa do Consumidor, com Substitutivo. Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.	01/09/2021
PL 6.459/19	Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que "altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o reconhecimento de certificação de equipamentos de telecomunicações expedida por autoridades de outros países". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela rejeição. Aprovado o Parecer.	01/09/2021
PL 11.022/18	Da Sra. Clarissa Garotinho - que "determina que as bases de dados curriculares que permitem o preenchimento por estudantes e profissionais através da internet, ou qualquer outro meio, de currículos devem possuir campo opcional para declaração de licença maternidade e licença por motivo de tratamento de saúde". RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer.	15/09/2021
PDL 233/21	Da CREDN - (MSC 556/2019) - que "aprova o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019". RELATORA: deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Luiza Erundina e Leo de Brito.	22/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
PL 2.442/19	Da Sra. Erika Kokay - que "proíbe a utilização de mensagens subliminares na propaganda veiculada nas emissoras de radiodifusão". RELATOR: deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação das emendas do Senado Federal ao PL 2.442/19. Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Vinicius Poit.	22/09/2021
PDL 254/21	Da CREDN - (MSC 447/2020) - que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020". RELATOR: deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Merlong Solano, Nilto Tatto e Luiza Erundina.	29/09/2021
PL 3.131/20	Do Sr. Ronaldo Carletto - que "institui multa por confecção e divulgação de notícias falsas (fake news) sobre a pandemia de covid-19". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Aprovado o parecer.	29/09/2021
PL 1.776/19	Do Sr. Wladimir Garotinho - que "dá nova redação ao artigo 289, §§ 1º e 2º acrescenta artigo 290-A, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e o artigo 1º da Lei nº 8.639, de 31 de março de 1993". RELATOR: deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer.	29/09/2021
PDC 931/18	Do Sr. Celso Russomanno - que "susta os efeitos dos incisos I, II e III do art. 16 e dos incisos I, II e III do art. 17 da Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer.	20/10/2021
PL 10.970/18	Do Sr. Jhc - que "inclui programas de informática de código aberto na lista de preferência nas aquisições de bens e serviços de informática e automação". RELATOR: deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Aprovado o parecer.	20/10/2021
PL 1.231/20	Do Sr. Alexandre Frota - que "impede a cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviço de telefonia fixa, movel e TV, enquanto durar qualquer pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS". RELATOR: deputado MERLONG SOLANO.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Aprovado o parecer.	
PL 1.795/19	Do Sr. Julian Lemos - que "obriga fabricantes de equipamentos eletrônicos de comunicação e informática que especifica a divulgarem alerta sobre possíveis danos à saúde de crianças, decorrentes de seu uso prolongado e ininterrupto". (Apensado: PL 3.440/20) RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: parecer com complementação de voto, pela aprovação deste, e do PL 3.440/20, apensado, com substitutivo. Aprovado o parecer com complementação de voto, contra o voto do deputado Vinicius Poit.	27/10/2021
PL 2.029/21	Do Sr. Bosco Costa - que "altera o Marco Civil da Internet, para proibição de cobrança para acesso a notícias de caráter público". RELATOR: deputado MILTON COELHO. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer.	27/10/2021
PL 2.926/19	Do Sr. Márcio Jerry - que "veda o cancelamento, interrupção e o corte de bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa". RELATORA: deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer	10/11/2021
PL 3.048/19	Da Sra. Daniela do Waguinho - que "esta Lei altera o texto da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a gratuidade na emissão de certificados digitais a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos". RELATORA: deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela rejeição. Aprovado o parecer.	10/11/2021
PL 2.224/21	Do Sr. Felipe Rigoni - que "altera a Lei 14.129 de 29 de março de 2021, para disciplinar sobre o fomento da oferta de serviços de interoperabilidade de dados em tempo real". RELATOR: deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Vinicius Poit.	17/11/2021
PL 2.731/20	Do Sr. Marreca Filho - que "altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia". RELATOR: deputado LUIZ LIMA.	24/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	PARECER: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, com Substitutivo. Aprovado o parecer.	
PL 3.042/21	Do Sr. Vitor Lippi e outros - que "dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência de incentivos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação, com emenda. Aprovado o parecer.	24/11/2021
PL 2.993/15	Do Sr. Ronaldo Carletto – que “Dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet”. (Apensado: PL 3003/2015) RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO PARECER: parecer com complementação de voto, pela aprovação deste, da Emenda 1/19 da CCTCI, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, e do PL 3.003/15, apensado, com substitutivo. Aprovado o parecer.	01/12/2021
PL 7.851/17	Do Sr. André Figueiredo – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre contratação e cobrança de Serviços de Valor Adicionado”. (Apensados: PL 10.407/18; 4.103/19; 942/21) RELATOR: deputado BIRA DO PINDARÉ PARECER: pela aprovação deste, do PL 10.407/18, do PL 4.103/19, e do PL 942/21, apensados, com substitutivo. Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Vinicius Poit e Angela Amin.	01/12/2021
PL 3.610/20	Da Sra. Carmen Zanotto e outros – que “Dispõe sobre a autorização da transposição, remanejamento e transferência entre categorias de programação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e dá outras providências”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN PARECER: pela aprovação, com emenda. Aprovado o parecer	01/12/2021
PL 371/21	Do Sr. Fábio Trad – que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. RELATOR: deputado TED CONTI PARECER: pela aprovação, com emendas. Aprovado o parecer.	01/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
PL 2.035/21	Dos Srs. Nilto Tatto e Alexandre Padilha – que “Altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, para dispor sobre o valor do limite global anual, para o exercício de 2021, relativo à importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica”. RELATOR: deputado LUIS MIRANDA PARECER: pela aprovação Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Vinicius Poit.	01/12/2021
PL 2.270/21	Do Sr. André Figueiredo – que “Dispõe sobre o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação”. RELATOR: deputado TED CONTI PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Vinicius Poit.	01/12/2021
PL 4.229/20	Do Sr. Aroldo Martins – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de acesso gratuito à internet em estabelecimentos do Poder Público de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. RELATOR: deputado TED CONTI PARECER: pela aprovação, com emendas. Aprovado o parecer.	08/12/2021
PDL 483/21	Da CREDN – que “Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Viena, em 19 de junho de 2019”. RELATOR: deputado EDUARDO CURY PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer	08/12/2021
PL 3.356/20	Do Sr. Mário Heringer – que “Estabelece proibição de que o Estado promova discriminação, preterimento ou exclusão de disciplina ou área científica quando da promoção e incentivo à ciência, à tecnologia e à inovação no País e do apoio à formação de recursos humanos nessas áreas, e dá outras providências”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PARECER: pela aprovação. Aprovado o parecer.	15/12/2021
PL 4.011/20	Da Sra. Rejane Dias – que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para proibir a venda de publicações que estimulem o castigo físico a crianças e adolescentes”. RELATOR: deputado NILTO TATTO PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Aprovado o parecer.	15/12/2021

TVRs - Pareceres aprovados

Proposição	Ementa	Votação
TVR 216/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.096, de 08 de setembro de 2015, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Tigre FM (arct) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arroio do Tigre, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 217/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.099, de 08 de setembro de 2015, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Terra - ACRAT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Divinolândia de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 221/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 888, de 10 de maio de 2016, que autoriza a ACCCE - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 224/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.463, de 20 de julho de 2016, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultura e Esportes Sebastião Morais - ACESMO (ACESMO) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ingazeira, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 239/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.429, de 22 de março de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Santo do Tocantins, Estado do Tocantins". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 11/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 818, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação Comunitária Pro-Cultura e Comunicação de Pontal do Paraná (Nova FM - Rádio Comunitária), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 15/21	Do Poder Executivo - (MSC 122/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.745, de 10 de fevereiro de 2020, que autoriza ao Centro Cultural de Comunicação de Jaibaras - CCCJ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sobral, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 16/21	Do Poder Executivo - (MSC 147/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.337, de 05 de julho de 2018, que outorga permissão à Rangel & Luz Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	26/05/2021
TVR 222/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 889, de 10 de maio de 2016, que autoriza ao Instituto Desenvolvimento de Soluções (IDS) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brusque, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado RODRIGO COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	02/06/2021
TVR 227/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.931, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Liberdade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Uruçuí, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	02/06/2021
TVR 228/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.939, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação das Mulheres Produtoras Sítio Alegre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itarema, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	02/06/2021
TVR 237/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 802, de 14 de março de 2018, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Shekina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campinas, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	02/06/2021
TVR 240/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.651, de 04 de abril de 2018, que autoriza a Associação de Radiodifusão Cidade de Cruz Alta - ARCCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruz Alta Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado NEREU CRISPIM. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	02/06/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 13/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.473, de 05 de julho de 2018, que autoriza a Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí - ACDCC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	02/06/2021
TVR 162/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.509, de 17 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Comunicação Comunitária de Rolândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rolândia, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 211/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 319, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Cultura e Comunicação Princesa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Princesa Isabel, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 213/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 800, de 09 de junho de 2015, que autoriza a Associação Cultural Bem FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Pedro D'Aldeia, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 214/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 883, de 16 de junho de 2015, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Barra Velha (Rádio Cidade) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado CARLOS CHIODINI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 218/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.986, de 01 de dezembro de 2015, que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaicós, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 238/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.426, de 22 de março de 2018, que autoriza a Associação Comunitária Logos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 68/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.956, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tabuleiro Grande - Anadia - Alagoas - ASCOMPOTAG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anadia, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 73/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.739, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cajamar, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	16/06/2021
TVR 132/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 134, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Pró-Cidadania Avareense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Avaré, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 139/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 585, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Lagoense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 142/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.876, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Educativa São Simão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Simão, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 143/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.897, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Comunitária de Monte Alegre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Alegre, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada NATÁLIA BONAVIDES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 146/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.197, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Entre Ijuís a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Entre-Ijuís, Estado do Rio Grande do Sul".	23/06/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 161/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.173, de 02 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 167/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.245, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 251/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.568, de 27 de dezembro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Floresta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Floresta, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 252/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.611, de 27 de dezembro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária José Maia de Andrade - Tuca Maia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Montividiu, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 48/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 741, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Professora Elzita Santana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nerópolis, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 53/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.837, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bebedouro, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	23/06/2021
TVR 66/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.927, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação São	23/06/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Sebastião de Rádio e Comunicação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 119/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 733, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 134/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 247, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 138/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 583, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Caminho do Sol a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Queluz, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 165/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.040, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Técnico Educacional Equipe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 212/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 333, de 03 de dezembro de 2013, que autoriza a Associação Mutunopolitana de Radiodifusão Comunitária de Mutunópolis / Goiás a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mutunópolis, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 247/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.711, de 02 de agosto de 2018, que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Aguai a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aguai, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 403/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.177, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Gaivota a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ubatuba, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 10/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.895, de 30 de julho de 2015, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Rianópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rianópolis, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 76/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.160, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Capimense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Domingos do Capim, Estado do Pará". RELATOR: Deputado GERVÁSIO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	30/06/2021
TVR 3/20	Do Poder Executivo - (MSC 97/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.580, de 27 de dezembro de 2018, que autoriza a Associação de Promoção Cultural Itaberense - APACI (nova onda) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaberá, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 4/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 461, de 05 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	07/07/2021
TVR 25/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.889, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguariúna, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 48/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.685, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural Ipanemense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipanema, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 52/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 174, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Fundação Educativa e Cultural de Inhumas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inhumas, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 107/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.169, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itupeva, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 168/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.579, de 03 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Benevente de Moradores a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 210/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 271, de 06 de junho de 2012, que autoriza a Associação Santarenense de Radiodifusão Comunitária - ASRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santarém Novo, Estado do Pará". RELATOR: Deputado NILSON PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 303/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 733, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tabatinga, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 370/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.019, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Catanduvas, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 377/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.622, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás".	07/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 389/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.895, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada a Fundação Cidadania a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de José de Freitas, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	07/07/2021
TVR 412/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 547, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada ao Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capivari, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 422/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.869, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brejo Santo, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	07/07/2021
TVR 430/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.170, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 25/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedreira, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 50/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.821, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fronteira, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	07/07/2021
TVR 62/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.899, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora	07/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
	de Serviços à Comunidade Miguelopolense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Miguelópolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 7/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.618, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Escada, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 15/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 542, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 38/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 707, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Moradores do Bairro Jardim São João a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de General Carneiro, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 43/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.424, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural de Santa Mariana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 51/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.166, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tanque Novo, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 57/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 873, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luz, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado CARLOS CHIODINI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 68/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.840, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Mercêsana de Integração e Cultura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mercês, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 71/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.925, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Verdelândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 89/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.218, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Rádio Livre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipiaú, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 136/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 567, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação e Movimento Comunitário Aliança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arcoverde, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 148/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.489, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brejão, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 233/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.666, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação Cultural e Recreativa de Paramirim (ASCUR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paramirim, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 309/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.878, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Botuporã, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 348/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.962, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 351/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.479, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 373/2020	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.943, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cantagalo, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 381/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.229, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Martinho Prado Júnior a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 388/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.886, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 392/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.857, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Zabelê FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Remanso, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 398/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.586, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Muaná, Estado do Pará".	14/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 399/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.587, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente de Altaneira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Altaneira, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 416/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.953, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 421/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.824, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 423/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.911, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 437/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.696, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor - GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouvidor, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 438/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.195, de 05 de julho de 2018, que renova a autorização outorgada a Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iguatu, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 2/21	Do Poder Executivo - (MSC 52/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.833, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Social e Beneficente de Alagoinhas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alagoinhas, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 7/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 334, de 03 de dezembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural, Social e Turística de Vassouras - ACSTV a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	14/07/2021
TVR 16/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 692, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultura e Saúde de Caiapônia-GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caiapônia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 17/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 907, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Araraquara, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 18/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.031, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 19/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.042, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 27/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.926, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária de Radiodifusão de Independência a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Independência, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 29/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.361, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Doulos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins". RELATOR: Deputado LEO DE BRITO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 35/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.575, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 36/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.585, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação dos Moradores de Nova Hidrolândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Hidrolândia, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 37/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.588, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural Pampiana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 39/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 710, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aruanã, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 40/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.265, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural e Ecológica Santo Antônio-ACESA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 45/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.627, de 29 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação Manairama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada NATÁLIA BONAVIDES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 46/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.605, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Feira Nova, Estado de Pernambuco". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 47/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.630, de 19 de agosto de 2015, que que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária 29 de Dezembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado LEO DE BRITO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 55/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 768, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural de Engenheiro Caldas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 61/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.030, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Nativa FM de Tabuleiro do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 64/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.938, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 65/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.107, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 78/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.430, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paraipaba, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 81/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.842, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Melos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 82/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.854, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Padre Nestor a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Japoatã, Estado de Sergipe". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 84/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.978, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária São Miguel a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	11/08/2021
TVR 85/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.986, de 12 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Acreúna, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	11/08/2021
TVR 90/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 74, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária de Araújos - ACCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Araújos, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 92/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 412, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo".	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 95/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 786, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 97/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.613, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 100/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.942, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Potirendaba, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 101/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 593, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural de Três Fronteiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 103/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.836, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Rádio Liberdade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 110/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.162, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Pedro, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 112/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.737, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação dos	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Trabalhadores de Guimarães a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guimarães, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 114/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.013, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Crato, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 115/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.147, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 116/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.237, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Encruzilhadense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 122/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.171, de 02 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Jitaúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jitaúna, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 125/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.148, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiás, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 126/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.178, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo".	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 128/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 107, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Severiano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 130/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 117, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 131/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 133, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sombrio, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 145/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.920, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 152/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.497, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Amigos Cafelândia, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cafelândia, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 154/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.743, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a ACESM - Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fortaleza, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 156/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.363, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 160/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.166, de 02 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural de Virmond a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Virmond, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 178/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.937, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Romaria, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 179/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.948, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Murutinga do Sul, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 180/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.094, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mucambo, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 181/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.446, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cândido Mota, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 186/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.919, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Desenvolvimento Artístico Cultural e Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 190/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a ASCOG - Associação Comunitária de Guapó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guapó, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 195/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 708, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Padre Landel de Moura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 198/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.360, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marialva, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 206/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.042, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Regeneração, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 231/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.046, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 248/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.713, de 02 de agosto de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Princesa do Leste Goiano FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 257/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.624, de 29 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária Prima a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Mor, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 265/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 150, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João da Fronteira, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 269/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 683, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sertanópolis, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 273/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 584, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iracemápolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 274/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.103, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Aracanguense de Difusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 275/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.466, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de União, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 276/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.838, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angical, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 284/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.088, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Ideal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boituva, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 301/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 103, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 325/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.190, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaraniaçu, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 330/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 95, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Comunicação Comunitária Taquarense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 333/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 777, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educativa e Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mário Campos, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 337/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.458, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 339/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.950, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar, pelo prazo de dez anos,	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caconde, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 340/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.081, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Beneficente Elshadday a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Recife, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 341/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.112, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Apuaé de Sananduva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 342/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.450, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Nova Erechim FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado CARLOS CHIODINI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 349/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.176, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Iapense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iapu, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 358/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.261, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Virgem dos Pobres, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibateguara, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 359/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.266, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 367/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.837, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Redenção, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 375/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.204, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pompeia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 378/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.031, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 379/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.085, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Ambientalista de Marilândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marilândia, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 383/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 712, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Shalom a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 385/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.031, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Firminópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Firminópolis, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 396/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.152, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Congonhas, Estado de Minas Gerais".	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 397/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.231, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cidadã de Cananéia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cananéia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 402/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - COHAB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tarauacá, Estado do Acre". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 404/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.687, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 405/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.692, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pacaembu, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 419/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.106, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Monte Santo de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 426/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.181, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Campo Grande Recife PE ARCAMG - Tropical FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Recife, Estado de Pernambuco". RELATORA: Deputada NATÁLIA BONAVIDES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 429/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.003, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 440/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.959, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capanema, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 30/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 92, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Rancho Verde Viva - RVV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salgueiro, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado LEO DE BRITO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 49/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 742, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Taquaritinga do Norte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado LEO DE BRITO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 108/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 779, de 17 de setembro de 2014, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 243/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.912, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fartura, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	11/08/2021
TVR 5/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 671, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Contagem, Estado de Minas Gerais".	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 8/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 33/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.839, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Mariana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mariana, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 41/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.365, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação dos Filhos e Amigos de Cametá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cametá, Estado do Pará". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 53/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 250, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 69/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.877, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boquim, Estado de Sergipe". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 74/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.053, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 83/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.232, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Itaguarense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaguara, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 87/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.613, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 88/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.160, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Planaltina de Goiás, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 104/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.922, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Riacho das Almas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 118/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 711, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rio Jaguaribe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Russas, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 123/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.629, de 12 de junho de 2018, que renova a autorização outorgada a Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruz, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 124/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.427, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística Dinâmica da Cidade de Laranjal Paulista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 129/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 115, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dianópolis, Estado do Tocantins". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 137/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 575, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Claraval a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Claraval, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 151/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.167, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piracema, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 163/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.513, de 17 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cadeado para o Desenvolvimento Cultural e Artístico de Augusto Pestana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 172/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 154, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Fraternal de Quixadá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quixadá, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 177/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.819, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jacarezinho, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 183/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.909, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 185/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.968, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 193/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.244, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Acultural de Galiléia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 196/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 734, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Shalon a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 197/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.026, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Clóvis Manica a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 202/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.181, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto União, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 208/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.151, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luís do Curu, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 219/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 39, de 01 de fevereiro de 2016, que autoriza a Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jupi, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 229/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.942, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Artesanato de Santa Rita d'Oeste - ADECAS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Terra Roxa, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 232/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.425, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Canoa Quebrada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aracati, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 243/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.320, de 02 de maio de 2018, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Barra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aiuaba, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 258/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.974, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Baturiteense de Comunicação e Cultura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baturité, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 259/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.628, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada ao Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 261/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.146, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais".	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 263/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.203, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Fundação Cultural e Comunitária Luminense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 264/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 123, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernando - Campinas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campinas, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 271/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 790, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Radiodifusão de Campestre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campestre, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 277/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.890, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Equipe Canal 8 a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mariópolis, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 279/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.995, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado NILSON PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 280/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.002, de 07 de junho de 2017, que a renova a autorização outorgada a Associação de Comunicação Comunitária América a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 282/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.477, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Rosa de Saron - ACRS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 283/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.164, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Piracanjuba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piracanjuba, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 288/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.512, de 17 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lindoeste, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 294/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.584, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária Rádio do Povo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 297/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.601, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 315/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.505, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Godoy Moreira, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 321/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.427, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Fundação Assistencial Lar da Paz (FALP) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dolores do Indaiá, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 322/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.218, de 05 de julho de 2018, que renova a autorização outorgada a Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Acopiara, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 324/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.189, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tamarana, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 343/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.845, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente Bom Samaritano a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angelândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 346/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.955, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goianésia, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 360/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.359, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Indianova FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 362/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.578, de 12 de junho de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Banabuiú, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 386/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.034, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais".	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 411/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 536, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Moradores do Bairro Rosário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nazareno, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 433/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.224, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mirabela, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 435/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.580, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 9/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 479, de 05 de junho de 2015, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Porto Estrela a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Estrela, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 21/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 744, de 10 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Desportiva de São Bento para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Bento, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 29/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 84, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Palmares de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmares, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 58/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.841, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação	18/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Cultural Artística Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Campina, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 177/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.849, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	18/08/2021
TVR 22/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.454, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 28/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.963, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Borborema, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 34/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.146, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão de Inconfidentes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inconfidentes, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 91/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 146, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 102/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.091, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro".	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 108/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.363, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Simão, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 164/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.889, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Comunitária Pinhalzinho FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado CARLOS CHIODINI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 173/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 731, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serro, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 176/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.014, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambeí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carambeí, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 192/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.228, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antonio FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 200/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.175, de 02 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cesário Lange, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 209/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.241, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação e	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Movimento Comunitário Radio Lebermann FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 242/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.870, de 25 de abril de 2018, que autoriza a Associação Rádio Comunitária TOP FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Araguatins, Estado do Tocantins". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 246/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.710, de 02 de agosto de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibiúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiúna, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 249/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.184, de 28 de setembro de 2018, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Vila Rajada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Petrolina, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 256/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 464, de 05 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural Teresense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 260/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.629, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Serrana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 267/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 413, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Renascer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jacaraú, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 287/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.695, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Janiópolis, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 293/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.144, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Vida de Promoção Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 298/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.857, de 28 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Manga, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 304/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.167, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Boa Nova FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 305/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.466, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação a Voz do Povo a Voz de Deus a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arapiraca, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 312/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.994, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Montessionense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 317/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.148, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás".	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 327/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.169, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1 a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibatiba, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 364/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.038, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brodowski, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 380/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.225, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Terra Roxa, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 414/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 785, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação São José Operário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Matão, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 34/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 152, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação de Assistência Social de Cabaceiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 44/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 767, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 55/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.845, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação de Assistência Social Betuel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Morrinhos, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 64/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.908, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dourado para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dourado, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 78/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.947, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sabará, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 82/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.149, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaiara, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 84/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 77, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Igarapava, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igarapava, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 92/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 776, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	25/08/2021
TVR 104/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 582, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Cultural Rio das Pedras, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quirinópolis, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	
TVR 147/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.935, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Kobu FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Gouveia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 149/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 565, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário com Rádio Local para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Custódia, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 150/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 591, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Verde Vale de Rádio, Educação e Cultura da Cidade de Divinolândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Divinolândia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 152/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.104, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Claro, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 153/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.108, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Inácio, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 154/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.453, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Pradopolense de Apoio Educação e Cultura - APAEC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pradópolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 155/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.456, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 157/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.895, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 161/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.203, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igaratinga, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 163/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.487, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária 'Educar' para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 164/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.631, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à ACAC - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarará, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 165/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.002, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Aracatiense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aracati, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 169/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 743, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Educacional, Cultural Artística Novo Tempo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igaci, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 170/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sanclerlândia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	25/08/2021
TVR 14/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 519, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada NATÁLIA BONAVIDES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 99/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.831, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 253/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.670, de 10 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Formosa, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 296/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 648, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Autazes, Estado do Amazonas". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 313/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.003, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Beneficente Cultural Comunitária Pereira Barreto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 328/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.224, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada NATÁLIA BONAVIDES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 20/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piraúba, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 23/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.975, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lages, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 95/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 901, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aripuanã, Estado do Mato Grosso". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 110/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 112/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.632, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brasilândia de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 119/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 691, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Joinville, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 121/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.907, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural	01/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	e Comunitária Luiz Moraes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vicência, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	
TVR 125/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.202, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - CE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pacujá, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 127/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.484, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Itapagipe para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 136/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.501, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 162/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.210, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ivaiporã, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 183/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.469, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pirajuí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pirajuí, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 189/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.159, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 200/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.622, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença - ACCAR para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Renascença, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 212/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.628, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Científica Joseline Pereira de Oliveira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 218/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.296, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 224/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.175, de 04 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Porto Calvo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Calvo, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 227/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.315, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arealva, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 229/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.034, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 230/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.457, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação dos	01/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Moradores e Produtores Rurais de Assunção para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Assunção, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	
TVR 244/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.914, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vila Alzira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 261/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 592, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arinos, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 281/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Abadia de Goiás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abadia de Goiás, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	01/09/2021
TVR 408/2018	Do Poder Executivo - (MSC 707/2018) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.369, de 21 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos Belos, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 453/2018	Do Poder Executivo - (MSC 754/2018) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.839, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária Cidade - ASCIDADE, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 31/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.161, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaguajé, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 44/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 470, de 07 de agosto de 2014, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 109/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.227, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Diamante do Norte, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 121/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.263, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Correntes, Estado de Pernambuco". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 170/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quatro Pontes, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 187/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.190, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Várzea Nova, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 199/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.434, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 205/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.191, de 28 de setembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Chupinguaia, Estado de Rondônia". RELATOR: Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 245/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.718, de 11 de junho de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 281/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.192, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guapiaçú, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 289/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.900, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Imaculada Conceição a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Propriá, Estado de Sergipe". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 292/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.039, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe ARCOMI SF a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Felipe d'Oeste, Estado de Rondônia". RELATOR: Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 295/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 467, de 30 de abril de 2015, que renova a autorização outorgada a RC FM - Rádio Comunitária de Itambé a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itambé, Estado de Pernambuco". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 299/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.370, de 21 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária A Voz de Quissamã a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro".	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 316/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.014, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Surubimense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Surubim, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 334/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 914, de 31 de março de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Assistência Comunitária de Coração de Jesus a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 352/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.171, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia". RELATOR: Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 355/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.027, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Munhoz de Mello, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 357/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.254, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 366/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 463, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada a Sociedade Rádio Comunitária Camará FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camaragibe, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 384/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.010, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada ao Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 425/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.996, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 28/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 81, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pereiras, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 35/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 156, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 36/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 251, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palestina, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 38/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 684, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouro Verde, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 39/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 687, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porteiras, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 41/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 690, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Serrazulense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serra Azul, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 46/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 774, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Sociedade de Ação Comunitária Canaã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Marias, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 47/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 900, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Rádio Clube da Vida - Vida FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jussara, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 65/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.916, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de Vera Cruz do Oeste - ACEVE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 91/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 409, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 97/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.010, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 98/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.037, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Popular de Jaguaruana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguaruana, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 99/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.039, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Ondas de Paz FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Imbituva, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 103/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 569, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cotriguaçu, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado CARLOS CHIODINI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 105/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.088, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ourinhos, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 109/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 739, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 115/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 135, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Moriah (Moriah FM) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jales, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 123/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.194, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaraci, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 129/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.736, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cascavel, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 130/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.001, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 132/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.048, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Groaíras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Groaíras, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 138/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 788, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caraguatatuba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 142/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.144, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Constelação Associação Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Chapadão do Céu, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 145/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.823, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Manari - PE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Manari, Estado de Pernambuco". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 148/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 564, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 172/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 90, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nuporanga, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 174/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 531, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 178/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.085, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Branca, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 184/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.735, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 185/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.049, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguaribe, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 186/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.742, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeiro, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 188/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.749, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 190/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 293, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural Interativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Medianeira, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 191/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.011, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Japonvar, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 194/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.267, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Casa da Cultura de Bom Jardim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jardim, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 202/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 98, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gotardo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 204/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 145, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Rádio Grupo Conesul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 205/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 157, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Machado para Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Machado, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 208/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 765, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Salto Veloso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 210/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.954, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paranatinga, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado VANDER LOUBET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 213/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.629, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 222/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.868, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 226/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.241, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 231/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.817, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Olímpia, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 232/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.842, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Metrópole para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Andradina, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 237/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.100, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural E Artístico de Boa Vista da Aparecida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 238/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.448, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tarumã, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 246/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.947, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 247/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.961, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Radio Comunitária Campestre FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campestre, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 250/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.969, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 259/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itarema, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 262/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.001, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farol do Saber para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 265/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.697, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José de Cerrito, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado CARLOS CHIODINI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 267/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 273/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 280/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Torrinha, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado VITOR LIPPI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 282/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 287/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Humaitá, Estado do Amazonas". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 291/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.019, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anicuns, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 296/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.615, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 298/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 155, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jarinu, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 315/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.311, de 14 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária União para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de União dos Palmares, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 317/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.045, de 08 de novembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bofete, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 322/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 789, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde para executar, pelo prazo de dez anos,	15/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iacanga, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 325/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.456, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaratuba, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 346/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.383, de 03 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Marmeleiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marmeleiro, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/09/2021
TVR 11/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 141, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 12/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 151, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Pró Cidadania - APC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 149/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.612, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompéu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pompéu, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 175/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 916, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 266/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 160, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itamogi, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 1/21	Do Poder Executivo - (MSC 51/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.856, de 14 de julho de 2017, que renova a permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem S/S Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 24/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.589, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 37/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 520, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 43/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 764, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 60/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.886, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Carmelitana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 85/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 87, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação	22/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Novabarrense de Comunicação e Rádio Difusão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José da Barra, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 96/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 902, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária - ARC, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapetim, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado LEO DE BRITO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 101/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.359, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Mão Amiga, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Italva, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 131/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.004, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada às Associação Comunitária de Base Vila São Francisco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 144/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.462, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 146/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.835, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Jabuticabal de Hidrolândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Hidrolândia, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 167/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.035, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais".	22/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 182/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.209, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapuranga, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 195/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.699, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 196/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.891, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 198/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.991, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Tocantins para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tocantins, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 211/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.626, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Cultura de Bom Jardim de Goiás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jardim de Goiás, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 236/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 570, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salinas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 252/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.193, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação	22/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Nossa Senhora da Penha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Gameleira, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 266/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.179, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Maria Rosa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 269/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Comunidade Cristalinense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cristalina, Estado de Goiás". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 274/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 277/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mauá da Serra, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 279/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Laranjal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Laranjal, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 294/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Poções, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 307/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.179, de 04 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Comunicação de Mucambo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	22/09/2021
TVR 62/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.822, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 67/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.833, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itanhomi, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 75/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.054, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Planalto Timbaúba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Russas, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 76/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.164, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores de Juruiaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juruiaia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 184/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.949, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas - ASDUT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tarrafas, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 223/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.523, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade São Francico de Assis da Pirauira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Limoeiro, Estado de Pernambuco".	29/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 235/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.412, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Nova Descoberta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Petrolina, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 306/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.111, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 390/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.735, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunidade Porciúncula a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 19/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 468, de 05 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarani, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 42/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 753, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Europa, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 45/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 770, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 59/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.874, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 88/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 158, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação Rosa Leal, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bocaina, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 116/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 148, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 133/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.166, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vinhedo, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 168/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Agrestina, Estado de Pernambuco". RELATORA: Deputada NATÁLIA BONAVIDES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 179/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.457, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de Pio IX para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pio IX, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 187/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.747, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pancas, Estado do Espírito Santo".	29/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 206/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 727, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 214/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.644, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 215/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.246, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Batistana de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Oliveira, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 240/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.879, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 248/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.964, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Dona Maria Vergentina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaíra, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 272/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macatuba, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 286/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Heliadora, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 297/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.310, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 301/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.864, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Machado FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Machado, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 308/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.238, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Prata, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 309/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.239, de 14 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 312/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.308, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária- ACRC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 332/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.882, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cândido Abreu, Estado do Paraná".	29/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 351/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 586, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 353/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.206, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 358/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.635, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 399/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.881, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Popular Passaquatrense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 401/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.944, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Maria Pinto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caucaia, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 403/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.970, de 24 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaberaí, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 405/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.176, de 04 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Fundação de Cooperação e Desenvolvimento para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Massapê, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	29/09/2021
TVR 21/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 581, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 23/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.458, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes-ACOPE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedro Gomes, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 30/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.750, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Encruzilhada, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 50/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.156, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Planalto, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 54/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 538, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Luzia, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 59/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.012, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária FM Cidade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	
TVR 66/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.092, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 72/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.999, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 77/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.029, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC / FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Taquarussu, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 86/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.554, de 12 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capanema, Estado do Pará". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 106/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.991, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 117/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.243, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	de Amparo Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anagé, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 133/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 238, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 141/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.097, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Abaíra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaíra, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 155/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.024, de 14 de março de 2018, que a renova a autorização outorgada a Associação Cultural da Área Itaqui - bacanga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luis, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 171/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 120, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 182/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.898, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 189/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.632, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Vale Teles Pires de Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sinop, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 201/20	Do Poder Executivo - (MSC 99/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.885, de 02 de agosto de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bariri, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 225/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.891, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Arcumb - Associação de Radiodifusão Comunitária de Umburatiba (Rádio Umburana FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Umburatiba, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 234/20	Do Poder Executivo - (MSC 98/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.024, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Santana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santana, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 255/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 460, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 290/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.740, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Assistencial Soteropolitana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 291/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.016, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural, Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Benedito do rio Preto, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 307/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.463, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brasilândia, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 318/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.036, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Maria Rainha da Paz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 335/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.005, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Solidariedade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luís, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 336/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.258, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Amparo aos Artistas de Cajazeiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 369/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 896, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Seguro, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 376/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.618, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 439/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.177, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Dehoniana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pindaré Mirim, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 6/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 374, de 10 de agosto de 2006, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de São João do Oriente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João do Oriente, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 14/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.980, de 24 de setembro de 2019, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 51/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.002, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ação e Cidadania o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iaçú, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 56/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.684, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ebenezer para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 63/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.901, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Comunicação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Varzedo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Varzedo, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 67/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.950, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas em FM da Cidade de Cururupu Estado do Maranhão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cururupu, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 70/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.958, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos do Memorial do Conselheiro Pedro Batista - (AAMEPB) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Brígida, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 71/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.973, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Conselho Comunitário de Radiodifusão de Veranópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 75/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.226, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 83/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 67, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Orobó, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 106/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.109, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anapurus, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 107/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.459, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária FM Rio Neves, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 113/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.373, de 21 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Beneficente Social de Santo Estevão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Estevão, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 126/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.476, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina - CE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiapina, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 140/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.008, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monsenhor Gil, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 143/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.461, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 166/21	Do Poder Executivo - (MSC 232/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.055, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Imperatriz, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 176/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.401, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igaratá, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 192/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.503, de 17 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jussari, Estado da Bahia".	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 197/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.176, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Genildo Melo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	20/10/2021
TVR 199/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocenciense de Comunicação e Marketing para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 203/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 129, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 234/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.952, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Margarida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 235/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.691, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macajuba, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 241/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.896, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tacuru, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 242/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.910, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João do Piauí, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 245/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.921, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 251/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.993, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Canjamba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 254/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.173, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária João Carlos Zoby para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 258/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Periperi e Adjacências para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caetitê, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 270/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Barra-Cordense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra do Corda, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 288/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 96, de 20 de fevereiro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio para executar, pelo prazo de dez	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igarapé do Meio, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 293/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.430, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Bálsamo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bálsamo, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 321/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 735, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Promoção Social Casimiro Mikucki para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 323/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.009, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Santa Rita para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ADOLFO VIANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 324/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.041, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barroso, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 326/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.465, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pombos, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 330/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.089, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 334/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.196, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lages, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 336/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.473, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Agenda - FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaú, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 340/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.056, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 341/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.491, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Pérola do Triângulo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iturama, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 344/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.225, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Colina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Colina, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 345/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.242, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Lima Campense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lima Campos, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CLEBER VERDE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	20/10/2021
TVR 352/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.873, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salto do Lontra, Estado do Paraná".	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 354/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.738, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 355/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.589, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 357/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.627, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ariranha, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 360/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.092, de 21 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística de Tapira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tapira, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	20/10/2021
TVR 364/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.705, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Preservação Ambiental Entre Rios para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipameri, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 371/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.754, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO GANIME. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 372/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.755, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	20/10/2021
TVR 373/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.758, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bela Cruz, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 376/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.867, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baependi, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 381/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.023, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Comunidade de Jesus para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 383/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.956, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 384/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.964, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lapa, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	20/10/2021
TVR 480/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 766, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Alto Rio Grande para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais".	20/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 93/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 534, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pendências, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 140/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.096, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São José de Mipibu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 308/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.834, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto do Rodrigues e FM Ouro Negro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 347/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.960, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada ao Centro Social José Paulino a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 406/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 75, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Venturosa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Venturosa, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 407/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 82, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coronel Ezequiel, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 33/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 144, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Glória de Goitá, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 52/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.139, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação José Ribamar Linguinho de Desenvolvimento para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco do Oeste, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 118/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 241, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Urtigão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João da Urtiga, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 311/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.306, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cariré, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 393/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.760, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 408/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.987, de 12 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José da Tapera, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 409/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação	27/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paracuru, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 411/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 758, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú - IRC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coreaú, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 412/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 769, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ilhéus para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ilhéus, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 413/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 773, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Social de Água Branca para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Água Branca, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 415/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.463, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Itapirapuã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapirapuã, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 416/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.885, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 419/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.970, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Fundação PR. Valdo Martins Arruda para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaraguá, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 420/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.989, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha Poço Salgado e Campo Comprido - ACB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boca da Mata, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 422/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.188, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Escola de Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Beberibe, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 423/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.707, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Civil para o Desenvolvimento da Barbalha - ACDB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barbalha, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 428/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.631, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Granja para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Granja, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 431/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.865, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Martinópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Martinópolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 440/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.977, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 465/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 297, de 13 de agosto de 2020, que renova a autorização outorgada à ADESCAR Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar, pelo	27/10/2021

Proposição	Ementa	Votação
	prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 478/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 521, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 488/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.929, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	27/10/2021
TVR 49/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.154, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Uraí, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 319/20	Do Poder Executivo - (MSC 103/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.358, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 365/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.229, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Bolivar Freire a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Datas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 171/21	Do Poder Executivo - (MSC 239/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.219, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 268/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmas, Estado do Tocantins". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 327/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.686, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Monte Sinai para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 338/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.626, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Wanderley, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 356/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.625, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Zumbi dos Palmares para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaberaba, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 359/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.223, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Carmo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ituverava, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 363/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.310, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 365/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.716, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MÁRCIO LABRE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 374/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.759, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Passos, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 379/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.488, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Cultura de Brasília de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 400/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.884, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação O Bom Pastor de Amparo Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Presidente Bernardes, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 410/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.217, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caçu, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 421/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.625, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Santa Edviges para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fortaleza, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 433/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.876, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Integração São Manuel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Manuel, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 434/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.878, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 435/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.883, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação a Serviço da Vida e da Verdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Taciba, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada RENATA ABREU. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	10/11/2021
TVR 436/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.136, de 30 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Alvarengense Cultural Comunitária de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alvarenga, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 439/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.948, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de General Salgado, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 442/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.851, de 31 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Alto Rio Doce para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 443/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 70, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Senador Salgado Filho, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 444/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 114, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Beneficente de Santa Cruz da Venerada para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cruz, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 446/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.101, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paulínia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paulínia, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 449/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.452, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina". RELATORA: Deputada ANGELA AMIN. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 455/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.490, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II - ACORP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedro II, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 458/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.577, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio São João do Paraíso FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 459/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 126, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Flor do Panema para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado EDUARDO CURY. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 461/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 130, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação do Desenvolvimento Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 464/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 137, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Seara - ACS para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 466/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 298, de 13 de agosto de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jambeiro, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 467/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 299, de 13 de agosto de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte de Virgíópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Virgíópolis, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 468/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 300, de 13 de agosto de 2020, que renova a autorização outorgada o Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária - PEACC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 471/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Local de Obras Assistenciais para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NILTO TATTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 475/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 83, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada ao Serviço de Assistência Social - SAS para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TED CONTI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 479/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 761, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Ilha FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 481/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.830, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Cultura Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaíba, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 482/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.836, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cristina, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 483/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.838, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paranaiguara, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 484/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.098, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nova Aurora para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mundo Novo, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 486/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.839, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Bocaiuense Pela Cidadania ABC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 491/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.423, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Resende, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 492/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.590, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e TV de Luminárias para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luminárias, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LEO DE BRITO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 496/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.227, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística "Joaquim Pereira Cruz" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conquista, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 497/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.230, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Universo (Acobeu), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caratinga, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	10/11/2021
TVR 498/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 136, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER	10/11/2021
TVR 6/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.957, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio Comunitária Feitoria FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 20/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 576, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Cristã de Paulista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paulista, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 42/20	Do Poder Executivo - (MSC 101/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.366, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Rádio	17/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Nova Trento a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 63/20	Do Poder Executivo - (MSC 105/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.825, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BILAC PINTO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 147/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.199, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buique a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buique, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 153/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.506, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária e Cultural de Moxotó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inajá, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 331/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 96, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 344/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.883, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bezerros, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 363/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.845, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Fundação de Assistência Comunitária José Belém a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vigia, Estado do Pará". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 400/20	Do Poder Executivo - (MSC 102/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.590, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado BIRA DO PINDARÉ. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 54/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.841, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Posse - ADEPE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Posse, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 87/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 153, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Fundação Obra Assistencial para Integração Social da Comunidade, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 111/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 117/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 159, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Sociedade Educadora Patuense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patu, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 134/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.172, de 08 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Pedro de Alcântara de Ubajara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ubajara, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 228/21	Do Poder Executivo - (MSC 277/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.028, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada o Grupo Mutirão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte".	17/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 271/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 284/21	Do Poder Executivo - (MSC 293/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antonio João, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 377/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.870, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Organização Para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 387/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.714, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Pinhais para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pinhais, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 392/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.757, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Itapoã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 398/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.874, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 425/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.711, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-CE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cedro, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 430/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.862, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ivaté, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 448/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.449, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Brasil Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 450/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.990, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Condorense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 451/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.126, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Olímpia, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 457/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.086, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado BIBO NUNES. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	17/11/2021
TVR 26/21	Do Poder Executivo - (MSC 182/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.863, de 28 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa de Piedade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piedade, Estado de São Paulo".	24/11/2021

Proposição	Ementa	Votação
	RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 304/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.880, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nova Bassano para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	24/11/2021
TVR 318/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 112, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	24/11/2021
TVR 343/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.178, de 08 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tupancy para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada LIZIANE BAYER. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	24/11/2021
TVR 404/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.973, de 24 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ALIEL MACHADO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	24/11/2021
TVR 462/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 131, de 24 de julho de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Álvares Florence, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	24/11/2021
TVR 474/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.314, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense - ASPIA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiá, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	24/11/2021
TVR 105/20	Do Poder Executivo - (MSC 107/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.972, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação da Radio	01/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Comunitária Redenção FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Redenção do Gurgueia, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 158/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.508, de 22 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM Águas Belas - PE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Águas Belas, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 356/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.030, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Valença do Piauí, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 4/21	Do Poder Executivo - (MSC 52/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.871, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Pedrense de Eventos Comunitários para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedra, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 72/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.205, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itainópolis, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 89/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 161, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barro Duro, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 122/21	Do Poder Executivo - (MSC 213/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.182, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Livre Comunitária de Capoeiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capoeiras, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 201/21	Do Poder Executivo - (MSC 269/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.197, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio São Thomé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 310/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.243, de 14 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Jorge d.Oeste, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 331/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.443, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Fundação João Kennedy Gomes Batista - FJKGB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Emas, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 337/21	Do Poder Executivo - (MSC 334/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.491, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Fé, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 366/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.722, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 429/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.766, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário de Jataúba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jataúba, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 432/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.869, de 19 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de	01/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
	Difusão Comunitária Guarani para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caetés, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MILTON COELHO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	
TVR 441/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.433, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Araçá FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mari, Estado da Paraíba". RELATOR: Deputado MERLONG SOLANO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 445/21	Do Poder Executivo - (MSC 380/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.679, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jataizinho, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	01/12/2021
TVR 150/20	Do Poder Executivo - (MSC 108/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.633, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária Entre Rios FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Entre Rios, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 278/20	Do Poder Executivo - (MSC 100/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.902, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Moradores do Bravo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serra Preta, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado ALEX SANTANA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 338/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.824, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Renascer de Guaimbê a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaimbê, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada ELY SANTOS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 350/20	Do Poder Executivo - (MSC 104/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.198, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Assistencial Rio de Contas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jequié, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 417/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 574, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Raposos, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada CELINA LEÃO. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 432/20	Do Poder Executivo - (MSC 106/2020) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.741, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação do Bairro Santo Antônio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cruz da Vitória, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 12/21	Do Poder Executivo - (MSC 53/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 759, de 14 de março de 2018, que autoriza a Associação Comunitária dos Comunicadores do Distrito Stela Dubois a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaguaquara, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 61/21	Do Poder Executivo - (MSC 192/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.894, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itacaré, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 86/21	Do Poder Executivo - (MSC 201/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 105, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mariluz, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 292/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.990, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itarantim, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 300/21	Do Poder Executivo - (MSC 322/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.767, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
TVR 348/21	Do Poder Executivo - (MSC 344/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 162, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Olho D'Água das Flores, Estado de Alagoas". RELATOR: Deputado PEDRO VILELA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 388/21	Do Poder Executivo - (MSC 349/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.717, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 417/21	Do Poder Executivo - (MSC 361/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.904, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Tremedal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tremedal, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 472/21	Do Poder Executivo - (MSC 395/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.375, de 22 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 499/21	Do Poder Executivo - (MSC 466/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.142, de 03 de novembro de 2020, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos Vilaboense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vila Boa, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 501/21	Do Poder Executivo - (MSC 476/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.598, de 08 de novembro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social de Luis Correia - ACLC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luis Correia, Estado do Piauí". RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	15/12/2021
TVR 502/21	Do Poder Executivo - (MSC 530/2021) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 234 de 30 de abril de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul	15/12/2021

Proposição	Ementa	Votação
	FM LTDA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado LUIZ LIMA. PARECER: pela aprovação. APROVADO O PARECER.	

Emendas orçamentárias aprovadas

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Tipo	Programa/Ação	Descrição	Aprovação
INCLUSÃO	2204/00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Acréscimo: 50.000	14/07/2021
INCLUSÃO	2205/20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital. Acréscimo: 20.000	14/07/2021
INCLUSÃO	2204/20US	Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Acréscimo: 3.913	14/07/2021
TEXTO		Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021: "Art. X Fica vedada a alocação de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em reserva de contingência primária ou financeira"	14/07/2021
TEXTO		Inclua-se no Anexo III, seção III, Inciso X, o seguinte inciso: XI - Despesas com as ações vinculadas à função Comunicações, no âmbito do Ministério das Comunicações	14/07/2021
TEXTO		Acrescenta-se o Art. 22-A, no Capítulo IV, Seção I, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, com a seguinte redação: "Art. 22-A. É vedada a alocação orçamentária dos valores vinculados ao INPE em reserva de contingência primária ou financeira".	14/07/2021
TEXTO		Acrescenta-se o Art. 22-A ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, com a seguinte redação: "Art. 22-A. É vedada a alocação orçamentária dos valores vinculados ao FNDCT em reserva de contingência primária ou financeira;	14/07/2021
TEXTO		Inclua-se no Anexo III, Seção III, o seguinte inciso: XI - despesas com as ações vinculadas à função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;	14/07/2021
TEXTO		Dê-se, ao § 18, do art. 62 do PLN 3/2021 (LDO 2022), a seguinte redação: Art. 62. § 18. As despesas relativas às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, de natureza contábil e financeira, serão definidas pelo Conselho Diretor do FNDCT, com assessoramento superior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, conforme previsto no art. 5º, incisos III e IV, da Lei nº 11.540,	14/07/2021

Tipo	Programa/Ação	Descrição	Aprovação
		de 12 de novembro de 2007, sendo vedada a limitação de empenho dos créditos orçamentários programados no FNDCT e a imposição de quaisquer limites à execução da sua programação financeira, assim como a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira, na forma do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 11 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, alterados pelo art. 2º do Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2021	
TEXTO		Inclua-se, onde couber, no texto do PLN 3/2021-CN (LDO 2022), o seguinte dispositivo: Art. X É vedada a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira, conforme disposto no § 3º do art. 11, constante do art. 2º da LC nº 177/2021. Parágrafo único. A alocação dos recursos do FNDCT será definida pelo Conselho Diretor do FNDCT, com assessoramento superior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, conforme previsto no art. 5º, incisos III e IV, da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007	14/07/2021

Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA

Tipo	Programa/Ação	Descrição	Aprovação
APROPRIAÇÃO	2204/00LV	Formação, capacitação e fixação de recursos humanos para o desenvolvimento científico – Nacional. R\$1.000.000.000,00	10/11/2021
APROPRIAÇÃO	2205/20V8	Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital – Nacional. R\$213.868.563,00	10/11/2021
APROPRIAÇÃO	2204/20US	Fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico – Nacional. R\$225.000.000,00	10/11/2021
APROPRIAÇÃO	2208 /20V6	Fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo – Nacional. R\$102.678.571,00	10/11/2021

EQUIPE TÉCNICA

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Secretário-Executivo:

Robson Luiz Fialho Coutinho

Servidores:

Christiano de Lima Silva

Eduardo Nunes dos Santos

Luciana Dantas Mariz

Maria Gorette da Silva Pessoa

Priscilla Chaddad Raineri

Sandra Gaviano

Estagiária:

Layllah Guedes

Pró-adolescente:

Davi Emanuel Barbosa de Souza

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática

Anexo II, Pav. Térreo Ala A sala 51

CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6456/6453

cctci@camara.leg.br

Comissão de
Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática

